

cadernos do

# terceiro mundo

Abdelaziz:  
«Marrocos tem  
três meses para negociar com



Revista Mensal/Julho 1980 60\$00 60,00Kz 60,00MT 60,00PG 60,00CV 80,00Cr\$ ANO 3 N.º 25



Exclusivo:  
entrevistas com  
o Presidente José  
Eduardo dos Santos  
e com o Secretário  
do MPLA, Lúcio Lara

## Angola: a guerra continua

Vasco Lourenço: o 25 de Abril valeu a pena





Os nossos aviões são veículos  
de amizade entre os Povos.  
Não carregam apenas carga,  
transportam solidariedade.



DNPP

**linhas aéreas de moçambique**

# cadernos do terceiro mundo 25

## Neste número

- 3 **Carta aos Leitores:** De Luanda a Lisboa passando por Freetown
- 4 **Editorial** — Os «cowboys» do apocalipse

### Matéria de capa: Angola — A guerra continua

- 7 José Eduardo dos Santos: Por uma África livre, entrevista com o Presidente da RPA, *Altair L. Campos*
- 13 Do MPLA ao Partido do Trabalho, a luta continua, entrevista com Lúcio Lara, secretário do C.C. do MPLA-PT para a Organização, *Altair L. Campos*
- 22 Os racistas persistem na agressão, *Carlos Pinto Santos*

### África

- 27 **África do Sul:** Zabriskie Point na terra do apartheid, *Beatriz Bissio*
- 31 **Camarões:** Mais cinco anos de ditadura, *Carlos Comitini*
- 33 **Uganda:** Obote está de volta, *J. J. Patrick*
- 35 **Sara Ocidental:** Marrocos tem três meses para reconhecer a RASD, *Baptista da Silva*

### Médio Oriente

- 39 **Mundo Árabe:** Uma proposta de unidade
- 41 **Egipto:** Campo David, um instrumento das multinacionais, *Neiva Moreira*

### América Latina

- 45 **Brasil:** Reino dividido é reino destruído, entrevista com D. Paulo Arns, *Paulo Canabrava Filho*
- 49 **Chile:** Renasce o movimento estudantil, *José Rojas*
- 52 Pela unidade operária, em defesa da indústria nacional, *Nilton Caparelli*
- 54 **Cone Sul:** A internacional da repressão, *Luís Rodrigues dos Santos*
- 57 **Jamaica:** O FMI vai às urnas, *Clarence Ben Brodie*

### Ásia

- 60 **Coreia do Sul:** Um sistema em crise, *J. J. Poitiers*
- 62 **Nepal:** Instabilidade no reino do Himalaia, *Lao Kee*

### Especial

- 65 O 25 de Abril valeu a pena, entrevista com o major Vasco Lourenço
- 74 **Panorama Tricontinental**

### 81 Comunicação

### Cultura

- 85 Aspectos da literatura argelina, *Elsa Rodrigues dos Santos*

### A mulher na Revolução

- 91 A nova mulher moçambicana, *Candice Wright*



## assinaturas (a partir de 1 de Agosto de 1980)

Europa e Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe: 12 números (via aérea) 18 dólares USA ou 850\$00.  
Restantes países: 22 dólares USA

Portugal e Espanha: 12 números 500\$00  
6 números 300\$00



Publicações destinadas à informação e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO  
Publicação Mensal — N.º 25 — Julho de 1980

Editor Geral  
Neiva Moreira

Editores Associados  
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional  
Darcí Ribeiro, Juan Somovía, Henry Pease Garcia, Aquino de Bragança e Wilfred Burchett

— EDIÇÃO EM PORTUGUÊS PARA PORTUGAL, ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E S. TOMÉ E PRÍNCIPE.

Editor e Director: Altair L. Campos

Redacção: Baptista da Silva  
Carlos Pinto Santos  
João Escadinha

Documentação e Arquivo: Cristina Assis

Revisão e Tradução: Estevam Reis

Colaboram neste número: Candice Wright  
Carlos Comitini  
Clarence Ben Brodie  
Elsa Rodrigues dos Santos

J. J. Patrick

J. J. Poitiers

José Rojas

Lao Kee

Luis Rodrigues dos Santos

Mohamed Salem

Administração: Ernesto Pádua

Publicidade: João Reis

Propriedade: Tricontinental Editora, Lda.

Rua Pinheiro Chagas 41, 2.º Dt.º

1000 Lisboa

Redacção e Sede da Administração:

Calçada do Combro, 10 - 1.º

Telef. 320650 — 1200 Lisboa

Composição e Montagem:

Renascença Gráfica S.A.R.L.

Impressão e Acabamento:

Gráfica Europam Lda.

Tiragem desta Edição: 37.000 exemplares

— REPRESENTAÇÕES

Angola: Luis Henrique

Caixa Postal 3593, Luanda

Moçambique: Etevaldo Hipólito

Rua Kongwa 153, Maputo

— EDIÇÃO EM PORTUGUÊS PARA O BRASIL

Editor e Director: Neiva Moreira

Secretário de Redacção: Nilton Caparelli

Representante em Brasília: Clóvis Sena

Representante em S. Paulo:

Paulo Canabrava Filho

Arte: David Gomes Araújo (Editor)

Maria Nakan

Administração: Mauro Fernando de Sousa

Publicidade: Jesus Antunes

Documentação e Arquivo:

Maria Goretti Aires

Propriedade:

Editora Terceiro Mundo, Lda.

Rua da Lapa, 180, Sobrelajeira A

CEP 20021 Rio de Janeiro

— EDIÇÕES EM ESPANHOL

Editor: Roberto Remo

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL,

AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Gerente Geral: Gerónimo Cardoso

Propriedade:

Periodistas del Tercer Mundo A. C.

Calle San Lorenzo 153, 4.º piso

México Df.

BOLÍVIA, CHILE, COLÓMBIA,

EQUADOR PERU E VENEZUELA

Propriedade: DESCO

Centro de Estudios e Promocion

del Desarrollo

Av. Salverry 1945, Lima

— EDIÇÃO EM INGLÊS

PARA OS USA, CANADÁ, EUROPA

E PAÍSES DE LÍNGUA INGLESA

DO TERCEIRO MUNDO

Editor: Fernando Molina

Editor Consultivo: Cédric Belfrage

Apartado Postal 20-572

México 20 DF

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Noviembre (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

DISTRIBUIDORES: ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramerica Ltda., Carrera 30 No 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. B Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones Sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205 Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Libreria Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Libreria Las Americas, 152 East 23rd. Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Libreria del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional de Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Libreria Universitaria - José Trinidad Reyes, Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Voceadores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. - Librerias México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. - Metropolitana de Publicaciones, Libreria de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Cassas No. 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. PANAMA: Libreria Cultural Paramena, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Diurnal, Rua Joaquim Antonio de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerias La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave González, Rio Piedras - Pensamiento Critico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. REPUBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramirez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPUBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S.TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUECIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Espanolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.



## De Luanda a Lisboa, passando por Freetown

A realidade angolana e a sua inserção no contexto do cone sul da África têm grande incidência neste número dos **Cadernos**, onde mais de 25 páginas lhe são dedicadas.

Altair Campos foi a Luanda e entrevistou o Presidente da RPA, José Eduardos dos Santos e o Secretário do Comité Central para a Organização do MPLA-Partido do Trabalho, Lúcio Lara.

Ambos fizeram um balanço dos avanços do processo revolucionário angolano, falaram da implementação do Poder Popular e descreveram alguns obstáculos que se deparam à construção de uma sociedade socialista em África. José Eduardo dos Santos deixou claro que o compromisso com a libertação dos povos africanos é um princípio de que a revolução nunca renunciará e nele está o motivo porque Angola tem sido vítima da permanente agressão imperialista. Dias depois da entrevista, as declarações do Presidente da RPA foram exuberantemente provadas por nova invasão das tropas de Pretória. Desta vez, porém, o imperialismo boer experimentou duramente o progresso operacional verificado nas FAPLA, como se poderá ler no texto que dedicamos à agressão. Os problemas internos do **apartheid** continuam-nos a merecer atenção, sendo agora Beatriz Bissio a debruçar-se sobre a crise do monstro racista. No próximo número tentamos referir-nos aos parceiros económicos e aos interesses multinacionais que explicam a impunidade internacional de que desfruta o regime de Pieter Botha.

Na entrevista com o major Vasco Lourenço muito ainda há a ver com Angola. O antigo comandante militar de Lisboa e um dos mais conhecidos «capitães de Abril» evoca aspectos de bastidores que rodearam a descolonização angolana. Com o seu reconhecido optimismo, e numa altura em que a direita pressiona em Portugal, Vasco Lourenço, membro influente do Conselho da Revolução, faz a sua análise dos motivos que levaram o MFA a ser progressivamente afastado de um poder que ele próprio conquistou.

Destacamos também o artigo de Baptista da Silva sobre a recente cimeira da OUA em Freetown e a vitória diplomática aí obtida pela República Árabe Sarauí Democrática ao ser-lhe reconhecida pela maioria dos países africanos a existência **de jure** de Estado independente.

Outros temas introduzimos neste número. Dos nossos correspondentes e delegações recebemos textos sobre países tão afastados entre si como Brasil e Nepal, Uganda e Coreia, Chile e Camarões. Elsa Rodrigues dos Santos escreve sobre uma literatura pouco conhecida no estrangeiro, a argelina.

Uma alteração gráfica transforma o rosto da nossa capa: suprimimos o número em corpo grande do canto superior direito. As cinco edições dos **Cadernos** (México, Portugal, Brasil, andina e inglesa) tendem a uniformizar-se e por isso pensamos futuramente fazer a indicação das capas pelo mês de publicação e não mais pelo número.

## Correio do leitor

Companheiros,

Sou leitor atento da vossa revista praticamente desde que ela saiu, aqui, em Portugal. Reconheço como será difícil para vós, não dispondo dos meios das grandes multinacionais da «informação», estabelecer um contacto permanente e regular com a rede de colaboradores da vossa revista espalhados um pouco por todo o mundo.

No entanto, desde há um certo tempo a esta parte, tenho constatado uma certa falta de cobertura jornalística de acontecimentos que, pela sua importância, seriam tema obrigatório da vossa revista. Para não ir mais longe, estou-me a lembrar de duas importantes pugnas eleitorais ocorridas na América Latina — Peru e Bolívia — às quais vocês não deram o mínimo destaque.

Ernesto Cardoso  
COIMBRA — Portugal

Hoje o movimento revolucionário, a Esquerda em geral, está dividida na teoria e na prática. Abundam portanto as análises e pontos de vista divergentes. Mas isto não deve ser razão para que homens em «trinheiras próximas», deixem de se escrever. A correspondência (n. d. r. — o leitor propõe troca de cartas entre os leitores da nossa revista) é precisamente para debater ideias. Se realmente somos anticolonialistas e anti-imperialistas, se defendemos os interesses do Terceiro Mundo, então não será difícil discutir as nossas ideias. Mas se definirmos outras forças como sendo o inimigo principal, então o debate será difícil. Mas mesmo assim... A nossa unidade não vem da discussão sobre se somos «pró-isto» ou «pró-aquilo.» O nosso «pró» é o Terceiro Mundo, é a defesa dos nossos interesses, é a luta pela nossa libertação política, económica e social, é a Revolução. O imperialismo sabe disto. Por isso joga no acirrar de divergências.

Carlos Vilares  
Av. Patrice Lumumba, 1215, 9.º-D.  
MAPUTO — R. P. de Moçambique



Sou jovem angolano de 16 anos. De-sejo corresponder-me com jovens de Portugal, Brasil, Moçambique e outros países de língua portuguesa com idade superior a 15 anos para troca de ideias, postais, fotos, etc.

Paulo das Chagas  
Bairro Nelito Soares  
— Rua B. 5, Casa 40, Esq.  
LUANDA — R.P. de Angola



# Estados Unidos : “cowboys” do apocalipse

**S**ENHORES, se vocês acreditam que os Estados Unidos têm o poder de dispor do mundo da maneira como lhes convier, que lhes seja possível dominar a União Soviética pelo simples facto de o quererem, ou que se possa impedi-la de ser uma superpotência, vocês estão loucos. E essa loucura é uma loucura perigosa». Esta opinião, vinda de quem veio, ganha ressonância e fornece indicações de especial valor para que sejam compreendidos os terríveis riscos que envolvem a actual conjuntura internacional.

O seu autor é Cyrus Vance, que, até há pouco tempo, era o secretário de Estado do presidente James Carter e um dos diplomatas mais representativos do establishment norte-americano. Os destinatários de tal advertência são aqueles que, em última análise, controlam o governo e são directamente responsáveis pelo curso de uma crescente confrontação com a União Soviética, o que assinalou a involução de um clima de desanuviamento para o actual, de guerra fria, prenhe de ameaças para a segurança do planeta. Mas, numa escala mais ampla, Vance dirigiu-se a todos os grupos de poder, no governo e na oposição, que mantêm o louco desígnio de perpetuar, intacta e a todo custo, a hegemonia norte-americana, não obstante as transforma-



ções sucedidas durante os últimos anos na correlação das forças internacionais.

Todos esses sectores foram apelidados de irresponsáveis pelo ex-secretário de Estado, que disse: «conduzir as relações Este-Oeste com realismo e prudência não deveria ser um mistério». Acrescentou que é uma «ilusão perigosa» a convicção de que exista «uma solução militar para problemas que não são militares». «O potencial militar norte-americano é essencial para a manutenção do equilíbrio militar global. As nossas forças devem ser modernizadas. E vão sê-lo. Mas uma potência militar aperfeiçoada é a base, e não o substituto da diplomacia. O emprego da força militar não é nem deveria ser uma desejável resposta política norte-americana aos processos políticos internos das demais nações».

Vance fez essas afirmações durante uma conferência na Universidade de Harvard no início do mês de Junho passado. Desde que renunciou ao seu cargo, em pública divergência com o fracassado blitz aéreo ordenado por Carter com a intenção de libertar os reféns da embaixada norte-americana de Teerão, o ex-secretário de Estado mantivera-se em silêncio. No entanto, haviam-se consolidado as tendências belicistas que Vance enfrentara



*Cyrus Vance dirigiu-se a todos os grupos no poder, no governo e na oposição que mantêm o louco desígnio de perpetuar, intacta a hegemonia norte-americana, não obstante as transformações sucedidas durante os últimos anos na correlação de forças internacionais.*



dentro do governo, de maneira a preservar o diálogo com Moscovo; não porque tivesse algum tipo de simpatia para com a URSS, mas sim para com os interesses — bem entendido — dos Estados Unidos e dos seus aliados.

Essas tendências viram-se estimuladas pelo desenvolvimento da campanha eleitoral. Carter, no afã de derrotar o seu rival do Partido Democrático, o senador Edward Kennedy, acudira às armas efectivas: uma política internacional ultradura, incluindo um ultimato para que os soviéticos desistissem da sua intervenção militar no Afeganistão, sanções económicas e boicote às Olimpíadas. Enquanto aumentava o orçamento bélico e reforçava o dispositivo militar norte-americano em diversas áreas do mundo, advertia que os Estados Unidos lançariam as suas tropas em zonas estratégicas (como o Golfo Árabe), no caso de ser alterado — mesmo por mudanças internas — o status-quo.

Com extrema rapidez, esse presidente, eleito por ter-se apresentado ao país como «pomba», travestiu-se em «falcão». O facto de essa atitude agressiva lhe ter valido uma notável reacção positiva no seu abalado prestígio, tanto a nível de sondagens nacionais como nos comícios do Partido Democrático, delineou uma tendência inquietante. E essa tendência coincidiu com o que se passou no

outro partido do establishment: o ultraconservador Ronald Reagan impôs-se folgadoamente aos seus competidores republicanos.

Ambos os dados indicam, claramente, que o espírito «pós-Vietnam» resultou em fenómeno passageiro. Se a derrota norte-americana no sudeste asiático desprestigiou os adeptos do intervencionismo e da aventura militar e abriu caminho para as promessas pacifistas de Carter, a mudança de opinião do presidente (cuja única meta parece ser a sua reeleição) e o ascenso de Reagan, mostram agora a ressurreição do espírito hegemónico, fortemente arreigado na sociedade norte-americana. O orgulho nacional, próprio dos valores imperialistas, sentiu-se humilhado pelos sucessivos reveses na África, na Ásia, no Golfo Árabe e na América Central.

Esse mesmo orgulho produziu um grave falseamento da situação. Não admitiram que as mudanças eram motivadas por uma corrente histórica que impulsiona os povos a se libertarem da dependência e, por isso, negaram a necessidade de colocar os Estados Unidos diante de uma realidade que põe em questão a sua hegemonia. Optaram pelo desconhecimento desses factos, e justificaram-nos exclusivamente pelo que foi qualificado de «incontível expansionismo soviético».

A partir dessa distorsão, programou-se a



resposta. Washington deveria obrigar Moscovo a recuar sob pena de represálias, de interrupção do diálogo, de suspensão das negociações sobre armamento estratégico, e de se voltar a uma confrontação total. Aparentemente acreditou-se, com uma visão policial do ordenamento do mundo, que o diálogo entre as duas superpotências poderia levar a um entendimento através do qual a URSS reduziria o seu papel internacional segundo as aspirações norte-americanas, e que isso produziria uma rápida dissolução dos fermentos libertadores no Terceiro Mundo.

O único resultado dessa presunção foi um incremento acelerado da tensão, sem que nenhum dos objectivos externos indicados pelos Estados Unidos fosse atingido. Mas, como no plano interno, essa política traz bons dividendos eleitorais, os duros — Reagan e Carter — são os candidatos favoritos para o próximo período presidencial.

A perspectiva de que tal política prossiga e, quem sabe, se prolongue com maior energia, despertou profundas preocupações, mesmo dentro do próprio establishment. O facto de que um homem como Vance questione radicalmente as actuais decisões e que, no campo eleitoral, não obstante haver perdido a maioria dos eleitores na corrida para a designação do candidato democrata, Kennedy mantenha com mais força o seu desafio a Carter, indica, sem dúvida, que no mais alto escalão do sistema norte-americano, há uma séria divisão a respeito da projecção externa da super potência. Mesmo que figuras como Kennedy e Vance estejam (ao menos hoje) localizados na área liberal — o que, em termos norte-americanos, equivale ao centro-esquerda — eles não estão menos interessados do que os seus adversários em preservar a posição do seu país.

A alternativa exposta por Vance em Harvard propõe um diagnóstico pragmático das relações de poder e a admissão da evidência de que um esquema bipolarizador já não é válido; que uma «Yalta 1980» entre os dois é uma hipótese inviável. Por isso, os Estados Unidos deveriam conceber um sistema de alianças dentro do ocidente capitalista, modificando a primazia absoluta que exerciam desde o pós-guerra. Trata-se de, simplesmente, acomodar-se a uma situação dada, e de procurar preservar, não o impossível, mas todo o possível. E acrescenta que, tratar com o

bloco socialista a partir de posições de força e prometer intervenções no Terceiro Mundo, além de ser ineficaz, provocará uma escalada que pode culminar na guerra total.

A exposição do ex-secretário de Estado coincidiu com um sinal de alerta aterrador. Pela segunda vez no curso de uma semana (e pela terceira vez em seis meses), defeitos no sistema de detecção do Comando Militar Norte-Americano denunciaram falsos ataques atômicos soviéticos aos Estados Unidos. Um arsenal nuclear que pode destruir o mundo esteve, uma vez mais, próximo de ser disparado por causa de um dispositivo cuidadoso, implacável e imperfeito. Uma guerra fria que está sendo aquecida e um armamento incessante estão a criar os requisitos funestos para que a falha técnica possa desencadear um holocausto nuclear.

Defende-se, então, a exigência de se inverter o caminho da loucura e substituí-lo pelo diálogo, pelo desanuviamento e pelo desarmamento. Essa exigência elementar não faz concessões à esquerda ou à direita, a favor ou contra o capitalismo ou o socialismo, mas concessões à sensatez. Trata-se de uma questão de interesse universal, pois tal posição é também assumida pelos governos e forças europeias, aliados tradicionais dos Estados Unidos, que vêm com aflição esses perigos, da mesma maneira que um outro sector importante da superpotência norte-americana.

Mas, nos Estados Unidos, que são o foco central da tensão, prevalecem os «duros». Carter e Reagan campeiam no horizonte eleitoral como os cowboys do apocalipse. Pareceria lógico que, também nos Estados Unidos, o desejo de paz esclarecesse as consciências e corrigisse o rumo inspirado na lógica do confronto directo. Essa é a aposta das «pombas» numa corrida contra o tempo.

Com efeito, pode-se imaginar que dentro de um prazo relativamente curto, a opinião pública norte-americana vai dar-se conta dos riscos dessa escalada, e os tradicionalmente «duros» (ou os que se converteram em tal por meras pressões eleitorais), deixarão de exhibir o apoio que hoje ostentam. Não é o caso de se fazerem previsões, mas à luz dos dados hoje disponíveis, parece difícil que esse esclarecimento, caso se verifique, chegue a tempo de ajudar os candidatos que ainda sustentam a validade do diálogo.



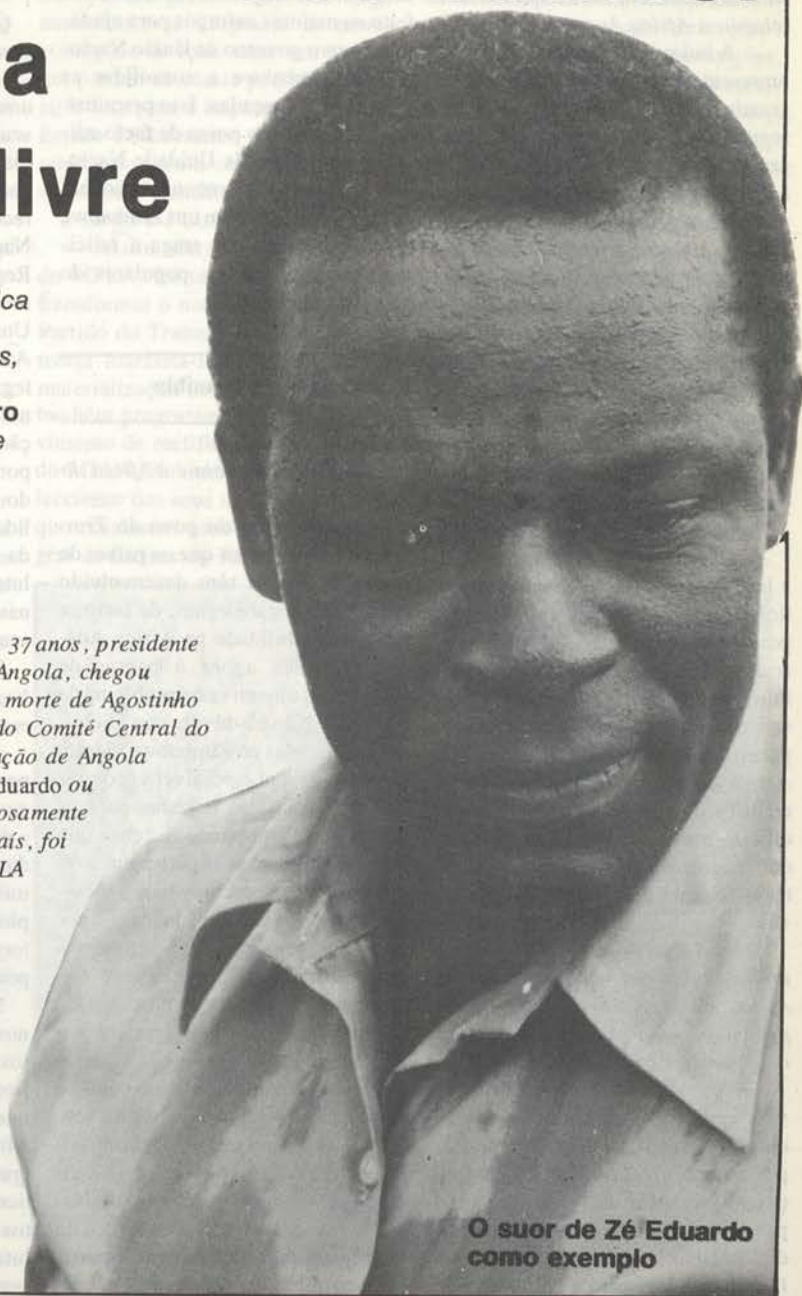


# Zé Eduardo dos Santos: por uma África livre

*O Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, em entrevista exclusiva aos cadernos do terceiro mundo, fala das lutas de libertação na África e da construção do socialismo no seu país*

**Altair L. Campos**

**J**OSÉ Eduardo dos Santos, 37 anos, presidente da República Popular de Angola, chegou à chefia do Estado após a morte de Agostinho Neto, por indicação unânime do Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola — Partido do Trabalho. Zé Eduardo ou ainda Zezinho, como é carinhosamente chamado pela população do país, foi militante e combatente do MPLA pela libertação da dominação colonial portuguesa. Engenheiro especializado em petróleo e comunicações, José Eduardo dos Santos aborda nesta entrevista não só importantes temas do processo revolucionário angolano como também analisa a libertação do Zimbábue e a luta do povo da Namíbia pela independência.



**O suor de Zé Eduardo  
como exemplo**





*Presidente Eduardo dos Santos, na sua opinião, qual a repercussão da independência do Zimbabwe em relação à África Austral?*

— A independência do Zimbabwe representou, em primeiro lugar, um grande triunfo para o seu povo e, em segundo lugar, ela foi também uma grande vitória para todos os países da Linha de Frente que, durante longos anos, não pouparam esforços para dar o seu apoio efectivo, tanto no plano material como no plano legislativo e diplomático, aos combatentes da Frente Patriótica. Essa vitória teve repercussões bastante positivas na África Austral porque ela veio estimular todos os outros povos que, nessa zona do nosso continente, se encontram ainda em luta contra a dominação colonial e racista.

*A que ponto vai esse incentivo?*

— Um elemento fundamental foi a brilhante vitória da Frente Patriótica, que veio demonstrar que um povo organizado e decidido a lutar de armas na mão pode vencer os seus inimigos por mais fortes que eles sejam. Esta lição é importante não só para os combatentes da Namíbia e da África do Sul, que neste momento ainda travam uma luta extremamente difícil, mas também para aqueles que, nesses países, teimam em manter os regimes de dominação e opressão.

*Acredita então que, a partir de agora, haja um maior apoio da África, em geral, ao novo país independente, como também à Namíbia e ao povo da África do Sul?*

— A vitória da Frente Patriótica veio despertar uma maior consciência nos países africanos no sentido de preservar a unidade de todas as forças progressistas, de forma a levar ao povo do Zimbabwe um apoio moral, diplomático e político nessa nova fase da sua luta para a edificação de

uma nova sociedade, soberana e independente. Assim, os países da Linha de Frente, nesse contexto, têm feito os maiores esforços para ajudarem o novo governo de União Nacional do Zimbabwe a consolidar as vitórias já alcançadas. Isso permitirá que esse governo possa de facto edificar, no quadro da Unidade Nacional, as tarefas de reconstrução nacional, como também um Zimbabwe forte, próspero, que traga a felicidade para as massas populares do país.

#### A libertação da Namíbia

*E quanto à Namíbia e à África do Sul?*

— Essa vitória do povo do Zimbabwe e os esforços que os países da Linha de Frente têm desenvolvido para que se estabeleçam, de facto, a paz e a estabilidade na África Austral, leva-nos agora a pensar de forma mais objectiva no problema da Namíbia. Não há dúvida que as eleições realizadas no Zimbabwe vieram demonstrar que é possível encontrar soluções pacíficas e justas para os problemas complicados em que estão mergulhadas as partes em conflito armado, desde que haja um empenho sincero dos dois lados. E, por isso, nós pensamos que também a Namíbia, no quadro do Plano das Nações Unidas para o Processo de Independência do país, poderá encontrar as bases para que as partes interessadas e envolvidas no conflito possam dar passos concretos no sentido de se chegar ao fim das confrontações armadas que se verificam neste momento entre o povo da Namíbia e o regime racista da África do Sul, que ocupa ilegalmente o território namibiano.

#### Libertar a África Austral

*Qual é a razão real desse conflito armado?*

— O povo da Namíbia conduz uma luta justa, luta pela defesa dos seus interesses legítimos, dos seus direitos de independência, à liberdade e à soberania. Direitos aliás reconhecidos pela Organização das Nações Unidas. E nesse contexto, a República Popular de Angola, como membro da Organização das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana e, portanto, como parte integrante da Comunidade Internacional, condena o *apartheid* e a ocupação ilegal do território namibiano por parte do regime racista da África do Sul, assumindo com responsabilidade o seu dever de país integrante da Comunidade Internacional, que luta pela defesa dos direitos inalienáveis dos povos que escolheram o seu próprio destino.

*Daí o apoio à SWAPO de Sam Nujoma... E quanto a outros Movimentos de Libertação africanos?*

— Nós temos prestado auxílio ao povo da Namíbia através da sua organização de vanguarda, a SWAPO, a única organização, aliás, que conduz uma luta efectiva, tanto no plano militar como no plano político e diplomático, para que a Namíbia se torne de facto um país livre e independente.

Mas nós não brindamos com a nossa solidariedade só os Movimentos de Libertação da África Austral isto é os movimentos de libertação que conduzem a luta na Namíbia e na África do Sul. Nós temos dado igualmente apoio político, diplomático e até material a vários Movimentos de Libertação que conduzem lutas justas pela sua independência, tanto no continente africano, como





fora dele. Não é demais recordar que nós, durante a luta do povo do Zimbábue, por exemplo, demos apoio material, político e diplomático aos camaradas da Frente Patriótica e, neste momento, temos levado o nosso apoio aos combatentes de Timor-Leste, aos combatentes do Sara Ocidental, aos combatentes da Organização para Libertação da Palestina e também a outras organizações que conduzem de facto lutas justas pela liberdade e pela independência dos seus respectivos povos.

## O MPLA

### *Presidente, o que é hoje o MPLA?*

— O MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, foi uma organização que congregou as largas massas camponesas e operárias, e também as largas camadas patrióticas da nossa sociedade, composta por intelectuais revolucionários, por empregados dos diferentes serviços públicos, independentemente da sua origem social, da sua classe ou do credo religioso, na luta pela independência nacional. Foi, portanto, um amplo movimento implantado no seio das massas populares, e que iria suportar durante vários anos uma luta de guerrilhas em condições difíceis, para que nosso país se libertasse de facto da ocupação colonial portuguesa.

### *E após a independência?*

— Com a proclamação da nossa independência, foi realizado o objectivo traçado pelo MPLA. Em seguida, era necessário continuar a lutar pela realização do seu programa máximo, uma vez que o programa mínimo previa como objectivo a conquista da independência nacional. Ora, para alcançar os novos ob-

jectivos traçados, isto é, para realizar o programa máximo, do então MPLA, era preciso que este largo movimento se adaptasse às novas condições de luta, uma vez que só um partido de classe poderia conduzir a luta para a implantação de um Estado Democrático e Popular, caminhando para a construção de um socialismo científico.

### *E surge o I Congresso...*

— Assim, durante o I Congresso do MPLA, foi tomada a decisão de transformar o nosso Movimento em Partido do Trabalho, orientado pela teoria marxista-leninista. E para a materialização dessa decisão, foi também programado um amplo movimento de rectificação da estrutura do MPLA-Movimento, a fim de seleccionar dos seus membros aqueles que reunissem condições para integrar as fileiras do Partido.

### *E qual foi o passo seguinte?*

— Paralelamente a esse trabalho de rectificação foi também decidido desenvolver um trabalho de ampliação e consolidação das organizações de massa que naturalmente integrariam todos os cidadãos angolanos, independentemente da sua classe, das suas opiniões políticas e das suas crenças religiosas. E assim foram desenvolvidos grandes esforços no sentido de se organizarem os principais sindicatos dos ramos de actividade, tarefa que culminou, naturalmente, com a consolidação da nossa central sindical que é a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos.

Por outro lado, também se reestruturou e consolidou a Organização das Mulheres Angolanas, e temos dado passos muito importantes na organização das Uniãos Provinciais de Camponeses, que deverão



Produzir para resistir





agrupá-los em cooperativas ou em associações de camponeses, que são as Associações de Produção. Essa tarefa terminará, evidentemente, com a criação da União Nacional dos Camponeses Angolanos.

### Os perigos da manipulação

*Num projecto desse nível, há sempre o perigo de manipulação, de desvios. Por melhores que sejam as intenções, quais as garantias reais de que será cumprido o objectivo original?*

— Em todas essas organizações de massa, trabalham membros do nosso Partido, o que garante a aplicação das orientações do Congresso e das decisões do Comité Central e de outros órgãos dirigentes do nosso Partido. E essa garantia é exercida através da influência que esses membros do nosso Partido exercem nas organizações de massa pelo seu dinamismo na realização das tarefas, tanto no domínio da produção como domínio da superação cultural, através, por exemplo, das campanhas de alfabetização. E isso passa-se ainda no domínio da superação técnica e da educação política e ideológica dos

membros dessas organizações de massa. E assim se estabelece não só a ligação entre o Partido e as Organizações de Massa, mas também fica garantida a transmissão das orientações, das decisões do nosso Partido e do nosso Governo a todas as organizações de massa, uma vez que o nosso partido de vanguarda é a força dirigente de toda a nossa sociedade.

*E dentro do MPLA-Partido do Trabalho, como se processa a ligação entre os diversos escalões?*

— Como claramente se poderá deduzir, há uma ligação estreita entre o Partido e as massas populares através das Organizações de Massa. Nós temos as próprias estruturas do Partido que estão montadas conforme os princípios de organização estabelecidos pelo MPLA-Partido do Trabalho. Os Princípios da Produção, por exemplo. Nós organizamos as nossas células nos centros de trabalho. Às células seguem-se os comités de local de trabalho, os comités de sector, que se situam em determinadas áreas geográficas. E temos os comités provinciais, que dirigem a actividade do Partido também em determinada área geográfica de escalão superior. Todo esse traba-

lho de edificação partidária foi realizado, como disse antes, através de um processo de rectificação das estruturas do MPLA como Movimento. Caso contrário, não estaríamos a fazer um balanço do trabalho desenvolvido.

### Balanço e análise

*Qual a razão do I Congresso Extraordinário que se irá realizar ainda este ano?*

— O I Congresso Extraordinário do Partido fará, além do balanço do trabalho desenvolvido no quadro da edificação das estruturas partidárias, uma análise de todo o trabalho realizado no quadro da reconstrução nacional. Teremos que ver em que medida as orientações fundamentais traçadas no I Congresso para o desenvolvimento económico e social foram de facto materializadas nos diferentes sectores da economia nacional.

*Mas já há alguns resultados. Poderia citar alguns?*

— Nós registámos grandes sucessos nos sectores da educação, da saúde, da agricultura, da indústria. Mas, evidentemente, não podemos dizer que atingimos as metas que foram estabelecidas pelo I Congresso. Deveremos fazer uma análise crítica das actividades desenvolvidas e traçar orientações para o desenvolvimento económico até 1985.

*Quais são os avanços registados na implantação do Poder Popular?*

— Uma tarefa importante que ainda teremos que realizar este ano é a implantação do Poder Popular, e consequentemente a criação da Assembleia do Povo. Como bem definiu o guia imortal da nossa Revolução, o saudoso Presidente Agostinho Neto, nós não pretendemos criar



Poder Popular para assegurar a continuação do processo



trabalho voluntário para a construção de um novo futuro



uma sociedade conduzida por uma elite de políticos ou de diplomatas. Pretendemos, sim, garantir o exercício do poder pelas massas populares. Por isso nós temos trabalhado no sentido de garantir a participação das massas populares, numa primeira fase, através das Assembleias Populares de Província e através de Assembleias do Povo, na vida económica e social do País. Tudo isso a partir de uma participação directa e de um controlo rigoroso das actividades dos órgãos administrativos do Estado.



### Pressões imperialistas

*A República Popular de Angola continua a constituir um dos alvos principais dos ataques imperialistas, externa e internamente...*

— Evidentemente, os inimigos do nosso povo não aceitam as nossas opções políticas e ideológicas, e, por isso, temos sido vítimas de ataques, tanto no plano militar, como no plano diplomático. Um exemplo são os constantes ataques armados do regime racista da África do Sul contra o nosso país, através do território da Namíbia. Temos lembrado várias vezes que o regime racista da África do Sul, que ocupa ilegalmente a Namíbia, criou um instrumento dócil...

...a UNITA...

—... que é o grupo fantoche da UNITA, que financia, arma, municia e infiltra mercenários no nosso território, através da nossa fronteira sul, para desestabilizar a vida pacífica das populações que estão neste momento empenhadas na realização das tarefas programadas pelo nosso Partido para a reconstrução nacional. E esses ataques vêm sempre acompanhados no plano internacional de uma campanha de propaganda

### Chamar os jovens às tarefas da Revolução

mentirosa, difamatória, contra a República Popular de Angola, contra o seu Governo, contra o seu Partido e contra os seus dirigentes, com o objectivo de criar uma falsa imagem do que se passa de facto no nosso país.

*E qual tem sido a atitude da República Popular de Angola?*

— Nós temos convidado jornalistas e entidades estrangeiras a visitarem a República Popular de Angola para constatarem *in loco* quais foram os sucessos registados na edificação da nova sociedade e da criação do novo homem.

*Há «zonas» fora de controlo?*

— Não há dúvida de que, de Cabinda ao Cunene, o nosso povo se encontra unido em torno do Partido e do Governo da República Popular de Angola, empenhado de facto em materializar as orientações do nosso I Congresso para melhorar continuamente o seu nível de vida e construirmos no futuro a felicidade do nosso povo.

### Construção de uma sociedade socialista

*Qual é o objectivo estratégico do imperialismo?*

— O imperialismo teme, evidentemente que este povo, unido em torno do seu partido de vanguarda, possa realizar com êxito o programa do nosso Partido e construir a sociedade socialista que trará a solução para os graves problemas que herdámos da sociedade colonial.

*E que problemas são esses?*

— O problema do analfabetismo, da doença, da fome e da miséria, da exploração do homem pelo homem. Temos o atraso económico e sócio-cultural. Mas apesar de todos esses ataques do imperialismo e das manobras que se tramam no plano internacional, estamos absolutamente convencidos que o povo angolano continuará a marchar pela via que escolheu como povo livre, independente e soberano, que é a via da construção de uma sociedade socialista na República Popular de Angola. E estamos igualmente convencidos que as agressões militares quotidianas perpetradas contra o nosso povo, não o farão abdicar da sua linha de apoio à luta dos povos da África Austral e de outros continentes, pela Paz, pela Liberdade e pela Independência Nacional. □



## Trabalho voluntário, uma rotina de fim-de-semana

Recentemente, no mês de Maio, militantes e funcionários da sede nacional do MPLA-PT, com o presidente José Eduardo dos Santos à frente, participaram numa dessas jornadas numa cooperativa agrícola no Catete, a sessenta quilómetros de Luanda, «desbastando algodão», isto é, reduzindo cada algodoeiro a quatro ou cinco pés, para que a produção de cada pé seja maior e de melhor qualidade.

A viúva de Agostinho Neto, Maria Eugénia, o ministro da Agricultura, Manuel Pedro Pacavira e o presidente José Eduardo dos Santos assistem ao trabalho de fumigação dos algodoeiros



Dentro do processo de incentivo à produção, o Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho costuma sugerir ou propor jornadas de trabalho voluntário nos fins de semana, que pode ficar restrito à área específica de actuação de cada um, ou que pode-se transformar numa troca de experiências entre trabalhadores de diversos sectores. Assim, é perfeitamente normal que, de tempos a tempos, operários da construção civil, por exemplo, participem numa jornada voluntária de trabalho agrícola.



O avião utilizado no trabalho de fumigação, da AGROAR, Aviação Agrária. Os pilotos demonstraram as suas perícias

1 - Afonso Van Dunem, membro do comité político do MPLA-PT e secretário para as Relações Exteriores; 2 - Manuel Pedro Pacavira, ministro da Agricultura; 3 - Kundi Payama, ministro e comandante; 4 - O presidente do MPLA-PT da zona do Catete



Nessa jornada, confraternizaram trabalhadores agrícolas e da cidade, membros do Comité Central do MPLA-PT e do Governo, para que sentissem, na óptica de Zé Eduardo, que «a luta pela independência passa pela batalha da produção agrícola».

O ministro do Comércio Externo, Lopo do Nascimento (à esquerda), participa activamente na «desbastação» dos algodoeiros

O comandante Pedalé e o ministro Pacavira: Forças Armadas e Ministério da Agricultura em trabalho conjunto







# Do MPLA ao Partido do Trabalho, a luta continua

*No seu gabinete de trabalho em Luanda,  
o secretário do Comité Central  
do MPLA-PT para a Organização,  
Lúcio Lara, numa entrevista  
exclusiva aos cadernos  
do terceiro mundo, sem selecção  
prévia de perguntas, revelou  
um amplo conhecimento  
não só da história da guerra  
de libertação como também  
da realidade actual  
do seu país.*



**Um militante  
sem trégua**





**O** MPLA como partido começa exactamente onde?

— O MPLA como partido começa no seu I Congresso, em 10 de Dezembro de 1977, que nós consideramos como a data da sua fundação que, por sua vez, coincide, vinte e quatro anos depois, com a fundação do MPLA como movimento de libertação. É todo um processo experimental em termos de partido, porque, fundando o MPLA como movimento de libertação, nós, desde logo, imprimimos um cunho progressista ao nosso partido, pelo menos anticolonialista e anti-imperialista e, de certo modo, marxista.

*Já se falava em marxismo-leninismo no movimento em que estava integrado naquela época?*

— Dos anos cinquenta em diante, já era difícil acreditar na nacionalidade angolana dentro do país, quanto mais num movimento de libertação de orientação marxista. Por isso, quando nós fundámos o MPLA, quando publicámos o Manifesto, traçámos as linhas fundamentais de uma luta de acção anticolonialista e anti-imperialista. A luta desenvolveu-se no âmbito de um movimento de libertação, no sentido de que era necessário unir a maior parte do nosso povo em torno da ideia da independência, o que, como eu já disse, era extremamente difícil.

*O que entende por «extremamente difícil»?*

— Havia muita gente que, envenenada pela propaganda colonial, pela maneira de agir do colonialismo, considerava praticamente impossível uma independência, considerando-se dentro de um esquema português, o célebre esquema «luso-tropical»...

... Gilberto Freyre?...

— ... que foi muito difundido no Brasil. O primeiro combate, no

fundo, é esse: um combate de consciencialização das massas, de organização de luta, que começa efectivamente a ter sentido, podemos dizer, com o desencadeamento de independências que houve na África em 1960.

*É aí que começa a longa série...*

— Em 1960 muitos países africanos alcançam a independência, na sua maior parte, uma independência «de bandeja», dada ou quase oferecida numa bandeja, apesar da luta dos povos através de organizações de massas ou de sindicatos. Mas o colonialismo francês e o colonialismo inglês foram suficientemente inteligentes para fazer a transformação necessária, mantendo os cordéis do neocolonialismo que persistem até hoje em muitos países africanos.

### Bons e maus vizinhos

*Podemos dizer, então, que essas independências seguiram um «modelo padrão»?*

— Essas independências foram, no fundo, influenciadas pela própria luta armada da Argélia, que o imperialismo francês queria, em certa medida, abafar e demonstrar a sua não-razão de ser. Houve realmente um fluxo enorme de países que acederam à independência. E digamos que, sendo uma independência «política», ela foi significativa e permitiu ao MPLA uma maior facilidade de acção, através do apoio que encontrámos em alguns países africanos. Podemos dizer que naquela altura, Angola, como hoje, tinha vizinhos muito maus.

*Poderia enumerá-los?*

— Tinha a África do Sul, por um lado, na Namíbia. Tinha a Rodésia do Norte, que ainda não era a Zâm-

bia, onde imperavam os ingleses. E tinha o Congo Belga, onde os belgas colaboravam com a polícia portuguesa, a Pide, etc., para impedir qualquer tentativa de organização para a independência.

*E quando é que as coisas começaram a melhorar?*

— Nos anos sessenta, com a independência de alguns países africanos vizinhos, particularmente do Congo e do Congo-Leopoldville (hoje Zaire), nós conseguimos encontrar uma base de acção que facilitou em certa medida o trabalho de consciencialização. Em 1961, o Movimento esteve activo, através das suas organizações clandestinas, em condições de desencadear a luta armada, com a eclosão do 4 de Fevereiro<sup>1</sup>, o que foi, em termos universais, a denúncia total do sistema colonial português, que até ali tinha conseguido convencer que era um sistema especial, que havia uma «inclinação lusitana» para a sua fusão com os povos africanos, o que era evidentemente uma mentira tremenda e uma arma eficiente para travar o Movimento de Libertação.

*Há então, nesse momento, uma maior clarificação de intenções?*

— O 4 de Fevereiro pôs as coisas claras, a luta armada organizou-se, estendeu-se, e o Movimento pôde encontrar a sua razão de ser na preparação que dava aos seus membros, aos seus elementos e à sua organização para a «Luta Armada de Libertação Nacional». No princípio, era essa a ideia central. Nós fizemos várias reuniões importantes, como a Conferência Nacional de 1962 e a Conferência de Quadros em 1964, que tiveram a virtude de clarificar sobretudo a estratégia e de lançar as bases dessa organização para a luta armada, que passou a ser a preocupação fundamental.





*Houve um momento em que os países vizinhos, mesmo os mais amigos, não foram tão amigos...*

— Tivemos grandes problemas com o próprio Congo-Leopoldville de onde fomos expulsos em 1963. Mas, pelas condições políticas da época, nós pudemos encontrar uma base de apoio vizinha, no Congo-Brazzaville, com a revolução que ali eclodiu nos dias 13, 14 e 15 de Agosto de 1963. Isso abriu-nos algumas perspectivas de trabalho. E nós conseguimos — dada a perseguição a que éramos sujeitos, através de movimentos fantoches vendidos ao imperialismo e igualmente dependentes dos Estados Unidos da América — afirmar-nos como movimento idóneo, como movimento nacional, sem características de particularismos regionais.

*O que significou isso em termos militares?*

— Conseguimos afirmar e abrir uma Frente, que foi a Frente de Cabinda onde iríamos preparar a grande guerra de libertação, formando a maior parte dos quadros da nossa guerrilha que iriam ser os futuros comandantes e dirigentes do MPLA ainda em formação.

*Qual o papel desempenhado pelo presidente Neto nesse momento?*

— Claro que tudo isso se deve a uma acção muito incisiva e muito clarificadora do presidente Neto que, agrupando em torno de si uma grande maioria do nosso povo, soube ver, desde o início, a natureza do colonialismo português, a sua natureza especial no meio de outros colonialismos mais dominantes em toda a África, e encontrar para o combate ao colonialismo português as formas consideradas mais adequadas.

*Havia duas áreas no Movimento,*

*uma política e diplomática, e outra militar?*

— A organização do Movimento, naquela altura, confundia-se no fundo com a organização da guerrilha. Digamos que o membro do MPLA, o militante do MPLA, era por definição um guerrilheiro, e, reciprocamente, um guerrilheiro era, por definição, um quadro político.

*Facto que o colonialismo ajudou a concretizar, através de uma repressão violenta e sistematizada...*

— É essa a óptica que impera praticamente até à independência. Nós atravessámos várias dificuldades nesse contexto, mas formámos

os quadros justamente na guerrilha, os quadros políticos, com a criação dos Centros de Instrução Revolucionária, os CIRs, que tiveram um grande papel nas várias frentes onde nós combatemos, que foram a Frente Norte, a Frente de Cabinda, as diferentes regiões do leste, a Frente Leste.

*Nos CIRs era dada formação teórica?*

— Sempre se deu um cunho especial à formação política dos quadros, do guerrilheiro. E esses CIRs eram o instrumento, dentro do MPLA, que demonstrava que havia uma orientação marxista bem definida, que natu-

## Um militante sem trégua

Secretário do Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola — Partido do Trabalho, e segundo na hierarquia do Partido, Lúcio Lara foi militante e combatente pela libertação do seu país. Formado em Físico-Química, dividiu a sua formação universitária entre Coimbra e Lisboa, onde ainda jovem conheceu Agostinho Neto, aquele que viria ser mais tarde o «Pai da Nação Angolana», de quem se tornou padrinho de casamento e amigo.

Geralmente apontado como «duro», pela sua firmeza ideológica e pelo que sempre exigiu de si mesmo e dos companheiros durante a luta de libertação, Lúcio Lara é, no entanto, dotado de uma grande sensibilidade e finura de tratamento.

Conhecido e citado pelos seus colaboradores e militantes do MPLA — Partido do Trabalho como «O Velho» (Agostinho Neto era «O Mais Velho»), Lara tem hoje cinquenta e um anos.

Casado, é pai de três filhos. O mais velho, capitão de blindados das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, aos vinte e dois anos, foi guerrilheiro desde os catorze. Uma filha, de dezoito anos, pensa seguir arquitectura, e o mais novo, de quinze, está para iniciar o Liceu Técnico.

Ruth Lara, sua mulher e companheira («... tive a sorte de casar com uma camarada que sempre foi militante, que sempre teve espírito de militante» — afirma Lúcio Lara), é directora do Departamento de Quadros do MPLA — Partido do Trabalho, o que, segundo Lara, «reforça ainda mais os laços que nos unem».

Lúcio Lara tem por hábito visitar inesperada e impulsivamente escolas e os bairros pobres de Luanda (os «musseques»), onde se mistura com o povo, em diálogo franco e aberto.





ralmente não era utilizada na definição pública dos objectivos do MPLA, pelas condições naturais da época.

*A nível de apoio externo, já havia naquela época uma discriminação, no bom e no mau sentido, deste ou daquele país?*

— Nós recebíamos apoio de muitos comités no estrangeiro, mesmo de países do Ocidente. Recebíamos também o apoio de alguns países africanos que tinham preconceitos políticos a determinados tipos de orientações de esquerda. Mesmo onde essas orientações fossem pura e simplesmente de esquerda, e quanto mais marxista. Por isso, essa linha não é muito definida nos documentos públicos da época, nos diferentes discursos e mensagens que o nosso Presidente Agostinho Neto fazia. Mas, para quem sabia ler, estavam ali nos documentos, os fundamentos da nossa orientação.

### Apoio e organização

*Viria desse «saber ler» o apoio da quase totalidade dos países socialistas à luta de libertação?*

— Uma coisa é bastante conhecida: é que desde o início da nossa acção no exterior nós conseguimos conquistar a simpatia de todos os países socialistas. Havia uma simpatia activa de todos os países socialistas, por reconhecerem que os estatutos e o programa do MPLA de então eram coerentes com uma linha de acção socialista.

*Fale-nos um pouco da organização do MPLA durante a luta de libertação...*

— A luta armada, inevitavelmente, teve os seus altos e baixos. E a organização adaptava-se a esses

altos e baixos. Algumas vezes passava-se pela divisão em regiões, de regiões em zonas, de zonas em sectores, de sectores em locais, como aldeias, pequenas vilas, kimbos, sanzalas, etc... E através desse dispositivo de organização, onde havia um responsável regional político, que era ao mesmo tempo o responsável militar, nós íamos educando o nosso povo, organizando o nosso povo, quer o povo combatente (aqueles que provinham das fileiras da guerrilha) quer as populações locais. Estas últimas é que nos serviam de esteio no desenvolvimento e no alastramento da luta armada, ajudando a continuar a luta e a carregar as armas.

*Dadas as grandes distâncias entre as diferentes frentes de luta, como se processava esse apoio em armas e munições, em suma, o apoio logístico?*

— Essa era um dos problemas mais difíceis. Nós tínhamos regiões que distavam trezentos, mil quilómetros das nossas fronteiras. E tínhamos que pôr lá as armas e a logística era feita por homens em grupos organizados, que eram normalmente formados por voluntários para levar roupas, comida e, muitas vezes, o próprio sal, para as zonas de combate. E isso tudo era feito sob o esquema de uma organização que era político-militar, uma organização que servia à guerrilha, mas que não descuidava, de maneira nenhuma, o enquadramento político, da educação política da população em geral.

*Foi citada a educação política. E a educação pura e simplesmente? O MPLA organizava escolas? Alfabetizava?*

— Os Centros de Instrução Revolucionária agregavam também a organização de algumas escolas normais, de alfabetização, que ensinavam as crianças. Havia diversos ma-

nuais de conhecimentos gerais, de aritmética, etc... Havia, enfim, todo o material de ensino necessário. Era sempre uma preocupação da direcção do MPLA fazer chegar a toda a parte os seus materiais de educação. Muitas vezes isso era até mesmo mais importante do que as armas...

### O partido hoje

*Vamos dar um grande salto. Como é hoje a vida de uma célula do partido, por exemplo, numa empresa?*

— As células nas empresas preocupam-se hoje com a capacidade económica. Não funcionam apenas dentro da organização para saber se este ou aquele elemento faltou à reunião ou o que diz o jornal mural, ou ainda, quem cumpriu a tarefa tal. Já não se limitam só a isso. Mas, fundamentalmente, militam e preocupam-se com a produção, com a produtividade, dinamizam essa produção, analisam a situação da empresa, analisam a falta de quadros de direcção, a não existência de contabilidade e a não prática do cálculo económico. Há empresas, por exemplo, que consomem toda a matéria-prima herdada do passado, que gastam peças, que não têm capacidade de fazer stock de matérias-primas, stock de peças, e de analisar, enfim, se a sua produção foi suficiente, por exemplo, para pagar os salários.

*Gestão económica...*

— A gestão económica. Nós temos um decreto-lei, o chamado 1777, onde se diz que na atribuição de responsabilidades ao director de uma unidade de produção, ele deve ser coadjuvado por aquilo a que chamamos o Conselho de Direcção.





Nesse Conselho estão não só os colaboradores imediatos, técnicos, mas também os chefes dos diversos departamentos da Unidade de Produção. E também um representante do Partido e um representante do sindicato. Tem havido relutância das empresas, é verdade, para passar à prática essa ideia, a aceitarem isso.

*Qual é a tarefa do representante do Partido?*

— Uma das preocupações do Partido é fazer com que um representante seu esteja no Conselho da Direcção. Não para assinar o ponto ou comparecer às reuniões, mas para que leve às células os problemas existentes na Unidade de Produção, e quando possível, levar das células determinado tipo de orientação para inspirar a direcção da empresa. Tudo isso é um processo que está sendo posto em prática, mas que não é aplicado na totalidade das nossas Unidades de Produção. Algumas aplicam e outras fazem resistência.

*Qual a razão dessa resistência?*

— A pequena burguesia, que ainda dirige grande parte do sector económico, resiste muito a esse tipo de controlo, a essa orientação directa do trabalhador, do operário. Mas há neste momento a grande preocupação de dar força aos elementos de

base, da célula, aos comités do Partido no local de trabalho.

*Existe uma escola para a formação político-económica dos militantes do Partido?*

— Nós não temos só uma escola de quadros do Partido. Nós temos a Escola Nacional do Partido e as Escolas Provinciais do Partido, onde passam, obrigatoriamente, os responsáveis políticos das províncias. E estão criadas as condições necessárias para aí passarem, até os próprios responsáveis do Comité Central do MPLA - Partido do Trabalho para se reciclarem...

#### Evitar o «tecnocracismo»

*Qual é o Departamento do Partido responsável por essa formação?*

— É o Departamento de Educação Política e Ideológica. Mas esse trabalho parece-me que já não é suficiente, pois as próprias células, nos seus recentes encontros, têm manifestado o desejo de fazer passar pelas escolas, os próprios coordenadores de células, os seus secretários, em pequenos cursos de aprendizagem dos princípios orientadores da linha política do Partido. Mas isso, na fase

actual, parece-me que não é suficiente.

*E porquê essa sua opinião?*

— Há, da parte dos diferentes organismos do Estado e dos diferentes ministérios, uma preocupação muito grande em formar os seus quadros de gestão. Assim, recentemente, organizou-se um curso de gestores que mereceu a simpatia de todos os participantes pela sua profundidade. Mas é um problema que temos de equacionar melhor, porque, na nossa óptica, deve ser o próprio Partido a criar essas escolas de gestão a fim de não se divorciar a economia da orientação partidária e da militância. Para que se não crie o tecnocracismo. Eu creio que esse é um problema que nós teremos oportunidade de abordar este ano, no I Congresso Extraordinário do Partido.

*Qual a finalidade desse Congresso Extraordinário?*

— Esse encontro resulta das preocupações económicas do I Congresso, que traçou em 1977 um determinado número de orientações económicas e sociais para esse período, devido à escassez de elementos, à anarquia herdada da época colonial, que reinava numa grande parte das actividades económicas. As orientações económicas dadas





pelo I Congresso necessitavam ser reanalisadas num determinado período, após serem postas à prova e após as experiências vividas. Esse Congresso Extraordinário vai fazer o balanço da aplicação de todas essas orientações e traçar perspectivas, em termos de planos quinquenais, para o futuro económico do país.

— *Quer dizer, será um Congresso essencialmente económico?*

— Esse Congresso, previsto para o fim deste ano, será fundamentalmente económico, razão pela qual já alguns sectores estão a fazer os estudos necessários, as análises necessárias, para que possam, de uma maneira científica, determinar o plano económico para os anos seguintes.

*A partir de uma avaliação concreta...*

— De uma avaliação concreta, e hoje, evidentemente, muito mais rica, muito mais fecunda do que em 1977.

*São três anos...*

— São três anos; e três anos de uma experiência muito rica, em que se revelaram quadros, em que apareceram determinadas situações que não eram perfeitamente dominadas em todos os níveis da economia, da produção, quer na agricultura, quer na indústria. Podemos dizer que estamos esperançosos de que esse Congresso Extraordinário dê medidas mais concretas para o quinquénio que se segue.

— *Quantos membros pode ter uma célula?*

— Uma célula pode ter entre três a trinta militantes. Esse número varia segundo o seu tamanho ou a concentração de militantes. As células, em alguns locais, mostram-se muito combativas, e em outros, a sua inexperiência, talvez por falta de dinamismo, não responde de maneira satisfatória. E é essa a nossa grande

preocupação actual: fazer com que realmente transmitam as orientações do Partido ao nível das células dos locais de trabalho.

## O tribalismo

*Como é que o Partido enfrenta e resolve um problema que é tão concreto, e por isso mesmo, mais perigoso, que é o problema tribal?*

— O MPLA, desde o seu início, foi um movimento nacional que procurou consciencializar os seus membros e a população da necessidade de uma prática antitribal, anti-regional, etc... Podemos dizer que tivemos sempre muito cuidado nessa nossa orientação. Todos nós sabemos como a dominação colonial exacerbou em muitos aspectos o sentimento regional, o sentimento étnico, o sentimento racial, o preconceito racial, etc... E seria muito estúpido dizer que em Angola não há resquícios desses sentimentos negativos tribais ou preconceitos raciais ou regionais, etc...

*E qual é a resposta do MPLA a esses, como disse, «sentimentos negativos»?*

— A verdade é que em cada momento, o MPLA, ainda Movimento, e o MPLA, hoje Partido, tem sabido, não só combater, não só educar a população e os membros do Partido nesse aspecto, mas também refrear algumas dessas manifestações que por vezes tendem a aparecer. E o Partido tem conseguido, sem grande esforço, conter algumas manifestações que aparecem em diferentes níveis e em diferentes sectores. Aqui e ali aparece um proteccionismo tribal, uma reivindicação de carácter regionalista. A linha do Partido, que é anti-preconceituosa, tem conse-

guido impor-se sempre. Todos os responsáveis do Partido, estão conscientes de que esse tipo de preconceito não desapareceu nem desaparecerá tão cedo.

*Sim, mas quais são as medidas tomadas nesse sentido?*

— O que é necessário é ter-se consciência de que é um preconceito nefasto, e que isso prejudica o desenvolvimento harmonioso do nosso país, do nosso povo, que prejudica a nossa unidade. Hoje, no nosso povo, pode haver um elemento que seja tribalista. Mas ele sabe que é mau ser tribalista e não tem coragem de manifestar em público o seu tribalismo. Pode manifestar-se com os seus amigos em casa, ou às vezes, numa aldeia qualquer. Mas ele sabe que está a fazer mal. Todos sabemos isso em Angola. Creio que isso é um passo muito importante no combate ao tribalismo.

## A religião católica

*E as relações, as questões surgidas entre o Partido e a religião em geral? E com a Igreja Católica?*

— Nós encaramos esse problema de uma maneira bastante pragmática. Nós não nos preocupamos especialmente com a Igreja Católica para não termos mais um preconceito. É verdade que a Igreja Católica foi o maior baluarte da colonização portuguesa em Angola...

*O cardeal Cerejeira estava lá para isso...*

...e beneficiou-se escandalosamente do proteccionismo governamental, em desfavor de qualquer outra religião. É verdade também que ainda hoje alguns elementos da hierarquia da Igreja Católica manifestam uma grande incompreensão a





respeito da orientação do nosso partido e da sua vontade de unir o povo, independentemente da religião. Mas, no Partido, há a preocupação de não discriminar esta ou aquela religião. Nós encontramos algumas religiões instaladas, bem como algumas seitas, e adoptámos o princípio de tratá-las por igual.

*O que prejudica as relações com a Igreja Católica?*

— Curiosamente, depois da tomada do poder pelo MPLA, surgiram tentativas de implantação de novas religiões. Nós entendemos que isso não é bom. Porquê? Quem é que traz essas novas religiões? Em geral vêm de fora, porque a religião natural da nossa gente, o animismo, onde entra o fetichismo, essa é natural. Mas temos consciência de que só poderemos combater objectivamente esse tipo de religião com o conhecimento, com o desenvolvimento da instrução e da cultura. Aliás como em relação a todas as religiões, mas fundamentalmente com as religiões

animistas, que, muitas vezes, não são nem sequer elaboradas, ou o são muito artificialmente.

### Uma seita especial

*E esse princípio de tratar todas as religiões por igual, como tem funcionado?*

— Adoptámos esse princípio, que temos tentado seguir a despeito de tudo. E pouco a pouco o Partido tem definido princípios orientadores para as religiões de Angola. Há, no entanto, uma religião que o Bureau Político entendeu melhor banir, não individualmente, porque não se pode banir a religião do indivíduo, mas como seita, como instituição, que são as Testemunhas de Jeová.

*E porquê essa seita, especialmente?*

— Pelo comportamento que manifestaram, mesmo durante a Segunda Guerra de Libertação, e que

manifestam ainda hoje, cada vez que se tentam reunir. Essa religião, como organização, como seita, está banida. Não é fácil e não passou pela nossa mente bani-la do espírito dos seus praticantes. Acontece, às vezes, paradoxalmente, numa empresa, um trabalhador que é adepto dessa religião ser um trabalhador exemplar. Nós temos que ter isso em conta. É um problema muito delicado de ser tratado. A nossa Constituição garante a liberdade religiosa. Mas houve algum excesso aqui e ali no período da guerra. É normal. Houve, e uma vez os responsáveis da Igreja Católica queixaram-se, de ocupações de igrejas. Devo dizer que nunca conversámos com esses dirigentes. Nós visitámos as províncias, as aldeias, e temos encontrado igrejas ocupadas por escolas.

*O padre foi obrigado a sair? Convive com essa situação? Participa de comum acordo?*

— São igrejas ocupadas onde o padre não vai, nunca vai. E é um







edifício que está ali, protegido da chuva e do sol. Então os responsáveis locais entendem que devem utilizá-lo de maneira útil, cuidando para que essa construção seja aproveitada pela comunidade. Eles sabem que no dia em que ali chegar um padre para se instalar e rezar a sua missa, aquela igreja será restituída, não foi tirada nem expropriada, está somente a ser utilizada.

*E a Igreja entende essa situação da mesma maneira?*

— Nós temos tentado explicar isso e às vezes é aceite. Temos evitado problemas e procurado viver bem com todos eles, com todas as religiões, e, mais ou menos, temos conseguido isso. Não existem assim grandes problemas, salvo alguns por razões de incompreensão, quer de um lado, quer de outro, que são absolutamente naturais na fase em que nos encontramos.

---

### Holden Roberto e Savimbi

---

*Falemos agora da FNLA e da UNITA, as organizações de Holden Roberto e Jonas Savimbi, respectivamente. Que informações tem o Partido sobre a implantação real dessas organizações no território angolano?*

— Podemos dizer que, depois da guerra, essas duas formações foram destruídas.

*Militarmente e ideologicamente?*

— Ideologicamente talvez não, já que a UNITA utilizou muito um determinado conceito tribalístico, regionalista, para a sua implantação. E a FNLA também. Nós poderíamos dizer que ideologicamente elas estão destruídas, mas, na prática, ainda não o estão completamente. A situação que se viveu depois da guerra, da Segunda Guerra de Libertação,

permitiu que os dirigentes desses grupos se reorganizassem, que fossem subsidiados para se reorganizarem e criarem grupos de flagelação a certos objectivos em Angola.

*Fale-nos da actuação de cada um deles...*

— Em termos de FNLA, podemos dizer que não teve expressão essa reorganização, até porque ela tinha apoio do Zaire. Depois do estabelecimento de relações cordiais entre nós e o Zaire, podemos dizer que essa actuação deixou de existir. Hoje há ainda alguns indivíduos, alguns focos, que de vez em quando se organizam para assaltar alguma fazenda, coisas assim, mas nada de expressivo.

*E por onde anda Holden Roberto?*

— Dizem que está em Paris, exilado. Pediu asilo político à França.

*E quanto à UNITA de Jonas Savimbi? Uma certa imprensa ocidental, principalmente em Portugal, não se cansa de apresentá-la ainda como alternativa de poder...*

— Essa organização, a UNITA, constitui para nós uma espinha muito mais difícil, porque ela é um instrumento da África do Sul, que a utiliza em toda a sua capacidade. Quer dizer, a África do Sul fornece homens, mercenários, armas, canhões, tudo o que é preciso. E ainda dá cobertura aérea, cobertura militar para certos tipos de infiltrações e ocupações.

---

### Agressões na África do Sul

---

*Há provas reais, concretas, desse apoio? Nós estávamos aqui quando do massacre de Kassinga<sup>2</sup> mas há leitores que desconhecem factos como esse.*

— Nós temos destruído colunas e colunas que avançam pelo sul, com minas, com material explosivo, etc.,

que procuram criar problemas atacando objectivos económicos, sistematicamente sabotados. Eu creio que hoje o mundo está consciente de que a UNITA não é mais do que um instrumento dócil nas mãos da África do Sul, da política agressiva de Pretória, e, sobretudo, da resistência que ela tem oposto à verdadeira independência da Namíbia, não permitindo que a Namíbia se torne realmente independente, com o seu movimento de libertação, que é a SWAPO. E daí, toda essa preparação, toda essa utilização que a África do Sul faz da UNITA. Nós temos capturado toneladas e toneladas de explosivos, que são muitas vezes utilizados em alguns objectivos económicos ou em locais como mercados, onde se mata o povo, se aterroiza o povo. E, curiosamente, nesses explosivos existem bombas-relógio, etc... Material aperfeiçoado que a África do Sul coloca nas mãos do Savimbi e da sua gente para nos fustigar, para criar um estado de permanente insegurança, sabotar as pontes, etc., de maneira a obrigá-los a manter todo o potencial militar para toda e qualquer eventualidade.

*Quer dizer que a África do Sul consegue os seus objectivos?*

— Esse é um objectivo que, em certa medida, a África do Sul tem conseguido. O esforço militar que estamos a fazer poderia estar a ser canalizado para a economia do país, para a reconstrução nacional. Aplicamos o nosso potencial contra as agressões da África do Sul, em preparativos de defesa militar, porque o nosso território é diariamente devassado por tropas sul-africanas. E não só os fantoches da UNITA, mas tropas sul-africanas, ou então a aviação, que fazem penetrações em áreas fronteiriças, ou ainda com blindados, sob o pretexto de que perse-





guem grupos da SWAPO. E destroem objectivos económicos muito importantes.

*São efectivos militares sul-africanos que fazem isso?*

— A própria África do Sul bombardeia, ataca os camiões dos nossos ministérios, como os da Construção e do Abastecimento. Bombardeiam hospitais, bombardeiam fábricas, etc... E isso obriga-nos a reforçar cada vez mais o nosso potencial militar.

*No seu balanço geral, a FNLA não conta e a UNITA «existe», graças à subvenção e ao apoio logístico da África do Sul, não é isso?*

— A expressão da FNLA é quase nula. É um movimento fantoche inexpressivo. Não conta absolutamente nada, salvo um ou outro «comunicado» que emite, como um que fez há dias, dizendo que tinha vindo para Angola uma força de quinhentos nicaraguenses. Foi uma forma de se manifestar, de dizer que existe. A FNLA hoje não conta praticamente no contexto nacional como força que possa causar prejuízos reais.

*O que não se passa em relação à UNITA...*

— A UNITA sim, como instrumento da política agressiva da África do Sul. Não como UNITA, ela pró-

pria. Uma vez resolvido o problema da Namíbia, a UNITA acabou... □

(1) No dia 4 de Fevereiro de 1961, jovens e trabalhadores de Luanda, recrutados por militantes do MPLA, atacaram as prisões da capital, armados de catanas, na tentativa de libertar os presos políticos. Essa data é considerada como a da deflagração da «Luta Armada de Libertação Nacional».

(2) Kassinga, aldeia próxima da fronteira angolana com a Namíbia, que foi agredida por tropas paraquedistas sul-africanas, apoladas por ataques de aviação e blindados. O saldo desse ataque foi a morte de 500 pessoas, sobretudo velhos e crianças, refugiados da Namíbia.

Altair L. Campos

## O programa mínimo

**Conforme diz Lúcio Lara durante a sua entrevista, o MPLA, ainda Movimento, tinha no seu início um Programa Mínimo, que é o seguinte:**

Criação de uma Frente Angolana de Libertação que agrupe numa ampla união todos os partidos políticos, todas as forças armadas, todas as personalidades eminentes do país, todas as organizações religiosas, todas as etnias, todas as camadas sociais angolanas, todos os angolanos, sem distinção de tendências políticas, de condições económicas, de raça, de sexo ou idade, todos os angolanos residentes no estrangeiro, a fim de realizar os objectivos seguintes:

a) Continuar a luta por todos os meios para a liquidação da dominação colonial em Angola, de todos os vestígios do colonialismo ou de imperialismo, pela independência imediata e completa da Pátria Angolana.

b) Defender constante e essencialmente os interesses das massas camponesas e trabalhadoras, os dois grupos mais importantes do país, constituindo no conjunto quase toda a população de Angola.

c) Aliar-se a todas as forças progressistas do Mundo e conquistar a simpatia e o apoio de todos os povos à causa do povo angolano.



Lúcio Lara recebe o juramento de Agostinho Neto como presidente da República Popular de Angola.



ANGOLA

# Os racistas persistem na agressão

Carlos Pinto Santos

Na recente invasão da RPA pelas tropas sul-africanas um facto novo surgiu com que os generais de Pretória terão de contar no futuro. O progresso demonstrado pelas FAPLA no combate foi notório e permitiu que as forças cubanas não tivessem de intervir.

Por muito que a propaganda de Pretória reivindique os grandes sucessos da sua última «expedição punitiva» às bases e campos de refugiados da SWAPO no sul de Angola, o ambiente no interior dos altos-comandos militares e no governo de Pieter Botha deve ser, pelo menos, de inquietação. Isto porque, ao desencadear a grande ofensiva em 7 de Junho — com efectivos e meios de combate talvez superiores aos utilizados durante a invasão de 1975 — os chefes do regime racista não contavam, decerto, com a tenaz resistência dos angolanos e a eficiente capacidade operacional, tática e estratégica, demonstrada pelas FAPLA ao longo das quatro semanas que durou a agressão.

Quando abandonaram o território da RPA, em 4 de Julho, os generais sul-africanos tiveram forçosamente que meditar face às dezenas de cadáveres e feridos dos soldados que os acompanhavam e às imagens dos

destroços dos três Mirages, dos dois helicópteros Allouette, dos vários blindados AML-90 e do armamento e material logístico intacto que ficaram a testemunhar no chão de Angola os reveses inesperados do exército mais poderoso de África. Nessas horas que se seguiram à batalha, Jannie Geldenhuys, general comandante das tropas que ocupam a Namíbia, deve ter concluído que a época das incursões impunes tinha definitivamente terminado.

Em 1975-76 as Forças Armadas do MPLA estavam organizadas e equipadas para uma guerra de guerrilhas. Sem tempo para realizar a reconversão para um exército de tipo convencional, o contributo internacionalista de Cuba fora decisivo para expulsar dois exércitos invasores.

De então para cá, não se desperdiçou tempo. A reorganização, o reforço de equipamento, a formação de quadros, permitiram que, cinco anos depois, as FAPLA não se vissem na

necessidade de recorrer da ajuda das forças cubanas. Para estas, no entanto, estabeleceu-se uma linha limite que, se ultrapassada pelos blindados de Pretória, as levaria a entrar em combate. O que não foi necessário.

E nisto está a grande vitória das FAPLA e o motivo maior de preocupação dos dirigentes sul-africanos. No futuro, ao debruçarem-se sobre os planos de novas agressões, terão que ter em conta o salto qualitativo verificado no exército da República Popular de Angola.

## O filme da invasão

Dois ataques precederam a invasão de 7 de Junho.

12 de Maio: tropas helitransportadas com apoio de artilharia ocuparam durante algumas horas uma comuna da província do Cunene, a cerca de 25 quilómetros da fronteira com a Namíbia. Morrem 60 civis



angolanos e é destruída a maior parte das casas;

21 de Maio: uma força superior, composta por 14 helicópteros, 11 veículos blindados e artilharia ataca na província de Kuando Kubango, destruindo tudo o que lhe surge pela frente, casas, pontes, materiais. As tropas angolanas opõem-se ao inimigo, mas ao fim de 10 horas de combate contra forças superiores, são obrigadas a retirar para posições afastadas da zona de batalha. Registam-se mais de 200 mortos e um número desconhecido de feridos. No regresso à Namíbia o exército de Pretória leva consigo equipamento militar, veículos e muitos civis angolanos;

7 de Junho: é o início da grande invasão. Uma força avaliada pelo Ministério da Defesa da RPA numa brigada de 4 batalhões (cerca de 2000 homens) apoiada por três esquadrilhas de caça-bombardeiros Mirages (cada esquadrilha pode ter 15 aviões), dois aviões Hércules C-130 para desembarque de pára-quedistas, 20 helicópteros Puma, 32 peças de artilharia terrestre e 40 blindados AML-90, invadem a província do Cunene. Durante um bombardeamento a um campo de refugiados namibianos a 16 quilómetros de Lubango, a Defesa Anti-Aérea angolana abate três Mirage, cujos destroços são mostrados mais tarde na televisão angolana;

8 de Junho: 2 aviões Hércules C-130 desembarcam duas compa-

nhas de pára-quedistas em Mulemba, onde colocam o seu posto de comando;

10 de Junho: contornando as posições das FAPLA, os invasores atacam as populações da área de Chifufua assassinando civis, destruindo habitações e matando gado;

15 de Junho: uma força sul-africana ataca a população da área de Chitondo;

19 de Junho: as FAPLA sofrem uma emboscada no percurso de N'Giva para Nehone. Morrem 7 soldados angolanos e são capturados pelos invasores peças anti-aéreas e veículos;

22 de Junho: um batalhão sul-africano acompanhado por grupos da UNITA ataca e ocupa a sede da comuna de Evale;

23 de Junho: um batalhão invasor ataca a comuna de Môngua. Numa tentativa de desembarque de pára-quedistas nos arredores de Xangongo, as baterias anti-aéreas angolanas abatem um helicóptero Alouette;

24 de Junho: Pretória intensifica a invasão. Mais uma brigada de infantaria, um batalhão de blindados e dois grupos de artilharia de longo alcance atravessam a fronteira da Namíbia;

25 de Junho: uma companhia sul-africana concentra-se na área de Katomba massacrando as populações. Verificam-se grandes concentrações de tropas racistas a norte de Kuamato e Naulila reforçadas com

tanques AML-90. (Segundo a Imprensa norte-americana reuniu-se neste dia com James Carter uma comissão do Congresso dos EUA para autorizar o presidente a apoiar secretamente os grupos contra-revolucionários da UNITA. Uma proposta com esse fim, a ser aprovada, representará uma alteração radical à posição assumida pelo Congresso em 1976 que proibira o presidente dos EUA a se imiscuir nos assuntos internos angolanos);

27 de Junho: quatro aviões Mirage sobrevoam a cidade de Menongue, capital da província de Kuando Kubango;

28 de Junho: neste dia produz-se, em favor das FAPLA, uma alteração fundamental nos combates. Com efeito, um batalhão angolano reocupa a sede da comuna de Môngua expulsando as tropas sul-africanas. É o maior embate entre as FAPLA e os invasores que se prolonga por quatro horas com as forças em confronto e apenas 50 metros uma da outra. Para proteger a retirada, as tropas sul-africanas procedem a um bombardeamento intensivo com aviões Mirage, Impala e Buccaneer voando a cinco mil metros. No campo de batalha os agressores abandonam, intactos, obuses de morteiro, munições e grande quantidade de material sanitário. Consolidando posições o exército angolano pode, após esta jornada, desenvolver a contra-ofensiva;

29 de Junho: após violentos com-



As províncias do Cunene e Kuando Kubango invadidas pelo Exército sul-africano



bates, as FAPLA repelem os sul-africanos que tentam retomar Môngua. O alto-comando angolano anuncia 19 mortos e 23 feridos entre os seus soldados e um número não controlado de baixas no inimigo. Uma coluna sul-africana apoiada por 40 AML-90 avança até 23 quilómetros de N'Giva, capital da província do Cunene. Tropas de assalto heli-transportadas atacam Mpupa, a 60 quilómetros da fronteira de Kuando Kubango com a Namíbia causando 9 mortos nas milícias angolanas e dezenas de feridos;

1 de Julho: recuperada Môngua, as FAPLA avançaram para Evale que é recuperada neste dia. Criando um forte aparelho defensivo na linha Xangongo-Môngua-Evale os invasores ficam impossibilitados de progredir no terreno;

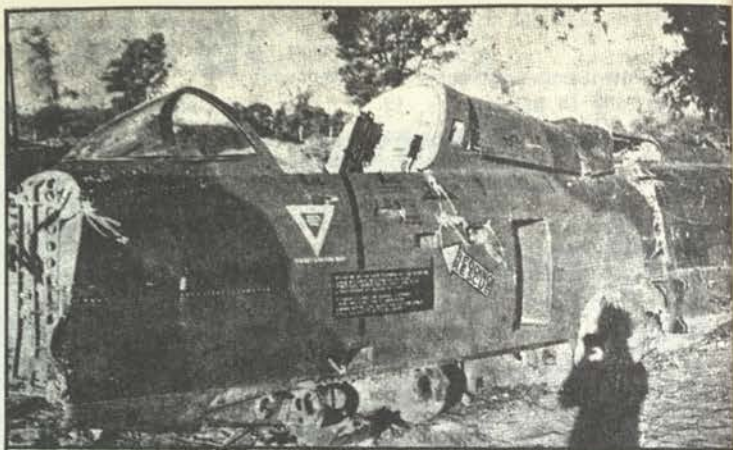
2 de Julho: desenvolvendo a contra-ofensiva as FAPLA recuperam as comunas de Kuamato e Xiede;

4 de Julho: as FAPLA tomam de assalto o posto de comando sul-africano de Mulemba. O exército de Pretória retira para a Namíbia. A partir de 4 de Julho a agressão sul-africana confina-se à violação do espaço aéreo da RPA com metralhamentos de veículos, pontes, estradas e instalações com valor económico.

### Os objectivos de Pretória

Aniquilar o aparelho militar da SWAPO e infligir grandes danos à economia angolana foram os dois principais objectivos que levaram o Governo de Pieter Botha para mais uma aventura belicista.

O primeiro, a questão namibiana, foi publicamente anunciado pelos chefes do *apartheid*, que asseguram terem destruído todas as bases do movimento de libertação instaladas em território da RPA. Resultado que a própria Imprensa ocidental considera demasiado triunfalista e que num futuro próximo será irrefutavelmente desmentido no próprio terreno.



Um dos três aviões Mirage abatidos pelas baterias anti-aéreas angolanas

Com o alargamento da invasão o Governo de Pretória procurou instalar grupos da UNITA para posteriormente poder exigir a participação desta organização fantoche nas negociações sobre a independência da sua colónia. Simultaneamente, em Windhoek a 1 de Julho, consumava-se uma farsa. Perante o administrador-geral sul-africano, Gerrit Viljoena, tomava posse um «conselho de ministros» de doze membros chefiados pelo «primeiro-ministro» Dirk Mudge. Todos estes «membros de governo» pertencentes à Aliança Turnhal punham de imediato em causa a continuação das negociações com a ONU para a retirada sul-africana do país e o estabelecimento do calendário da independência. Nos termos do contrato assinado por estes «muzorewas», o poder executivo passa a ser exercido pelo novo gabinete, ficando Pretória encarregue da política externa, da defesa e com direito de veto em questões constitucionais.

Por outro lado, a invasão sul-africana pretendeu sabotar uma vez mais a resolução 435 das Nações Unidas que prevê a criação de uma zona desmilitarizada abrangendo os dois lados da fronteira (proposta já aceite por Luanda e pela SWAPO) e a realização de eleições livres na Namíbia sob a fiscalização dos organismos da

ONU. Eleições que o regime racista tudo faz para impedir, dado estar consciente de que sofrerá uma esmagadora derrota nas urnas. Isso mesmo confessou o tenente-coronel André Koetze, comandante de uma das principais bases militares da RAS no norte do território namibiano, ao declarar à revista norte-americana *Newsweek* que a SWAPO ganharia as eleições com mais de 60% dos votos. O exemplo da vitória de Robert Mugabe e da Frente Patriótica tem apenas seis meses de existência...

Se estava nos planos dos racistas sul-africanos procurar, com morte e destruição, desmobilizar o apoio da RPA ao povo da Namíbia, nesse caso é evidente que o objectivo foi totalmente fracassado.

Mesmo antes da contra-ofensiva das FAPLA, numa altura em que não se sabia ainda até onde chegariam os blindados dos agressores, dirigentes angolanos proferiram, sem o mínimo sintoma de hesitação, em comunicados oficiais, em discursos públicos ou em intervenções na ONU e OUA, a sua solidariedade indefectível à causa da libertação da Namíbia. Apoio que o povo angolano ratificou nas numerosas manifestações que percorreram todo o território nacional num vasto movimento de mobilização popular.



Pretória falhou ainda noutro aspecto. Referimo-nos, tendo em conta os meios militares empregues e à propaganda que acompanhou a primeira fase da invasão, ao confronto com as forças cubanas para assim internacionalizar o conflito. Isso acontecendo, a diplomacia sul-africana não deixaria de explorar tal facto de parceria com os seus aliados norte-americanos. Confinada a invasão às províncias do sul, o Governo de Luanda, tal como havia declarado Lucio Lara ao jornal britânico *The Guardian*, manteve as tropas cubanas fora do conflito.

### **Destruir a estrutura económica da RPA**

Calcula-se que devido aos ataques sul-africanos cerca de 500 000 pessoas — um décimo da população de Angola — tenham sido obrigadas a efectuarem um movimento migratório abandonando terras, empreendimentos económicos em desenvolvimento, gado e povoações causando enormes problemas de povoamento, abastecimento e de acolhimento de deslocados.

As consequências de todo este abandono e destruição são terríveis para qualquer economia e particu-



**Tropas sul-africanas estacionadas na Namíbia. Um permanente desafio à dignidade africana**

larmente graves para a angolana que tem no Cunene o principal centro ganadeiro com uma produção anual prevista de 10 000 toneladas de carne bovina. As autoridades angolanas viram-se obrigadas a retirar da marterizada província todos os técnicos do CAME (Comité de Ajuda Mútua Económica, que integra os países socialistas) e da FAO (organismo da ONU para a agricultura) que procediam à vacinação do gado, suspendendo a campanha iniciada em Abril último. Do mesmo modo afectada a zona de Cahama de grande importância na produção de ovinos,

que os bombardeamentos sul-africanos não esqueceram.

E se as tropas do regime racista não conseguiram obter êxito no ataque a Tchangongo onde se encontram os melhores meios de distribuição e industrialização de carne do sul de Angola, a instabilidade na zona levou a um novo atraso na construção de uma moderna unidade frigorífica com capacidade diária para 120 animais.

Outras estruturas económicas foram alvo para as bombas de Pretória: o Centro de Estudos Agrários de Chivemba (onde se fazem pesquisas sobre o arroz) e a barragem de Kalueque, de vital importância energética.

Na entrevista ao *The Guardian*, Lucio Lara afirmou que um dos objectivos mais procurados pelos sul-africanos é o caminho-de-ferro de Benguela (alvo preferido da UNITA). «Os sul-africanos estão interessados em sabotá-lo porque faz concorrência ao sistema ferroviário sul-africano para o transporte das exportações do Zaire e da Zâmbia», declarou o secretário-geral do MPLA-PT acrescentando que a RAS está ansiosa para criar fortes laços económicos com estes dois países a fim de promover a sua «constelação de Estados da África Austral».



**Destruição de um dos helicópteros de Pretória derrubados nos arredores de Xangongo**



Contabilizando os prejuízos causados à economia da República Popular de Angola, Pieter Botha tem um motivo de satisfação. Esse objetivo foi parcialmente conseguido.

### Os cúmplices do Apartheid

«Não pode a África esperar justiça?»

Sanções são impostas contra pequenos países que não podem constituir ameaça nem aos governos ocidentais nem às corporações transnacionais, mas o mais perverso de todos, uma estrutura racista que brutaliza e desumaniza os seus próprios habitantes maioritários, uma potência militar com capacidade nuclear suficiente para ameaçar toda a

África, esse monstro prossegue sem qualquer reprimenda ou punição, a despeito dos constantes pedidos nesse sentido por parte do Terceiro Mundo.

O que a África do Sul faz não pode ser completamente dissociado do amplo contexto em que a África do Sul joga as suas cartas: a responsabilidade de cada criança morta em Soweto, na Namíbia ou em Angola precisa de ser aceite pelos parceiros ocidentais de Pretória que ajudam o regime do *apartheid* a sobreviver!.

Se acreditássemos na consciência humanitária do capitalismo estaríamos certos que os dirigentes das cinco potências ocidentais, a que se referiu o embaixador angolano Elísio

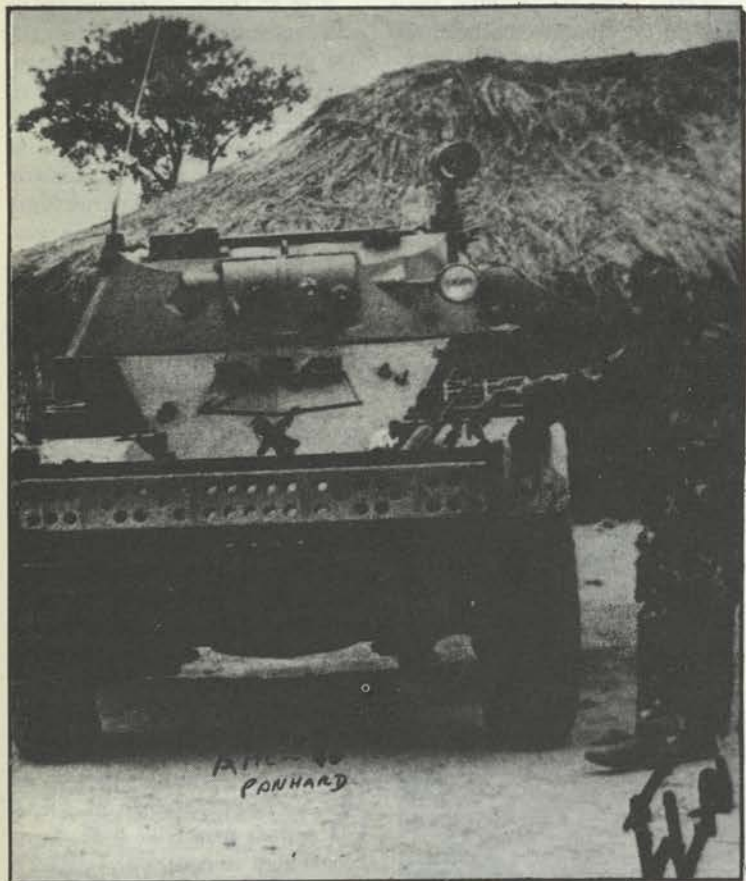
de Figueiredo na sessão do Conselho de Segurança da ONU de 27 de Junho, há muito que teriam enlouquecido com remorsos.

A realidade é bem diversa. As multinacionais do terror que abastecem os racistas sul-africanos, a tecnologia sofisticada que estes importam têm origem norte-americana, francesa, alemã ocidental, britânica, italiana. E daí que a votação que encerrou a sessão condenando por 12 votos as invasões armadas premeditadas, persistentes e prolongadas da República Popular de Angola pela África do Sul, tenha tido três abstenções, as dos Estados Unidos, França e Reino Unido. No texto aprovado adverte-se simplesmente Pretória que o Conselho de Segurança terá de lhe aplicar, no caso de novas invasões, as sanções internacionais obrigatórias, conforme o artigo 7.º da Carta da ONU, que prevê represálias militares.

Medidas executivas que, como afirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, Paulo Jorge, na cimeira da OUA em Freetown, «se impõem desde há longo tempo» e que deveriam compreender um embargo de petróleo e de armas, assim como a transferência de tecnologia nuclear, transportes e um boicote económico eficaz.

Na resolução do Conselho de Ministros da OUA, aprovada por unanimidade, os países ocidentais são acusados de partilharem a responsabilidade pelos crimes cometidos contra o Governo e o povo angolano sendo o Conselho de Segurança intimado a assumir decididamente as funções que lhe competem.

Mas se a África está unida e é unânime na condenação dos racistas de Pretória (mesmo Mobutu se deslocou a Luanda durante a invasão para verberar a política agressiva sul-africana) um longo caminho ainda está por percorrer para que os países ocidentais se vejam obrigados a ultrapassar as condenações platónicas hipócritas. □



Um panhard AML-90 capturado intacto pelas FAPLA. Maiores revezes esperarão no futuro os agressores sul-africanos



ÁFRICA  
DO SUL

# Zabriskie Point na terra do apartheid

*A política de discriminação racial está em crise. Não satisfaz à burguesia, que teme pelo desenvolvimento capitalista, divide o Partido Nacional e leva as massas à rebelião. Com a independência do Zimbabwe, chegou a hora da África do Sul*

Beatriz Bissio

**Q**UANDO, há tempos atrás, o Governo sul-africano se viu forçado a admitir que três das principais refinarias de petróleo do país tinham sofrido um grave atentado, a impressão era a de que o destino do país já estava traçado e nada seria capaz de mudá-lo: libertado o Zimbabwe, chegava a hora da África do Sul.

Sem dúvida, o triunfo do movimento popular no Zimbabwe foi importante para as forças progressistas sul-africanas, mas a crescente mobilização das massas naquele país não se deve somente a esse facto. Na verdade, o próprio sistema de «desenvolvimento separado», o *apartheid*, é a principal causa do fracasso do regime.

## O que é o apartheid

*Apartheid* é uma palavra composta por raiz inglesa, *apart* (aparte), e a terminação holandesa *heid*, que significa gado ou rebanho. Pode-se traduzir literalmente por «rebanho aparte», que é o fundamento da ideologia racista que divide o homem em categorias, segundo a cor da sua pele. As três categorias principais — negros, mestiços e brancos — subdividem-se em subcategorias, como malaios, indianos, chineses e outros asiáticos. Na pirâmide das categorias humanas do *apartheid*, a raça branca está no ápice e a raça negra na base, com todas as possibilidades intermediárias.

O Partido Nacional, com os seus ideólogos Verwoerd e Eiselen, institucionalizou o apartheid em 1948 e, desde então, a política fundamentalmente sobre o pilar do desenvolvimento autónomo das raças, ou seja, a separação territorial dos brancos, mestiços e negros. Concebeu-se a criação dos bantustões (de *Bantu Homelands* — territórios pátrios) exclusivos para a população negra, nas piores terras, deixando aos brancos as mais vastas e ricas áreas do país. A população negra, apinhada nos bantustões (13% do território nacional), seria «livre» dentro das fronteiras desses Estados artificiais, criados dentro da própria África do Sul. Assim, ao concentrar a população negra nos bantustões, que se vão tornando «in-



dependentes», os brancos — hoje em minoria na África do Sul — passam a ser maioria. Os negros são considerados «estrangeiros» no seu próprio país e recebem a nacionalidade do bantustão onde nasceram. Os brancos, assegurando-se com a «maioria», obtêm automaticamente uma justificação para o seu domínio.

### A legislação racista

Essa política é exercida com extrema rigidez. Nas áreas dos brancos — ou seja, em todas, excepto as dos bantustões — os negros estão sujeitos a uma rígida legislação do apartheid, que os obriga a usar cartões de identificação com fotografia e indicação do grupo étnico a que pertencem; um pequeno livro de referências, com dados sobre o pagamento de impostos, registo de emprego e autorização para permanecer na área branca. São obrigados a frequentar escolas e a terem assistência hospitalar em locais só reservados aos negros e, nos poucos espectáculos públicos, que estão autorizados a assistir, têm que sentar-se em locais especiais, determinados previamente. O passaporte de circulação permite-lhes permanecer na área branca somente por 72 horas e qualquer infração pode ser punida com a deportação para o bantustão.

Quando o negro desempenha o mesmo trabalho do branco, o seu salário é sempre inferior. Enquanto existe 1 médico para 370 brancos, só há 1 médico para 45 mil negros; há uma enfermeira para 152 brancos, enquanto que há uma enfermeira para 1000 negros. Dos 70% de crianças negras que chegam a iniciar a escola primária, 95% não chegam a terminá-la. Enquanto os brancos têm livros e matrículas gratuitas, as crianças e os adolescentes negros têm que os pagar. Os mão-brancos — incluídos nessa categoria os mestiços e os asiáticos — não têm direi-

tos políticos e desde 1978 estão proibidos os partidos multirraciais.

Estima-se que os bantustões representam 70% da população do país. No entanto, são muito reduzidas as possibilidades de trabalho. Assim, o nativo vê-se obrigado a deixar a sua família e «emigrar» para o território dos brancos na África do Sul, onde vive humilhado e amedrontado. A mulher e os filhos ficam à espera de uma parte do reduzido salário que o chefe de família passará a enviar-lhes, se tiver a sorte de conseguir emprego.

Essa legislação reaccionária, que já foi condenada pelas Nações Unidas como «crime de lesa humanidade» e acusada de «ameaçar a paz e a segurança internacionais», levou o regime de Pretória a uma situação de isolamento no cenário internacional, criando tensões internas cada vez mais explosivas.

### O fracasso da bantustanização

Nos últimos anos, foram investidos nos bantustões 24 milhões de rands (21 milhões de dólares), enquanto, no mesmo período, o regime aplicou 150 vezes mais em segurança interna. Esta política é responsável pela deficiência de oportunidades de trabalho nos bantustões, onde só foram criados dez mil novos empregos dos 500 mil prometidos anteriormente.

As estatísticas prevêem dificuldades ainda maiores: actualmente os bantustões têm uma densidade populacional de 46 habitantes por km<sup>2</sup> (em média, na África do Sul, esse índice é de 13 habitantes por km<sup>2</sup>). O Bureau of Standards and Statistics estima que, no final do século, a população de negros atingirá aproximadamente 50 milhões de pessoas, dos quais somente 18 milhões poderão ser acomodados nos bantustões, que terão uma densidade populacional de 193 habitantes por km<sup>2</sup>. Para

empregar toda essa mão-de-obra, os bantustões teriam que alcançar, nestes vinte anos que nos separam do século XXI, um nível de desenvolvimento económico semelhante aos dos países do Mercado Comum Europeu.

Essa situação é do conhecimento dos dirigentes actuais e também dos membros do Partido Nacional e dos líderes negros, sejam moderados ou radicais. Todos eles, apesar das suas diferentes perspectivas, estão a tentar dar uma resposta a esse desafio.

Os dirigentes negros moderados, muitos dos quais aceitaram a política de bantustanização por oportunismo ou porque pensam ser essa uma saída para evitar um desenlace sangrento, não têm hoje mais argumentos para defendê-la.

Lucas Mangope, do bantustão Bophustatuana, já há algum tempo mostrou o seu cepticismo: «como podemos crer na sua boa vontade (do regime de Pretória) se tentam convencer-nos de que 87% das terras devem permanecer nas mãos de 4 milhões (1) de sul-africanos brancos?».

O dirigente zulu Buthelezi, do bantustão Kwazulu, há muito tempo que perdeu as ilusões: «A minha posição é clara», afirmou: «os brancos chegaram à África do Sul há 300 anos e são tão sul-africanos como um zulu. Assim, não há nenhuma razão para que eles tenham todos os privilégios e nós continuemos a viver como semi-escravos, pois é essa a verdadeira situação do negro sul-africano».

Dentro do Partido Nacional, o partido do governo, as divergências tornaram-se profundas. Existe um sector duro, extremista, que se nega a abrandar a legislação racista, enquanto uma ala mais moderada, da qual faz parte o presidente Pieter Botha, considera importante fazer-se agora algum tipo de negociação, pois, caso contrário, poderá ser tarde demais para qualquer tipo de acordo. Sectores empresariais e bancários já



se manifestaram a favor desta última opção. Para eles, o que está em jogo é o domínio económico de toda a África Austral, um mercado de mais de 50 milhões de habitantes, num território equivalente a cinco vezes a Europa Ocidental.

Eles já viam com temor o futuro do capitalismo sul-africano em 1975 quando Angola e Moçambique conquistaram a independência. Agora, com a instalação de um regime progressista no Zimbabwe, sentem, mais do que nunca, a necessidade de uma política mais flexível e realista. Nestes últimos cinco anos, a tomada de consciência dos povos da África Austral fê-los compreender que só na unidade económica poderá estar o germe da libertação definitiva (ver cadernos do terceiro mundo n.º 24, «África Austral: uma nova comunidade económica»). Na recente reunião dos países da Linha de

Frente, realizada em Lusaka, foi defendida a necessidade de se criar uma estratégia comum «contra a dependência económica em relação à África do Sul». E, nesse sentido, foram definidas como áreas prioritárias de colaboração, a agricultura, a indústria, o comércio e a energia.

Se os sectores considerados «esclarecidos» da burguesia sul-africana já defendiam a liberalização africana do apartheid em 1975, hoje, em 1980, assumem uma posição mais activa em defesa do único caminho que pensam ser viável para preservar os seus interesses económicos. Um representante aberto dessa linha, empresário e banqueiro, declarou em círculos europeus que «o povo branco da África do Sul deve vencer o desafio de serem criadas condições para que, no período de uma geração, tenha desaparecido a actual desigualdade económica, socialmente

explosiva, que pode gerar situações desastrosas para o progresso do país». Para ele, «o progresso da África do Sul é o desenvolvimento do capitalismo sul-africano».

Harry Oppenheimer, o dono de um dos maiores consórcios mineiros do mundo, com investimentos em vários continentes, defendeu também publicamente uma política moderada.

### A posição revolucionária

A África do Sul passa actualmente por uma crise profunda, resultado de vários problemas sobrepostos, que podem ser definidos numa só palavra: apartheid. A deficiência de mão-de-obra qualificada, impedindo o normal desempenho do sector industrial, é uma consequência da política racista, que impõe restrições artificiais ao mercado do trabalho.

## Os Thatcher também estão comprometidos

Criou-se uma situação embaraçosa para a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher com a recente divulgação do nome de seu marido, Denis Thatcher, entre os empresários que na África do Sul pagam aos operários negros salários inferiores ao mínimo estipulado por lei. Mr. Thatcher é o director da Burmah Oil. Uma das suas subsidiárias na África do Sul foi acusada de infringir a lei salarial. Na lista também figura a British Petroleum, que tem uma participação de 46% do Estado Britânico.

O Governo recusou-se a divulgar os nomes das firmas britânicas envolvidas na questão, mas todos os detalhes encontram-se nos informes enviados a 202 firmas britânicas, sujeitas ao código de conduta da Comunidade Económica Europeia (CEE), que rege as empresas britânicas com interesses na África do Sul. O código foi adoptado em 1977, mas não tem poderes punitivos face às transgressões. A única medida que pode ser utilizada é a de publicar o nome das firmas que não respeitarem as normas estipuladas pelo código.

Um grupo de parlamentares da oposição trabalhista exigiu que o secretário de Comércio John Nott publique os nomes de todas as companhias faltosas.



O apartheid só se mantém pela força das armas



Essa situação começou a gerar uma crise em 1974, quando já faltavam 20 mil operários para as companhias mineiras, diminuindo a produção de ouro em cerca de 12%. Malawi e Lesoto, que abastecem as minas sul-africanas com 50% da mão-de-obra, estão agora a dificultar o recrutamento de trabalhadores para a África do Sul, devido às deficientes condições de trabalho. Moçambique está a desenvolver grandes projectos que poderão absorver, na próxima década, importantes contingentes de mão-de-obra, criando muitas oportunidades de emprego no país e evitando que os operários tenham necessidade de emigrar para a África do Sul.

As novas condições criadas, tanto no plano político como no plano económico, pelos avanços registados no continente africano, favoreceram as correntes revolucionárias sul-africanas, reunidas no African National Congress (ANC), presidida por Oliver Tambo. O ANC foi o

primeiro movimento de libertação africano e tem quase 70 anos de luta. É reconhecido pelo movimento dos Países Não-Alinhados e pela Organização de Unidade Africana (OUA) como o legítimo representante do povo da África do Sul. O ANC põe totalmente em questão o regime de *apartheid* e desenvolve um trabalho clandestino, através da luta armada e sabotagem, apoiado pelas massas exploradas.

### Dois, três, mil Sowetos

A África do Sul já tem um símbolo de luta contra a discriminação: a resistência heróica do povo de Soweto, um subúrbio negro que enfrentou desarmado, em 1976, a repressão do regime racista. O saldo foi um massacre com 600 mártires.

Quatro anos depois, em 1980, multiplicaram-se na África do Sul, os Sowetos. A imprensa mundial dedicou espaços importantes às recentes lutas em diferentes partes do

país, particularmente na Cidade do Cabo. As greves operárias alcançaram níveis de combatividade desconhecidos na África do Sul (ver **cadernos do terceiro mundo** n.º 24, «Tempos difíceis para o *apartheid*»).

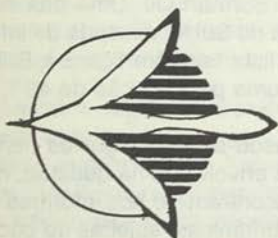
O regime continua a massacrar e o povo insiste na sua revolta. Mas agora as condições objectivas são outras: libertado o Zimbabwe, os esforços das Nações Unidas, da OUA, de todo o continente, podem centrar-se nas fronteiras do *apartheid*.

Ante a visão dantesca das três refinarias de Sasolburgo em chamas — consequência de mais um audacioso atentado reivindicado pelo ANC — cabe um paralelo: a África do Sul alcançava o seu Zabriskie Point. Como no célebre filme de Michelangelo Antonioni, a civilização que oprime o povo negro e mestiço da África do Sul pode estar condenada à destruição. □

(1) A população da África do Sul é de 27 milhões e 500 mil habitantes (1978).

# LANICA

LINEAS AEREAS DE NICARAGUA, S.A.



A partir do México, uma conexão direta com

- EL SALVADOR
- MANÁGUA

(Terças, quintas e sábados)

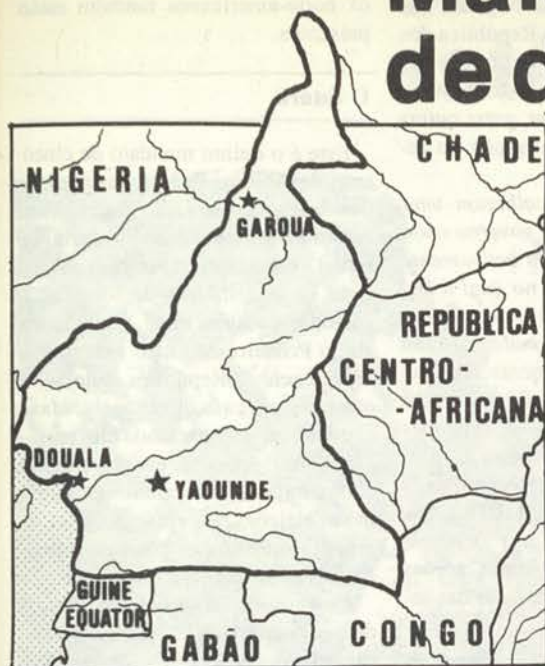
De Manágua a:

- São José da Costa Rica
- Panamá
- Miami\*

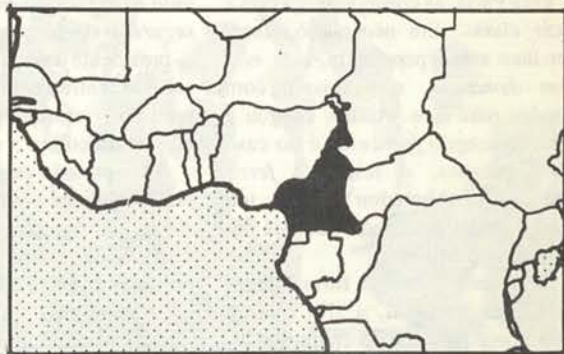
No aeroporto do México, consulte o telefone 762-4708  
Na cidade do México, escritório à Avenida Reforma, 322-B  
Telefones 511-3290 e 511-3617



# Mais cinco anos de ditadura



*Depois do colonialismo, o neocolonialismo francês e inglês. A farsa eleitoral, manipulada pelo regime dominante. A luta de libertação, a guerrilha e a esperança de uma independência verdadeira num país que tem entre 10 a 30 mil presos políticos*



O presidente da República Unida dos Camarões, Ahmadou Ahidjo, foi reeleito pela quinta vez consecutiva. Segundo as estatísticas oficiais, o seu mandato foi obtido «graças ao apoio» dos 99,9% dos votos emitidos, numa eleição em que teriam participado 99% da população. Só um partido, a União Nacional dos Camarões (UNC), que já se encontrava no governo, pôde participar das eleições, realizadas no mês de Abril.

Serão mais cinco anos de um governo dirigido por Ahidjo (56 anos), que chegou ao poder de mãos dadas com os franceses, em 1960

O país recebeu o nome de Camarões no século XV pelos exploradores portugueses, devido à enorme quantidade do crustáceo encontrada num rio da região. Esse Estado, cuja capital é Yaoundé, foi colónia alemã desde 1884. Em 1916, durante a I Guerra Mundial, um exército anglo-francês invadiu o território, dividindo-o até 1960, ano da inde-

pendência. Naquela data, o sector denominado «francês» tornou-se a República Independente dos Camarões. Ahmadou Ahidjo, ministro do Interior no primeiro governo da «Província Francesa dos Camarões», em 1956, conseguiu afastar o primeiro ministro André-Marie Mbida e ocupar o seu posto. Portanto, há vinte anos que se encontra no poder.

## Luta pela independência

A luta pela independência não seria fácil. Em 1948 apareceu em cena a União Popular dos Camarões (UPC), cujo primeiro objectivo era reunificar num só Estado independente todos os Camarões, acabando com a divisão arbitrária imposta pela Sociedade das Nações (a qual deu origem à Organização das Nações Unidas), depois da derrota da Alemanha e a consequente perda das suas colónias, que criou um Camarões francês e um inglês.

A UPC tinha as suas bases na região «francesa», mais desenvolvida e com maior quantidade de habitantes, e iniciou a sua actividade internacional em 1952 quando pediu à ONU a reunificação do território e a instalação de uma assembleia representativa para o Camarões unificado, a qual teria que ser escolhida na base do sufrágio universal. Ruben Um Nyobé, um nacionalista revolucionário, foi o primeiro chefe da UPC e ele mesmo apresentou em várias oportunidades, diante da ONU, as reivindicações do povo.

Os ânimos foram-se acirrando. Em 1955, manifestações e greves pela liberdade na cidade costeira de Douala, acabaram por ser ferozmente reprimidas pelos franceses. Em consequência, a guerra de resistência contra a França colonialista foi lançada em 12 de Julho de 1956, constituindo-se o Exército de Libertação Nacional. Isso não significou que a UPC deixasse de lado as possibilidades de alcançar a liberdade



por meios pacíficos. A última tentativa nesse sentido foi a integração da organização no governo de André-Marie Mbida (primeiro-ministro da «Provincia Francesa dos Camarões»), para que este decretasse «eleições gerais, amnistia geral e independência imediata». Cruel repressão foi a resposta, e os que lutavam pela independência não tiveram alternativa senão a de empregar a guerrilha contra os colonialistas e os seus representantes.

Para Paris, as coisas começavam a ficar claras. Era necessário oferecer-lhes a independência, mas não «em demasia», e contavam com aliados para isso. Assim, chegou a descolonização francesa, e no caso do Camarões, o *testa de ferro* chamava-se Ahmadou Ahidjo, um nortista mais moderado que o já desacreditado Mbida.

Dois anos antes da formal independência nacional, a UPC sofreu uma grave perda: a do chefe do *Comité Nacional de Organização*, Nyobé, que dirigia o movimento revolucionário a partir da mata de Boum-Nyebel, em território Bassa. Foi lá que, em Setembro de 1958, no decorrer de uma luta com militares inimigos, aquele dirigente perdeu a vida.

Outro nacionalista revolucionário, Félix-Roland Moumié, ocupou o seu lugar. «A revolução camarão escolheu a violência» devido à «impotência da não-violência», disse Moumié. Mas a França já tinha montado a «grande obra» da independência. No dia 3 de Novembro de 1960, também Moumié caiu assassinado pelos colonialistas. Um agente secreto francês envenenou-o em Genebra.

#### Proseguimento da «peça»

Desde que chegou ao Poder, Ahidjo dirigiu as suas forças no sentido de conseguir a unificação com os Camarões ingleses. Para isso celebrou-se um referendo na região

controlada por Londres, tendo como resultado a integração do território (no Norte) na vizinha Nigéria, enquanto o Sul se unia à República dos Camarões sob uma Constituição Federal. Essa constituição foi abolida em 1972 para dar lugar, entre outras coisas, à institucionalização do regime ditatorial.

«Os Camarões escolheram uma forma democrática de governo onde os cidadãos participam activamente na vida pública, mas no qual o Estado é suficientemente forte para assegurar a coesão nacional», afirmou o presidente recentemente. Há, no entanto, entre 10 mil e 30 mil presos políticos, retorquiram os camarões que lutam contra a ditadura.

A repressão está centralizada principalmente sobre a UPC, que apesar dos golpes e dos desaires, ainda hoje realiza algumas acções militares e dirige a oposição das esquerdas ao governo.

#### Quem colabora?

A França é o principal suporte da ditadura nos Camarões. Ahidjo foi amigo do falecido Charles De Gaulle, e hoje mantém relações fraternais com o presidente Giscard d'Estaing. A maior parte da ajuda provém de Paris, em troca do financiamento da metade das importações do país. O restante da colaboração vem da Comunidade Económica Europeia (CEE) e de nações árabes

como o Kwaite, Quatar e Arábia Saudita. Através do Banco Mundial, os norte-americanos também estão presentes.

#### O futuro

Este é o quinto mandato de cinco anos de Ahidjo. Espera-se a definitiva institucionalização do regime, com uma possível aposentadoria do actual presidente. Poucos meses atrás, a Assembleia aprovou uma emenda constitucional, decidindo que o Primeiro-Ministro assumirá a Presidência da República, automaticamente, em caso de renúncia, afastamento ou incapacidade do presidente. Antigamente, em circunstâncias similares, deveriam ser feitas novas eleições. No entanto, agora, o primeiro-ministro conservará a Presidência até finalizar o mandato.

Caso venha a acontecer algum desses imprevistos, já há vários candidatos para substituir Ahidjo. Obviamente, todos homens do sistema. São eles: Paul Mbiya (47 anos), actual primeiro-ministro, um tecnocrata ligado ao governo francês, originário do Sul; o presidente da Assembleia, Salomón Tandeng Muna, de tendência britânica e que, como Ahidjo, é do Norte e muçulmano. E, finalmente, o *homem chave* dos franceses: Sadou Daoudou. Há dez anos que é ministro de Estado responsável pelas Forças Armadas. □

**Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva dos "Cadernos do Terceiro Mundo" para todo o território angolano.**

**Empresa Distribuidora Livreira  
Caixa Postal 1245  
Luanda — República Popular de Angola**





# Obote está de volta

J. J. Patrick

*Depois da queda de Idi Amin, o governo de Binaisa tenta impedir que Obote participe nas eleições. A aliança com o Quênia e a tendência pró-ocidental.*

*A ajuda da Tanzânia e o posterior controlo do país por uma Junta Militar do Exército ugandês*



O sector maioritário do exército que apola Obote levantou-se contra o regime de Binaisa

**M**ILTON Obote, derrubado por Idi Amim, em 1971, depois de ter presidido por cinco anos a um governo que os críticos consideraram demasiadamente radical, regressou ao seu país proclamando um programa avaliado como mais realista e moderado, produto de um ajustamento às difíceis condições em que se encontra o país, depois do desastroso governo de Amin e da luta pela queda do ditador.

Obote amadureceu essa orientação durante o seu exílio de 9 anos, na Tanzânia, onde teve estreito contacto com o presidente Julius Nyerere.

O líder tanzaniano é exactamente o precursor de uma linha revolucionária pragmática que, sem sacrificar as metas socialistas, procura mo-

delá-las à realidade do continente africano que, depois do colonialismo, encontrou dificuldades para mobilizar recursos, tecnologias e conhecimentos associados.

Recebido em triunfo pelos seus partidários do *Uganda People's Congress* (UPC) quando do seu regresso em Maio último, Obote definiu-se como um «cavalheiro revolucionário», defendeu a participação da iniciativa privada na reconstrução do país e prometeu não reincidir nas nacionalizações maciças feitas no seu governo desde 1966.

Era evidente a sua intenção de tranquilizar os sectores que foram anteriormente atingidos pela antiga política do governo, e sobre os quais se havia começado a desenvolver nos últimos meses uma estratégia ocidentalista para enfrentar a influência

dos partidários de uma via para a libertação dentro da política ugandesa, depois da queda de Amin em 1979.

O regresso de Obote ao Uganda acompanhou um golpe militar que, segundo todos os indícios, tinha a finalidade de desarticular essa estratégia, diante das crescentes evidências de que o ex-presidente Godfred Binaisa participava nela. Além disso, ainda permanecem estacionadas no país tropas tanzanianas com um contingente de mais de 10 mil homens que, no ano passado, desempenharam um papel decisivo no triunfo alcançado pelas forças rebeldes contra a ditadura de Amin.

Era lógico que se prevesse que, mesmo por elementares razões de segurança interna, a-substancial par-



ticipação tanzaniana nessa luta apontasse não somente para o derrube de Amin, mas também para a consolidação de condições internas no Uganda que impedissem o retorno à ditadura ou um fortalecimento dos interesses que há quase uma década promoveram a sua instalação como alternativa a Obote.

Binaisa contou com a ajuda da Tanzânia quando subiu ao poder em Junho do ano passado, deslocando o sucessor imediato de Amin, Yussef Lulé, cuja errada política de governo dificultava a estabilização do novo sistema político.

Meses depois da queda de Amin, Binaisa começou a dar os primeiros passos para o que parecia ser um projecto político de linha pró-capitalista. A sua progressiva aproximação a Daniel Arap Moi, o presidente pro-ocidental do vizinho Quênia, foi julgada como uma tentativa de procurar apoio contra os sectores progressistas do Uganda e da região.

Essa acção de Binaisa ganhou rapidamente o apoio anglo-norte-americano. Foram adoptadas medidas claramente destinadas a bloquear um possível regresso de Obote ao poder, através das eleições prometidas para o fim do ano em curso.

Binaisa, na realidade, mostrou as suas cartas marcadas, quando, em Abril passado, Obote declarou em Dar-es-Salaam que regressaria ao Uganda para participar nas eleições. A resposta de Kampala a esse aviso

foi um decreto que proibia a apresentação de candidaturas fora da lista da Frente de Libertação do Uganda (FLU), o partido do próprio Binaisa.

A medida era nada menos do que um golpe de Estado dado por Binaisa, pois subvertia toda a ordem institucional pluralista surgida da insurreição vitoriosa contra Amin, privando Obote de toda e qualquer possibilidade de ascender legalmente ao poder.

A identificação de Binaisa com os interesses ocidentais tinha gerado dessa maneira um novo aparelho de poder, que significava, na prática, a instalação de uma nova ditadura no país.

Em reacção a essa mudança no curso dos acontecimentos, o maioritário sector militar que apoia Obote levantou-se em 12 de Maio último contra o regime de Binaisa, numa acção dirigida pelo general David Oyite Ojok, chefe do Estado Maior do Exército ugandês.

Uma Junta militar presidida por Paulo Muwanga foi instalada como órgão supremo do poder, em substituição do Conselho Consultivo Nacional (CCN), uma espécie de parlamento com poderes executivos, onde Binaisa contava com a maioria dos seus membros. O CCN ficou com um papel puramente legislativo e subordinado à Junta Militar, que advertiu: «os nossos poderes não poderão ser questionados por via legislativa nem por nenhum tribunal».

A decisão mais importante da

Comissão Militar foi a de anunciar que as eleições legislativas e presidenciais seriam realizadas, dentro dos prazos previstos, e que «todos os partidos políticos poderão participar nas eleições», reabrindo para Obote a via legal para o poder.

No entanto, tratava-se de um caminho semeado de obstáculos e perigos. A dificuldade principal que Obote agora enfrenta, é a impossibilidade da construção de um projecto político que prescindia totalmente das forças da oposição. Trata-se, pois, de encontrar fórmulas que permitam contar com elas, sem, no entanto, lhes dar um papel hegemónico.

Não se trata apenas de uma necessidade similar à que, no Zimbabwe, induziu o Primeiro-Ministro Mugabe a procurar a cooperação dos brancos e do capital privado como única opção para manter aberto o acesso a tecnologias e *know-how*, imprescindíveis para o desenvolvimento do país. Essa necessidade pesa igualmente na política de Obote. Mas, além disso, em torno dessa necessidade, gravita também o perigo de que Arap Moi feche, para Kampala, o porto queniano de Mombassa, única via de saída para as exportações do país.

A marcha de Obote para as eleições deve articular-se, assim, numa complexa trama de negociações orientadas para a conciliação de uma linha nacionalista com os interesses expressos através de Nairobi.

## Para entrar no Brasil, o caminho é a EMESA-TRADING.

A EMESA tem cooperado profundamente para o desenvolvimento económico dos países africanos, especialmente em Moçambique.



Rio de Janeiro, São Paulo, Londres, Lisboa,  
Caracas e Nova Iorque.

Rua Miguel Couto, 105/17.º — Rio de Janeiro

Telex 23649 IESA BR



# Abdelaziz: Marrocos tem 3 meses para dialogar com a RASD



*A luta de libertação do povo saauri à luz das recentes vitórias diplomáticas na 17.ª Cimeira da OUA em Freetown*

**Baptista da Silva**

**A** PÓS um aceso debate que atravessou a 17.ª Cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA) sobre a questão do Saara Ocidental, ponto quente desta reunião — a cimeira decorreu nos 4 primeiros dias de Julho no Centro de Conferências de Aberdeen, nos arredores de Freetown, capital da Serra Leoa — os chefes de Estado e de Governo africanos resolveram, por consenso, conceder mais uma oportunidade — seguramente a última — a Marrocos de rever a sua posição em relação ao conflito que grassa há já quatro anos naquela região do nordeste de África, pondo termo aos seus propósitos anexionistas sobre aquela antiga colónia espanhola.

Efectivamente, a resolução de compromisso seria aventada na vés-

pera do final da Cimeira, 3 de Julho, pelo presidente senegalês Leopold Sedar Senghor, e apresentada no dia seguinte pela Nigéria na qualidade de presidente da comissão «ad-hoc» para o conflito do Saara Ocidental, após uma reunião maratona que se prolongou pela madrugada de 3 para 4 de Julho, entre a referida comissão e o «bureau» de coordenação da OUA. Para além da Nigéria, a actual comissão «ad-hoc» integra o Sudão, o Mali, a Tanzânia e a Guiné-Conacry.

O texto da resolução afirma:

1) A Conferência toma nota do relatório da 3.ª sessão da comissão «ad-hoc» (...)

2) Decide pedir à comissão (...) que continue a desenvolver esforços a fim de conciliar as partes em con-

flicto e encontrar uma solução pacífica e duradoura para esta questão;

3) Felicita-se pela vontade de Marrocos de encetar discussões com todas as partes interessadas e de participar plenamente nos trabalhos da comissão «ad-hoc»;

4) Decide que a comissão «ad-hoc» deva reunir-se em Freetown nos próximos três meses.

## «Cessar fogo e referendo»

Segundo o que ficou acordado no final desta 17.ª Cimeira da OUA, o seu actual presidente, o chefe de Estado da Serra Leoa, Siaka Stevens, convocará para Freetown, no máximo para daqui a três meses a contar do termo daquela reunião, ou seja, até 4 de Outubro, a referida comissão «ad-hoc» e tentará com ela aproxi-



mar os pontos de vista das partes envolvidas no conflito. No caso de haver acordo, este será submetido a uma cimeira extraordinária da OUA, que a ratificará.

O relatório saído da 3.<sup>a</sup> sessão da comissão «ad-hoc», que o texto da resolução agora aprovada refere, preconizava um cessar fogo e a posterior organização de um referendo à população saarai, a realizar-se após a retirada das tropas marroquinas para lá das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas. Recorde-se que, até ao momento, Marrocos tem boicotado sistematicamente os trabalhos da comissão «ad-hoc» e sempre recusado a realização de qualquer referendo.

Paralelamente ao aceso debate que a questão saarai motivava na cimeira de Freetown, decorria o processo administrativo de adesão da República Árabe Saarai Democrática. Processo que, em boa verdade, era alvo de uma série de «expedientes» muito pouco conformes com as regras protocolares da organização.

### Maioria da África reconhece a RASD

Na realidade, ainda não decorrer da reunião de ministros de Negócios Estrangeiros, preparatória da Cimeira da OUA ao mais alto nível, a República Árabe Saarai Democrática havia entregue ao secretário-geral da organização em exercício, Eden Kodjo, a sua carta de adesão como Estado membro. Ora, segundo o artigo 28.<sup>o</sup> da Carta de OUA, o secretário-geral deveria ter encaminhado o pedido de adesão a cada um dos 50 países membros da organização, aguardando a posterior resposta destes, a fim de constatar se o pedido de adesão tinha ou não obtido a maioria simples de 26 «sims» exigido pelo referido artigo da Carta para que qualquer Estado possa filiar-se naquela organização pan-africana.

Eden Kodjo, porém, resolveu, numa manobra atentatória dos prin-

cípios que regem a organização, dá-la antes a conhecer aos membros da comissão «ad-hoc» e — o que a confirmar-se seria ainda mais grave — ao próprio Marrocos. A delegação deste país, entretanto, diligente, pede junto do referido secretário-geral a interpretação da Carta, pois, a concretizar-se tal iniciativa, seria necessário uma maioria de dois terços, segundo o exige o artigo 27.<sup>o</sup>

Entretanto, 20 Estados africanos dirigem-se ao senhor Eden Kodjo fazendo-lhe saber que ignoravam a razão pela qual o pedido de adesão da República Saarai, de que tinham conhecimento, não lhes havia chegado às mãos como seria normal segundo o protocolo da organização, mas, que, no entanto e apesar desse «extravio», resolvem desde já notificá-lo do seu «agrément» a tal pedido de adesão.

Na tarde de 3 de Julho, véspera do encerramento da cimeira, sabia-se já nos corredores do Centro de Conferências de Aberdeen que eram 26, portanto a maioria necessária, os países que davam a sua aprovação à entrada da RASD como 51.<sup>o</sup> Estado membro da OUA. E, evidentemente, não se falava de outra coisa.

Aos 23 «sims» esperados, provindos de países que já anteriormente tinham reconhecido a RASD, vinham juntar-se-lhes: o Zimbabwé, a mais jovem República africana, o Mali e o Chade.

Dos Estados africanos que até então tinham reconhecido a RASD, só um «roera a corda»: A Guiné Equatorial. Mas basta olhar para a história recente daquele pequeno país da costa ocidental de África para descobrir o porquê. Efectivamente, desde que, em 3 de Agosto de 1979, o coronel Teodoro Obiang Nguema, à frente de um golpe militar — as opiniões são unânimes em afirmar que os bastidores do golpe passavam pelo Palácio de Moncloa, em Madrid, e pelo Eliseu, via Omar Bongo, do Gabão — derrubou o velho ditador Macias Nguema e assumiu a

presidência da República, a política externa da Guiné Equatorial — paradoxalmente — inverteu-se radicalmente em relação ao problema saarai, passando o país, em todas as organizações internacionais, a votar ao lado de Marrocos.

Curiosamente, refira-se que o actual presidente da Guiné-Equatorial era um dos principais colaboradores de Macias quando este, após ter rompido relações com a Espanha em 76, antiga metrópole colonial, reconheceu a RASD. Desde o golpe de Estado de 3 de Agosto de 79 que a Espanha mantém estacionada na capital daquele país, Malabo, uma força operacional de 200 homens, destinada a «proteger» as novas autoridades; que não, decerto, as suas «opções» em política externa...

### Uma manobra estafada...

Mal se soube que a maioria dos países africanos reconheciam a RASD, a delegação da F. Polisário em Freetown deu largas ao seu contentamento, enquanto a congénere marroquina, chefiada pelo primeiro-ministro, Maati Bouabid, invocando desesperadamente o artigo 27.<sup>o</sup>, dava sinais de fazer cedências, dando «garantias» aos seus pares na organização que Marrocos estaria disposto a encontrar uma solução negociada para o conflito, colaborando, para isso, com a OUA. O próprio presidente senegalês, Leopold Sedar Senghor, desde sempre advogado de defesa dos interesses imperialistas franceses no continente e tutor das teses expansionistas de Rabat, descia a terreiro dando garantias da vontade de diálogo de Marrocos com todas as partes interessadas e definia estas como sendo Marrocos, Argélia, Mauritânia, a Frente Polisário e a Aosario...

«Inocentemente» Senghor avançava já com uma organização fantoche, que ninguém ao certo sabe o que é, sabendo-se apenas que a dita Aosario tem sido uma sigla, nada





O Presidente moçambicano Samora Machel, com a frontalidade e clareza que sempre o caracteriza, classificaria a Invasão e ocupação do Saara Ocidental por Marrocos de «colonialismo africano»

Samora Machel na 17.ª Cimeira da OUA

mais que uma sigla, que desde há já alguns meses as autoridades marroquinas têm feito propagandear através das grandes agências multinacionais da informação, como sendo uma organização de saarauis, atribuindo-lhe «magnânicos» vitórias militares contra — como não poderia deixar de ser —... aquartelamentos argelinos!

A tática é já velha no continente; é assim como que uma Unita para as autoridades coloniais portuguesas em Angola, uma Fumo em Moçambique, ou uma União Democrática de Cabo Verde para os Spinozistas ou, ainda, para não irmos mais longe, um PUNS para os franquistas, defensor de uma saída neocolonial para o Saara Ocidental, — formado quando da ocupação espanhola — que depressa desapareceu por falta de apoiantes. O povo saarai já então estava com a Polisário.

Se Marrocos agora resolveu criar o seu «PUNS», é indício flagrante que «os ventos não lhe correm de feição»...

Mas se Hassan II foi buscar os dirigentes da artificial Aosario à antiga FLU — Frente de Libertação e Unidade, organização fantoche e minúscula criada por Rabat ainda durante a ocupação espanhola — não se lhe conhecem onde poderão estar as bases. Tanto assim, que nos corredores do Centro de Conferências de

Aberdeen os comunicados da dita Aosario eram distribuídos pelos próprios delegados marroquinos a esta 17.ª Cimeira.

A inábil manobra de encontrar um «novo» representante do povo saarai, para além de gratuita, leva, fundamentalmente, a desconfiar da «vontade de diálogo» das autoridades marroquinas. Quer a ONU, quer a OUA, ou ainda o Movimento dos Não Alinhados, já por mais de uma ocasião reconheceram a Frente Polisário como único e legítimo representante do povo saarai; e a própria Comissão «ad-hoc», agora mandatada pela Cimeira da OUA de continuar «a desenvolver esforços a fim de conciliar as partes em conflito», evidentemente, também assim o entendeu, pois em todas as conversações o povo daquela antiga colónia espanhola esteve representado por Mohamed Addelaziz, secretário-geral da F. Polisário.

### Conselhos ao pequeno-almoço!

Torna-se líquido que a atitude de cedência demonstrada por parte da delegação marroquina à Cimeira foi previamente aconselhada. Tornava-se necessário, uma vez mais, ganhar tempo.

Ao que se sabe, antes dos longos «embates» na sala de conferências onde decorreu a Cimeira, os «managers», ou treinadores, como quiser-

mos, davam as últimas instruções durante sobressaltados pequenos-almoços matinais aos representantes marroquinos e, eventualmente, aos seus tradicionais aliados no continente. Três desses «managers», os mais visíveis em Freetown, eram os embaixadores da França e dos Estados Unidos na capital serra-leonesa e o conselheiro pessoal do presidente francês Giscard d'Estaing para o Mundo Árabe, Europa e África — o que em França designam por «trilogue» — senhor Jean Baptiste, que acompanharam a par e passo o decorrer desta 17.ª Cimeira da Organização de Unidade Africana.

A inflexibilidade por parte de Marrocos — e isso teria sido pesado por Rabat e pelos seus zelosos conselheiros — poderia levar a aumentar ainda mais o número de reconhecimentos da RASD por parte de países ainda hesitantes ou esperançosos em encontrar soluções de compromisso que evitem a eventual ruptura da organização — como chegou a ser ameaçado por Marrocos e pelos seus 4 aliados tradicionais, Zaire, Gabão, República Centro Africana, Senegal...

Refira-se a este propósito que a Nigéria, na pessoa do seu presidente Shehu Shagari, só apresentou a proposta de compromisso no derradeiro dia da Cimeira, depois, e só depois, de Marrocos ter dado garantias que colaboraria com a já mencionada comissão «ad-hoc». Caso Marrocos não estivesse disposto a colaborar, a Nigéria, e eventualmente outros países, como a própria Mauritânia, que se retirou do conflito após a assinatura de um tratado de paz com a F. Polisário em 5 de Agosto do ano transacto, poderiam dar o seu «agrément» à entrada de imediato da RASD como membro de pleno direito na OUA.

### O balanço da Cimeira

Fazendo o balanço da 17.ª Cimeira da OUA, Mahmud Abdelhata, representante da F. Polisário na



## PAÍSES AFRICANOS QUE RECONHECEM A RASD

A República Árabe Saaraui Democrática (RASD) foi proclamada pela Frente Polisário, em 27 de Fevereiro de 1976, na região libertada de Bir Lahlou, pelo então secretário-geral do movimento de libertação do povo saaraui, El Uali Mustapha Sayed, que, poucos meses mais tarde, viria a morrer num ataque contra a capital mauritana, Nuakchott.

Com a proclamação da RASD a Frente Polisário procurava então preencher o vazio administrativo que se gerava pela retirada das últimas tropas coloniais espanholas, e, ao mesmo tempo, repor a legalidade internacionalmente aceite por todas as instâncias internacionais — ONU, Tribunal Internacional de Haia e OUA — contra a invasão e expolição de que o seu país era alvo pelas tropas agressoras de Marrocos e da Mauritânia. Recorde-se que, com a assinatura do Acordo Tripartido de Madrid, em 14 de Novembro de 1975, a Espanha concedia a partilha do seu território do Saara Ocidental pelos vizinhos Estados de Marrocos e da Mauritânia, quebrando, desse modo, as promessas de autodeterminação a que se havia comprometido perante as populações daquele seu território.

Desde a proclamação da RASD foram os seguintes os Estados africanos que já reconheceram a nação saaraui:

- 1976: Madagascar, Burundi, Argélia, Benin, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Togo, Ruanda;
- 1977: Seychelles;
- 1978: República Popular do Congo, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Tanzânia;
- 1979: Etiópia, Cabo Verde, Gana, Uganda, Lesoto, Zâmbia;
- 1980: Serra Leoa, Líbia, Botswana e Swazilândia.

Durante a recente Cimeira de chefes de Estado e de Governo da OUA, mais três países deram a conhecer o seu reconhecimento **de jure** da República Árabe Saaraui Democrática. São eles: o Zimbabwé, o Mali e o Chade.

Elevam-se, portanto, a 27 o número de nações africanas que reconheceram já a RASD.

Europa, com quem contactámos, esclarecer-nos-ia ser a entrada da RASD na Organização de Unidade Africana um facto adquirido, a partir do momento em que «o nosso país obteve a maioria exigida pelo artigo 28.º da Carta para a entrada de qualquer Estado na OUA».

«Marrocos — afirmar-nos-ia aquele dirigente — tentou levantar a confusão entre o administrativo e a discussão política. E se em relação à entrada obtivemos a maioria necessária para nos afirmarmos membros da OUA — aguardando o governo da RASD uma carta do secretário-geral da OUA, senhor Eden Kodjo, que o

notifique desse facto —, em relação à discussão política, a Frente Polisário sempre se dispôs ao diálogo com Marrocos para encontrar uma solução pacífica e duradoura para o problema, e é nesse sentido que aponta o texto aprovado por unanimidade na 17.ª Cimeira de Freetown», concluiria o representante da F. Polisário.

Mahmud Abdelhata, no entanto, não deixaria de chamar a atenção para, e ainda segundo a resolução aprovada, «o diálogo ter que ser estabelecido com base no relatório da comissão «ad-hoc» (de Dezembro último) onde o único representante

do povo saaraui ouvido foi Mohamed Abdelaziz, Secretário-Geral da Frente Polisário».

A comunidade internacional e particularmente a comunidade africana encontra-se na expectativa sobre as futuras atitudes das autoridades marroquinas, para constatar até que ponto o compromisso dado por Marrocos em Freetown foi de «boa fé» ou não se tratou mais do que uma tentativa de protelar por ainda algum tempo um desfecho inevitável. O público anúncio feito por Hassan II da constituição de mais uma coluna móvel de 3000 homens, baptizada com o nome de «Al-Arak», com destino à cidade de Smara parece-o confirmar.

Mas, a ser assim, e como afirmava há bem pouco tempo um profundo conhecedor da questão saaraui nas colunas do diário madrilenho «El País», Pedro Costa Morata, «Marrocos deparar-se-á com a eventualidade muito séria de a RASD poder conseguir, num espaço relativamente curto, a maioria de dois terços, 33 países», o que inviabilizará qualquer outro dilatatório argumento.

No campo militar, aquele reputado observador afirmava perentório: «pode-se produzir um **Dien-Bien-Phu** a qualquer momento, inclusivé em território juridicamente marroquino».

Com esta vitória em Freetown, a Polisário poderá somar novos triunfos diplomáticos noutras latitudes. A recente resolução aprovada pela Terceira Comissão das Câmaras de Deputados italianas, apoiando o direito do povo saaraui à autodeterminação e reclamando a retirada das forças de ocupação parece constituir disso indício.

Como afirmava o secretário-geral da Frente Polisário no final da Cimeira de Freetown: «Marrocos tem três meses para dialogar com a RASD». Assim estejam os dirigentes marroquinos à altura do diálogo, à altura do passado anticolonialista do povo que afirmam representar.



# Uma proposta de unidade

*Ameaçado pelo recrudescimento da guerra fria, o Mundo Árabe reafirma a sua aspiração de unidade, neutralidade e não alinhamento*

**Mohamed Salem**



**Saddam Hussein: contra a presença de exércitos estrangeiros**

A instalação da embaixada de Israel no Cairo — a primeira numa capital árabe —, as diversas posições dos governos do Médio Oriente ante os sucessos do Afeganistão e os diversos conflitos de fronteiras que enfrentam entre si os países da região parecem indicar que a década de 80 se inicia com perspectivas não muito animadoras para a causa e a unidade árabes.

Para enfrentar essa situação, o governo iraquiano propôs à Liga Árabe, no dia 8 de Fevereiro passado, a adopção de uma declaração de unidade e neutralidade do mundo árabe. Nela se reafirmam princípios políticos comuns: luta contra o sionismo e neutralidade no conflito das superpotências. Foram sugeridas, aos países árabes, a solução pacífica e rápida dos conflitos entre si, a condenação de todas as instalações de bases estrangeiras na região e a normalização das relações com os países vizinhos não árabes sobre bases de respeito mútuo, não intervenção e solução pacífica dos diferendos.

Este último ponto é particular-

mente relevante para Bagdade, já que, desde os tempos do Xá, as relações que o Iraque mantinha com o Irão eram muito tensas, distraíndo a sua atenção da luta anti-sionista. Além disso, o apoio iraquiano às reivindicações das minorias curdas e árabes no Irão provocou, nas últimas semanas, abalos nas relações entre Bagdade e Teerão. Portanto, daí a importância do aspecto da proposta, que demonstra uma tentativa de resolver diferenças secundárias em benefício da luta comum.

Teerão não se pronunciou oficialmente sobre a proposta iraquiana — que na realidade não lhe diz respeito, pois o Irão não é um país árabe — mas provavelmente o governo iraniano compartilha do ponto de vista do presidente Saddam Hussein sobre a intervenção soviética no Afeganistão: condenar a intervenção, como também as intenções dos Estados Unidos de utilizar, como pretexto, a presença russa para ampliar a influência norte-americana na área. Nesse sentido, a proposta de neutralidade e oposição a toda a tentativa de instalação de bases milita-

res na região enfrenta claramente os planos norte-americanos no mundo árabe em geral e no Golfo em particular. Até ao momento, a proposta iraquiana recebeu o apoio expresso dos governos da Jordânia, Kwaite, Arábia Saudita, Emiratos Árabes Unidos, Quatar, Bahrein, Iemen, Argélia e Mauritània, o que já é uma maioria no seio da Liga Árabe, organização que celebrará, este ano, a sua décima-primeira reunião de cúpula e um dos pontos da sua agenda será, precisamente, a revisão da carta que a rege desde 1950.

Em declarações à imprensa, Saddam Hussein, que a partir de 1982 presidirá ao Movimento dos Países Não-Alinhados, afirmou que «já é tempo de os árabes deixarem de correr atrás dos acontecimentos e adoptarem uma estratégia que lhes permita antecipá-los, influenciá-los e controlá-los». Atacou também os «elementos vacilantes» dentro do mundo árabe, assinalando que «se déssemos metade do que os palestinos pedem, a Palestina já estaria libertada». □



# Os princípios básicos da nova Carta Árabe

A declaração proposta pelo presidente iraquiano Saddam Hussein aos demais países árabes diz no seu primeiro parágrafo: «repudiar a presença de exércitos, forças militares ou bases estrangeiras na Pátria Árabe sob qualquer forma, pretexto, ou motivo e isolar qualquer regime árabe que não se comprometa com esse princípio, boicotando-o política e economicamente.»

No segundo parágrafo, decide-se «proibir a utilização das forças armadas de qualquer país árabe contra outro país árabe», sugerindo a solução pacífica dos conflitos que possam surgir entre eles, «aplicando os princípios da acção nacional comum e a defesa dos altos interesses árabes».

Esse princípio — continua a declaração no seu terceiro parágrafo — «será aplicado nas relações das nações árabes com os países vizinhos». Em caso de conflito, «não será permitido fazer uso da força armada, salvo em casos da defesa da soberania contra ameaças que possam afectar a segurança dos países árabes e os seus interesses essenciais».

Diante dessa situação, propõe-se «a solidariedade total dos países árabes frente a qualquer agressão ou violação realizada por país estrangeiro contra a soberania dos países árabes». Se uma agressão desse tipo resultar numa guerra, todos os países da Liga Árabe fariam «frente comum» para se defender «por todos os meios e formas, incluindo a acção militar, adoptando medidas de boicote político e económico e tudo o que exijam a necessidade e o interesse nacional».

Sem dúvida que o propósito da proposta não é belicista, já que os seus autores a concebem como uma garantia de paz para a região. Para eles, o quinto parágrafo confirma essa intenção, citando «o compromisso dos países árabes de aplicar as leis e os costumes internacionais» a respeito das águas internacionais que, como o Nilo, o Tigre e o Eufrates — vitais nessas zonas áridas — percorrem países árabes e não árabes. Excluem-se expressamente os países «que estão em estado de guerra com qualquer país árabe», o que é obviamente uma alusão a Israel.

Em relação à guerra fria, o sexto parágrafo propõe «a exclusão dos países árabes dos conflitos ou guerras internacionais», reafirmando o «compromisso de manter a neutralidade total e o

não-alinhamento frente às partes envolvidas, salvo se uma delas violar a soberania territorial árabe ou os direitos permanentes dos países árabes consagrados pelas leis e costumes internacionais». Destaca-se, além disso, a intenção dos países árabes de «abster-se» de participar com as suas forças militares, na região ou fora dela, representando qualquer país ou parte estrangeira». Com isso, evitar-se-ia, por exemplo, que se repita o caso do Zaire, quando forças marroquinas e egípcias, juntamente com a França e os Estados Unidos, defenderam o regime de seu aliado Mobutu, em 1978.

Esses conceitos estendem-se ao plano económico no parágrafo sétimo, comprometendo todos os países que assinaram a Carta a «estabelecerem relações económicas construtivas entre eles e evitarem qualquer comportamento que possa prejudicar-lhes ou impeça a sua continuidade, observando a diferente natureza dos vários regimes e as diferenças políticas marginais que os separam, sempre que as partes estejam comprometidas pelos princípios desta Declaração». Mesmo assim, «os países árabes comprometem-se a aplicar o princípio da solidariedade e integração económica» nessas relações. As nações com excedentes de petróleo — que não são todos os países árabes — «comprometem-se a proporcionar todo o tipo de ajuda económica aos demais países árabes, de forma a evitar que eles dependam de forças estrangeiras que afectem a sua independência e soberania nacional».

Enquanto esta declaração não é definitivamente adoptada, «o Iraque confirma a sua disposição de se comprometer com ela», declara-se disposto a «discuti-la com os irmãos árabes e a escutar as suas observações sobre tudo que possa aprofundar o seu conteúdo e fortalecer efectivamente os seus princípios de libertação». Na altura foi frisado que a declaração não pretende substituir o Pacto da Liga Árabe nem as convenções de defesa comum e cooperação económica estabelecidas entre os países membros, mas procura, sim, «consolidar e desenvolver» esses acordos «de forma a que se possa responder às circunstâncias internacionais actuais e aos seus perigos» num momento em que surgem «novas ameaças contra a nação árabe e o seu futuro».



# Camp David: um instrumento das multinacionais

*Um jornalista, com longa militância política, analisa as consequências dos acordos egípcio-israelitas para a economia do seu país*

Neiva Moreira



Sadat e Beglín: uma conspiração para apolar as multinacionais

**P**ARA Saad El Tayeh, a *semente da actual situação no Egipto começou a germinar na época de Nasser: «O centro da questão nacional — e todos estavam de acordo, da esquerda à direita — era a construção de um país independente».* Jornalista desde a sua juventude, El Tayeh foi editor de

*importantes publicações progressistas do Egipto e esteve preso duas vezes durante os anos do regime nasserista. Actualmente está exilado. Continua, porém, a escrever e segue de perto a situação social, apesar de estar consciente de que a Administração Carter pode favorecer, da mesma forma como o está a fazer em*

*outras partes do Terceiro Mundo, uma mudança apenas de fachada, substituindo Sadat mas assegurando o fundamental: «que tudo continue como está».* Quanto a Camp David, El Tayeh não o considera somente um acordo tendencioso que nega aos palestinos os seus direitos nacionais, mas também, e principalmente, *«uma forma de conquistar o Egipto para as multinacionais».*

## Nasser no caminho correcto

— Todos estavam juntos, apoiando o regime, no período nacionalista de Nasser. Da esquerda à direita. E esse era o caminho correcto. Fazíamos alianças, mas a luta continuava. Foi nessa época que estive preso duas vezes, em vaivéns da luta entre a esquerda e a direita. No entanto, a esquerda egípcia nunca entendeu correctamente o período de Nasser, a etapa da luta nacionalista. O nacionalismo como um passo para o socialismo.

Com esta visão, Saad El Tayeh explica como um regime de vanguarda do Mundo Árabe, como foi o de Nasser, degenerou depois da sua morte, chegando até à situação ac-



tual, de total aliança e submissão aos interesses norte-americanos e sionistas.

— Durante o período da luta nacionalista, não só os elementos da direita mas também os fascistas se declaravam a favor da questão nacional. E, lamentavelmente, de todos os oportunistas que rodeavam Nasser, foi eleito para lhe suceder o pior: Sadat. Anwar El Sadat é uma pessoa de ideologia fascista que colaborou com os nazistas na guerra. Antes de tomar o poder, mantinha-se silencioso e demonstrava estar de acordo com tudo o que Nasser fazia ou dizia. É que os oportunistas, quando estão junto de uma pessoa como Nasser, fazem sempre tudo o que lhes é pedido. E Sadat era o mais desonesto de todos.

Pode-se interpretar a escolha de Sadat para suceder a Nasser como uma derrota da esquerda egípcia?

El Tayeh conta-nos que o Partido Comunista Egípcio (fundado em 1922) detinha uma quota do poder durante o período nasserista. Como consequência, toda a direita queria destruí-lo. E conseguiram, na sua opinião, por um caminho muito especial.

— Pouco a pouco os sionistas começaram a infiltrar-se no Partido e, apesar do sacrifício dos elementos mais honestos e radicais, pouco se pôde fazer depois da cúpula estar infiltrada.

Uma das explicações dessa infiltração estaria na «falta de uma análise marxista, por parte dos dirigentes, da etapa que se vivia no plano político e económico». Segundo El Tayeh, «eles não entendiam a situação do país e, assim, os oportunistas puderam tomar de assalto o poder: escolheram Sadat pensando que seria uma pessoa manejável, mas ele e as multinacionais tinham o seu próprio projecto.»

Ao lembrar que, durante o período de Nasser, os camponeses e os trabalhadores receberam uma série de be-

nefícios, El Tayeh afirmou: «O nacionalismo deu direitos aos camponeses e trabalhadores, mas eles não puderam avançar muito. Na verdade, apesar dos trabalhadores e camponeses terem conquistado alguns benefícios no plano económico, a direita ia-se afirmando no poder político. Era a alta burguesia que ganhava as maiores quotas do poder. A direita (com Sadat) representava a alta burguesia interna e o imperialismo. Assim começou tudo.»

Temos que entender que a situação no Egito é reflexo da crise internacional do sistema capitalista, frisou El Tayeh.

—O imperialismo está consciente da crise e não dá à burguesia nacional uma oportunidade de progresso. Eles sabem que não irão durar muito e, por isso, não constróem nada que não possam controlar directamente. Já não é possível uma aliança com a burguesia nacional. Apenas podem estabelecer alianças com os parasitas, a burguesia vinculada ou dependente do capital internacional. São esses sectores que dominam o poder actualmente no Egito.

*E a burguesia nacional?*

— Sofre as consequências. Todas as classes sociais estão sofrendo, menos os que estão ligados ao comércio de exportação e ao sistema bancário. Vejamos alguns exemplos: as nossas indústrias de refrigerantes e derivados de leite acabaram.

*E as indústrias que no período de Nasser estavam nas mãos do Estado?*

— Essa é uma questão muito importante. Também foram entregues em muitos sectores às multinacionais. E estas estão procurando estender esse controlo. Procuram, com prioridade, as indústrias de alta rentabilidade. Por exemplo, o caso dos têxteis. Muitas indústrias já passaram para as mãos do capital estrangeiro. E a indústria pesada, de aço, que era auxiliada pelos soviéticos, parou. Todos os países árabes estão

cheios de engenheiros, médicos, especialistas, trabalhadores egípcios. Por um lado, porque no Egito não há empregos, e, por outro, porque os salários são miseráveis. Não estão de acordo com o custo de vida.

Para El Tayeh, temos que interpretar a luta do mundo de hoje como um desafio ao imperialismo e aos seus parasitas.

— Em 1882 houve no Egito uma revolução que durou dois anos. É conhecida como «A Revolução Árabe». Por ter sido tão rápida, não pôde fazer grandes coisas. Mas teve consequências, já que o imperialismo britânico a partir dessa experiência fez algumas mudanças, como, por exemplo, na agricultura. Foi quando o Egito se transformou num imenso campo de algodão. Eles criaram mais empregos e deram aos trabalhadores melhores condições de vida. Mas, na verdade, o grande beneficiado seria o capitalismo inglês, que após 5 anos, recuperava todo o seu investimento e auferia grandes lucros.

— Actualmente, o imperialismo enfrenta dois problemas no Egito, explica El Tayeh: «ele não pode fazer o que o velho imperialismo inglês fez, porque tem medo do futuro (querem ganhar o máximo de dinheiro o mais rapidamente possível); e tem que enfrentar a herança de 20 anos de governo de Nasser, que criou uma consciência no nosso país.»

---

### Uma mudança de fachada

---

— Quando Sadat anunciou que ia dar liberdade para a organização dos partidos, a esquerda, em geral, alegrou-se equivocadamente. Na verdade, era uma abertura aparente, na medida que ia contra os interesses do povo e a sua verdadeira participação no poder. Nasser havia reservado 50 por cento das cadeiras do Parlamento aos camponeses e aos



trabalhadores urbanos, medida que Sadat iria revogar. O correcto teria sido exigir, naquele momento, quando se anunciava uma reforma política, a criação de um partido dos trabalhadores, para os trabalhadores.

E perderam a oportunidade de se organizarem eficazmente, escolhendo soluções dogmáticas que, com a aparência de marxistas, eram, na prática, a sua negação. Os trabalhadores e camponeses fizeram muitas manifestações contra a proposta de Sadat, mas, infelizmente, eles não estavam organizados politicamente e não opuseram uma resistência eficaz — afirmou El Tayeh.

O jornalista egípcio acredita que a situação no seu país tende para um desenlace revolucionário, uma revolução de camponeses e trabalhadores. Mas não é provável que isso aconteça a curto prazo, pois os trabalhadores não estão organizados, ex-

plica El Tayeh. O seu maior temor, revela o jornalista, é que os norte-americanos tentem — como o estão a fazer com alguns regimes da Ásia, África e América Latina — uma mudança de fachada, porque Sadat está muito desgastado.

— Se isso ocorrer, corremos o risco de certos sectores árabes considerarem a mudança como uma vitória, sem se dar conta de que a simples saída de Sadat não rompe a nossa dependência do imperialismo. E acredito que os norte-americanos vão apelar para uma solução deste tipo para ganhar dois ou três anos, enquanto duram as expectativas criadas.

— Sem dúvida que o povo egípcio tem sofrido muito. Milhares de pessoas abandonaram o país. Mas podem 40 milhões de pessoas tomar um avião e abandonar o Egipto? É impossível.

## Campo David e as multinacionais

— Durante o período de Nasser, o fellah (camponês sem terra) pobre tinha possibilidade de mandar o seu filho para a Universidade. O pai ignorante e descalço dava ao seu filho a oportunidade da formação universitária. Hoje, esse jovem, saído da Universidade, não pode assegurar ao seu filho uma educação superior.

Vejamos outro aspecto do problema, continua na sua análise o jornalista egípcio.

— O que é a luta revolucionária? O que é a política? É dar comida a uma criança. É assegurar o pão para todos. Como sempre falamos da luta contra o imperialismo, mas às vezes não paramos para pensar o que isso significa. Lutar contra o imperialismo é lutar pelos direitos dos povos. Cada homem deve poder desfrutar, ao menos, dos direitos de todo o animal: ter comida, casar-se, ter um lar. Por isso, ele luta. Quando denunciámos e lutámos contra Campo David não estamos apenas a defender a Palestina, não estamos apenas a defender o povo palestino, estamos a defender a nós próprios.

«Historicamente a Palestina foi usada como ponte para alcançar o Egipto», explica El Tayeh.

— O pior para o povo palestino é que eles estão na linha da frente. Mas o principal objectivo de Campo David é permitir que os israelitas instalem os seus negócios no Egipto. Além de abrir as portas às multinacionais e à exploração do nosso povo. E, entrando no Egipto, a ponte está formada para alcançar os demais países árabes.

— Durante ainda um certo tempo, Sadat, possivelmente, poderá ainda convencer o nosso povo de que a aproximação com Israel significa a paz, mas o que está a ficar claro aos olhos de nossa gente é o real significado da luta contra o sionismo durante todos esses anos — afirmou El Tayeh.



O jornalista El Tayeh (à direita) com um colega da Síria



— Nesse tempo assegurávamos a comida. Temos que ir ao fundo da questão: hoje, os sionistas estão demonstrando que vieram explorar o nosso povo. A nossa gente compreende que Campo David significa mais pobreza, mais sofrimentos.

### O papel das Forças Armadas

Quanto ao papel das Forças Armadas, o jornalista egípcio frisou: «devo dizer que no Terceiro Mundo o que necessitamos é que elas não reprimam o povo, que não tentem ser a vanguarda dos processos políticos».

*Que papel lhes caberia então?*

— Não deixar que sejam conquistadas pelos imperialistas, defendendo os seus interesses, e quando os povos se começarem a «mexer» manterem-se neutras e deixá-las decidir os seus próprios caminhos. Temos o exemplo da Índia. Creio que ele é o melhor para ilustrar esse assunto. Quando as Forças Armadas se mantiveram neutras, o povo elegeu para governá-lo elementos nacionalistas. E mesmo que o povo se decida por um caminho equivocado, como também aconteceu na Índia, elas devem manter-se neutras. Eles

elegeram, primeiro, os direitistas para resolverem os seus problemas. Depois de poucos anos ficou clara a razão por que continuavam a sofrer. Veio a crise e as novas eleições. As Forças Armadas mantiveram-se neutras e o povo, então, votou correctamente. Se as Forças Armadas não reprimirem o povo, deixam que os verdadeiros políticos cumpram o seu papel.

Segundo El Tayeh, as Forças Armadas, pela sua própria natureza, não estão acostumadas à vida democrática. Por isso, «é fácil para o imperialismo usar (nas Forças Armadas) a corrupção, infiltrar-se através da CIA, evitar que os militares aprofundem o seu contacto com o povo».

### A crescente influência islâmica

*Como vê você a influência islâmica no Egipto?*

— É verdade que os movimentos islâmicos fundamentalistas estão tendo cada vez maior influência no Egipto. A debilidade dos grupos marxistas e revolucionários faz com que muita gente veja nesses tipos de movimento uma solução para os seus graves problemas. Mas esses homens e mulheres, depois de certo

tempo, não poderão deixar de compreender que esse não é o caminho e encontrarão a via correcta.

Em relação à pequena burguesia, El Tayeh acredita que ela possa ser enganada com slogans durante algum tempo. No Terceiro Mundo, diz ele, o capitalismo e a classe burguesa norte-americana tentam dominar-nos com o fascismo.

— Depois das experiências fascistas na Alemanha, Itália, Espanha e Portugal e da sua posterior derrota, o imperialismo tenta exportá-lo para o Terceiro Mundo. Mas, como na época de Hitler, a pequena burguesia depois de algum tempo começa a reclamar pelos seus direitos. Hitler, Franco, Mussolini, não conseguiriam manter-se no poder sem o apoio dos monopólios. Porém, historicamente, está demonstrado que isso tem um fim. O que puderam fazer os monopólios para evitar a queda do Xá? Foram derrotados. E também vão perder agora, como o demonstra o exemplo do Irão.

*O que pode acontecer agora no Irão?*

— O Governo tem que chegar a um acordo com a Frente Nacional. Caso contrário, acabará por cair. Se cairá nas mãos da CIA ou de um movimento popular, não posso sabê-lo». □

Quer saber algo mais sobre  
as regiões autónomas da MADEIRA e AÇORES ?



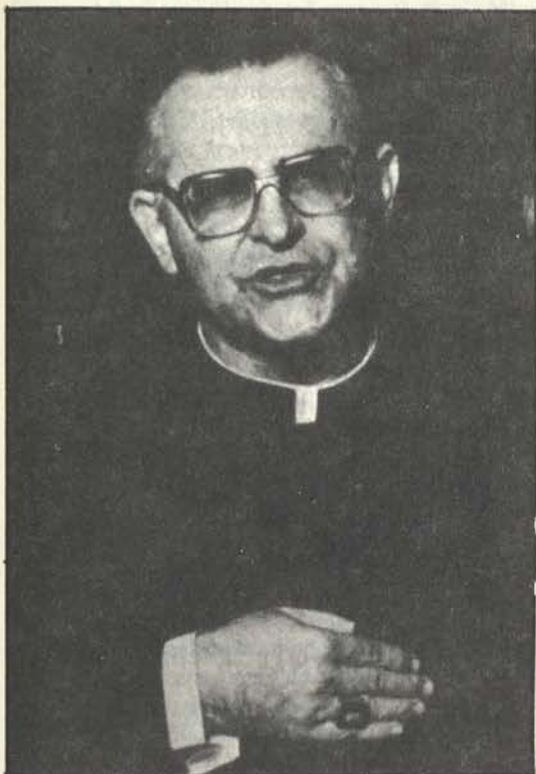
dep. pub. f.i.

f.i.

farol das ilhas - r. mãe d'água, 13-2.º-f - 1200 lisboa - telefone 36 66 13



## BRASIL



D. Paolo Evaristo



Papa João Paulo II

# D. Evaristo Arns: reino dividido é reino destruído

*A situação política, económica e social brasileira. A necessidade de uma Assembleia Constituinte de um novo sistema. As Comunidades Eclesiais de Base, as relações Igreja-Estado, o Papa no Brasil – uma entrevista exclusiva com o Arcebispo de São Paulo*

**Paulo Cannabrava Filho**



**J**ORNALISTA militante e autor de 29 livros sobre a acção pastoral da Igreja nas grandes cidades e estudos da literatura cristã nos primeiros séculos, D. Paulo Evaristo Arns é hoje um dos expoentes da Igreja no Brasil pelas suas posições firmes em relação aos direitos humanos e pelo seu trabalho em prol da justiça e da liberdade no grande São Paulo.

Do interior de Santa Catarina, onde nasceu, até ao Arcebispado de São Paulo, D. Paulo passou por Curitiba, Petrópolis e Paris (Sorbonne), onde fez os seus estudos de filosofia, teologia e doutoramento em letras, respectivamente. No Brasil, foi professor em seminários e universidades, chegando a fundar, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bauru (São Paulo) a cadeira de Língua e Literatura Francesa. Foi também como sacerdote nos morros de Petrópolis durante dez anos, que sedimentou o seu compromisso com os pobres e oprimidos.

Nomeado bispo pelo Papa Paulo VI, em 1966, foi exercer a função de Auxiliar do Cardeal-Arcebispo de São Paulo. Quatro anos depois assumiria o cargo que

ocupa hoje: Arcebispo Metropolitano de São Paulo.

Cardeal desde 1973, D. Paulo é hoje também Grão Chanceler da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e exhibe com orgulho o título de «Doutor Honoris Causa em Lei», que recebeu em 1977 na Universidade de Notre Dame, Indiana, Estados Unidos, como reconhecimento pelo seu empenho na defesa dos direitos humanos.

Aos 59 anos, D. Evaristo Arns é um jovem quando fala do trabalho da sua arquidiocese, das Comunidades de Base nos bairros, na periferia de São Paulo. Mantém o mesmo ímpeto jornalístico dos tempos da juventude, quando o assunto é «O São Paulo», uma imprensa alternativa cristã da sua Arquidiocese que, apesar de perseguida, censurada e sabotada nos anos mais difíceis da ditadura, sobreviveu diante da determinação dos seus editores.

Nesta entrevista exclusiva a cadernos do «Terceiro Mundo», com voz pausada e paciente, como é seu hábito, ele falou da Igreja no contexto da crise brasileira.

D. Paulo, há crise entre a Igreja e o Estado neste momento? Pode-se falar nisso?

— Sempre digo e gostaria de repetir que não acredito que haja crise entre a Igreja e o Estado. Acredito que haja crise entre o povo e o Estado. Uma vez que há crise entre o povo e o Estado e sendo o povo Igreja (a Igreja define-se como o povo de Deus), então, aparentemente, é a Igreja que sofre o impacto. Mas quem sofre mesmo com a crise é o povo. Há um distanciamento muito grande entre o Estado e a Nação. É aí que está a crise.

Como vê o senhor a conjuntura sócio-política e económica brasileira?

— O que o episcopado propôs é também o meu ponto de vista: o regime que não for participante, nesse momento da história, não terá êxito, porque o serviço ao povo tem que ser feito com a participação do povo. O problema mais urgente situa-se em três campos:

No campo social, no sentido de fortalecer as organizações sociais intermediárias, sindicatos, associações. Sem isso, nós só teremos privi-

legiados e líderes carismáticos que prejudicam demais. Mas é através de sindicatos, de associações, que o povo pode analisar o que toca à classe, o que toca ao povo todo.

Em segundo lugar, o campo político. A organização partidária feita da cúpula para baixo depois de 16 anos não é a solução. O povo tem que começar a organizar-se pelas bases e então ir subindo com as suas lideranças. Só assim terá uma representação legítima.

Em terceiro lugar, no campo económico, eu acredito na pequena e média empresa e em soluções brasileiras para os nossos problemas. Está comprovado que as multinacionais interferem negativamente no aspecto político, no social e no económico. Então parece-me que toda a ênfase deve ser dada às pequenas e médias empresas com a finalidade de sustar a inchação das cidades, o esvaziamento do campo, o empobrecimento das classes mais baixas e da própria alegria do povo. O povo só terá alegria quando puder participar na administração e no gosto de pisar a terra ou de tocar uma máquina e dizer: isto é meu ou isto é do Brasil.

Agora, do ponto de vista da Igreja, acho que o aspecto mais amplo é o cultural. O Brasil tem diminuído de maneira constante e surpreendente todo o apoio à educação do povo. Ocupamos os últimos lugares entre as nações quanto ao orçamento para a educação e a cultura. Do ponto de vista da Igreja isto é catastrófico. Um povo que não investe na criança, no jovem e no adulto, no aspecto cultural e espiritual, e também técnico para ajudar o crescimento nacional, é um povo que perde a chance da História.

Acho que, se acrescentarmos a este aspecto o problema da saúde, teremos os pontos de maior conflito. O Ministério da Saúde existe praticamente para manter os funcionários, e não para executar programas. Aliás, não existe programa de saúde para a população. Este é um país que está doente. Não há medicina preventiva, não há nem mesmo medicina curativa no sentido popular de ter no próximo o povo. Eles pensam no IBOPE, não pensam na criança nem analisam a saúde.

E qual seria o caminho mais rápido para se reencontrar o pensa-



mento brasileiro, para superar os problemas que o senhor assinalou? Existiria uma fórmula institucional para isso? O senhor crê que uma Constituinte poderia resolver o problema a curto prazo?

— Eu creio que é imprescindível uma Constituinte. Imprescindível. Mas que também haja uma consciencialização para os problemas enquanto se prepara essa Constituinte, para que essa ideia não fique apenas no papel, como acontece tantas vezes. A Constituinte deve ser a tradução daquilo que a juventude, que a geração nova, sobretudo o povo, está querendo e precisando. É fundamental o encontro com a juventude.

*E qual a política ou o modelo que o senhor acha mais eficiente para resolver os problemas do país?*

— Eu acho que há sempre alguns elementos que são geradores de outras forças. Primeiro, é preciso compreender o sentido da democracia, que não é apenas o voto, mas também as pressões populares, legítimas, não violentas, organizadas. Na parte sócio-econômica e política acho que esse é um ponto de vista fundamental. Segundo, criar órgãos de participação em todas as camadas e em todos os níveis, desde as em-

presas até ao Governo, desde os campos até às molas do progresso nas cidades. Eu acho que aí, nesse ponto, a criatividade do brasileiro terá que entrar de uma vez, para valer. Afinal, o que a juventude quer é isso mesmo e é capaz disso.

*Seria um projecto socializante?*

— Não. O termo é sempre ambíguo. Alguns caracterizam-no de comunista, portanto de um partido único. Eu não iria, evidentemente, como católico, para esse campo. Eu acho que deve ser com todas as liberdades possíveis, com toda a participação possível. Não se caracterizaria pela luta de classes mas pela superação da luta de classes. Uma sociedade onde de facto cada um, na medida da sua capacidade, da sua brasilidade, pudesse dar o máximo de si. Que houvesse mais idealismo de novo neste mundo...

*E as revoluções que estão sendo desenvolvidas em todo o Terceiro Mundo actualmente, as explosões populares como a da Nicarágua, por exemplo, contrariam ou chocam-se com o ideal revolucionário da Igreja?*

— A Conferência Latino-americana dos Bispos (Celam) definiu-se por um sistema novo que não

fosse o capitalismo existente e nem fosse o comunismo como ele está sendo praticado, sem liberdades, em outros países. Seria um sistema novo. Mas a Igreja não vai definir esse modelo. Ela pede a todos os cristãos a sua colaboração, a sua participação, o seu engajamento total. Primeiro, para descobrir os elementos, depois para construí-lo em favor do povo, com justiça social e com os mecanismos necessários para manter o equilíbrio dessa sociedade. E pedimos que o faça com urgência, que não espere uma ocasião, que o faça logo. Insistimos também, e isso é uma constante em todas as nossas declarações, que se faça quanto possível sem violência. Sem violência maior ou com a menor possível. Com o menor desgaste possível para o povo, porque no fundo a violência é sempre sobre o povo.

*— Mas o senhor não acha que a violência do povo é sempre uma resposta?*

— Nós gostaríamos que essa resposta traduzisse a índole do povo, a índole brasileira que é de muito jeito, de muito mais criatividade do que se imaginou até hoje. E também de muito maior maturidade do que se costuma dizer.

*Nessa sociedade de novo tipo haverá lugar para os comunistas?*

— Eu acho que deve haver liberdade de expressão conforme os direitos humanos. Há lugar para todos os que não usem de violência, não destruam a sociedade e não coíbam as liberdades.

*Sabe-se que a Igreja está hoje organizada e trabalha fundamentalmente em torno das Comunidades de Base, a organização das populações das periferias... O senhor acha viável a filiação dessas Comunidades de Base em partidos do tipo social-cristão ou democrata-cristão?*

— Jamais... jamais... jamais. A Comunidade de Base não vai perder a sua identidade. Agora, as pessoas mais capazes das comunidades vão



«Este é um país que está doente. Não há medicina preventiva nem mesmo medicina curativa»



participar em toda a actividade política. Mas não como comunidade. A Comunidade pode fazer opções político-partidárias das mais diversas e deverá fazer. Mas quando o indivíduo volta à Comunidade, ela se identifica como Comunidade Evangélica, não como Comunidade Política. Jamais. Os políticos tentaram mas fracassaram. Porque as Comunidades já têm a sua imagem bem elaborada, já têm os seus princípios de vida bem assentados. Mas insisto em que os melhores entre os seus membros devem trabalhar politicamente e devem eleger deputados como já elegeram aqui em São Paulo, mas não como Comunidade. Elas não têm opção político-partidária, como a Igreja não pode ter como Igreja.

*Porém, em alguns outros países, a Igreja está bastante ligada a actividades políticas institucionais...*

— Nós achamos que isso não é útil, sobretudo no Brasil. Nós achamos que não é útil em nenhum lugar, porque, afinal, é um comprometimento que esvazia o espírito da fé e o conteúdo generoso e abnegado da religião.

*Como são organizadas as Comunidades de Base e como desenvolve a Igreja o seu trabalho através delas?*

— As Comunidades de Base em si não são novidade. Elas são as coisas mais antigas que existem na Igreja. Elas são do tempo dos próprios apóstolos quando, descobrindo o que Cristo queria, eles reuniam o povo em pequenas Comunidades onde se votava praticamente tudo e onde se reflectia sobre a realidade a partir da mensagem de Jesus. Isso está nos actos dos apóstolos, capítulo II, capítulo IV, e é executado quase ao pé da letra nos dias de hoje. É uma das coisas mais populares, mais espontâneas, mais profundamente cristãs e também mais revolucionárias que temos. E, por outro lado, também, mais pacíficas que se possa imaginar. É uma revolução

mesmo a partir do amor, se a gente não tiver vergonha de usar esse termo no sentido profundo que ele tem.

No que se refere ao trabalho, existe agora, em quase todas as Dioceses, nas Igrejas e inclusive nas comunidades menores, um planeamento que tem a sua parte de intuição e a sua parte técnica. Por exemplo: em São Paulo nós perguntamos ao povo das comunidades menores, depois isso vai subindo à consciencialização das maiores, da região, até chegar à Arquidiocese. Assim se processa o princípio de participação, que nós chamamos de hierarquia, ou seja, o pensamento que a Igreja elabora. Então, por esse procedimento, nós perguntamos ao povo: quais são os três grandes problemas que vocês sentem? Quais seriam as respostas para os três problemas que a Igreja como Igreja deveria dar? E o povo reflecte meio ano sobre isso, indo e vindo de comunidade para comunidade. Depois, chega à votação. Cada sector (são 53 Arquidioceses) elege cinco delegados e estes votam. Por duas vezes votaram por quatro prioridades: a primeira, Direitos Humanos; depois a Justiça no Mundo do Trabalho; em terceiro lugar, o cuidado pela periferia; e a quarta, a formulação ou formação de Comunidades Eclesiais de Base. Essas foram as quatro respostas que resultaram dessa consulta a nível popular.

*Mas há também um conflito muito grande nas áreas em que a Igreja está relacionada com o problema da terra. Qual é a solução que a Igreja preconiza para o problema da terra?*

— Bem, nós elaborámos os princípios e eles estão contidos nos documentos da nossa Assembleia de Fevereiro último. Seria longo repeti-lo, agora. Mas o princípio fundamental é a distinção entre a terra que alimenta e a terra de especulação. A terra que alimenta, que é produtiva, que o possessor administra, que o pequeno proprietário tem,

essa é uma terra sagrada. É realmente parte do homem. Agora, a terra de especulação, essa é a que deve ser controlada de maneira bem severa porque senão nós vamos transformar a nossa terra num objecto de ganância da história, como está acontecendo no momento, em prejuízo do homem, do homem pequeno e simples.

*O senhor poderia explicar o motivo da viagem do Papa ao Brasil?*

— Bem, o Papa, ele mesmo tem dito sempre, só pôde vir no intuito de evangelizar, quer dizer, trazer esperanças para os pobres. Essa é a missão dele: homem sofrido, operário por longos anos, como ele mesmo explicou. Ele sabe acertar o tom e a palavra.

*Houve sectores que quiseram aproveitar politicamente essa visita, inclusive com a clara intenção de provocar divisões no seio da Igreja, querendo ver o Papa identificado com um ou com outro sector da Igreja...*

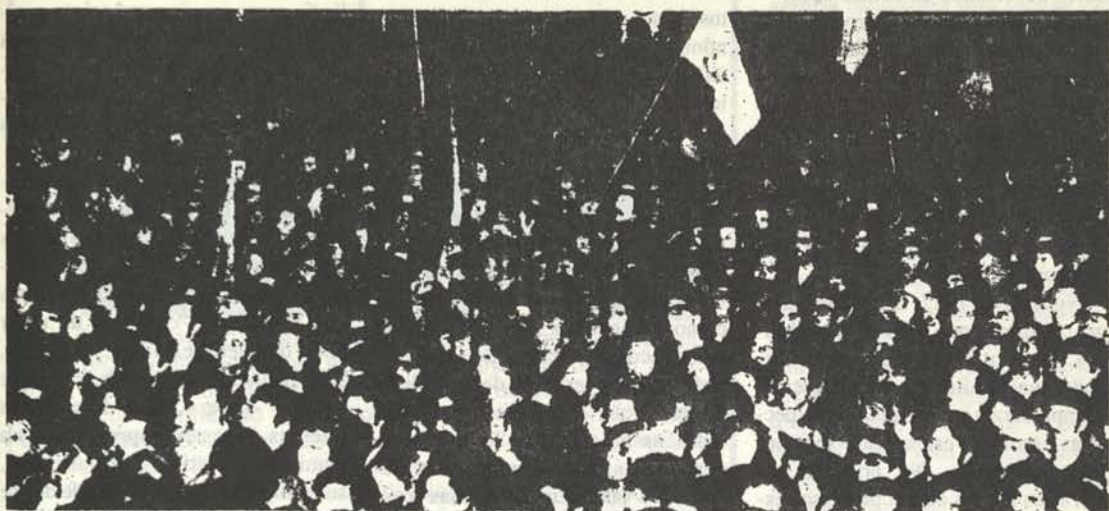
— É evidente que o reino dividido entre si mesmo cairia por terra. É palavra do Evangelho. Se o Papa estivesse dividido com os bispos, dessa divisão ele sairia destruído. E isso ele não faz, porque o primeiro propósito que ele exprimiu quando foi eleito, imediatamente, espontaneamente, foi o de construir a unidade da Igreja na sua expressão múltipla, como ela é exercida conforme as circunstâncias, em cada lugar.

**Os números atrasados dos «cadernos» vendem-se em Lisboa na**

**Livraria Libris,  
Lgo Trindade Coelho, n.º 4**

**e ainda em todas as livrarias da CDL.**





*Apesar da repressão, a actividade política dos universitários é cada vez mais intensa*

# Renasce o movimento estudantil

José Rojas

**M**AIS de 25 mil estudantes da Universidade do Chile participaram, a 25 de Abril passado, nas eleições de 450 delegados de cursos, faculdades e departamentos. Esses delegados integrarão os Centros de Alunos, órgãos máximos de cada faculdade.

Esses Centros unem-se num Conselho e têm prerrogativas limitadas. Estão autorizados somente a propor às autoridades universitárias assuntos de interesse estudantil e não têm poder de decisão. Por outro lado, as eleições não são verdadeiramente democráticas. Não há indicação de candidatos, nem definição de plataformas. Cada aluno vota em quem quiser, e os resultados são proclamados pela Federação dos Estudantes, organismo imposto «de cima», cujos membros são nomeados directamente pelo reitor.

Apesar de todas as restrições, os estudantes participaram no processo eleitoral, o que já é uma pequena vitória arrancada à direcção das oito universidades estatais, mantidas sob controlo repressivo desde o golpe militar de 1973.

O resultado eleitoral dado pela Federação limita-se a divulgar os nomes dos estudantes eleitos. As primeiras avaliações indicam claramente que há entre os eleitos uma maioria que se opõe à ditadura, o que transforma estas eleições numa vitória das forças democráticas. Quando se deram as primeiras eleições deste tipo, em 1979, 14 dos 16 Centros de Alunos ficaram nas mãos da oposição. Isso demonstra um inesperado — e praticamente desconhecido fora do Chile — vigor do movimento estudantil nesse país.

## Das «peñas» às assembleias

Após o golpe de 1973, houve intervenção na universidade chilena e os seus reitores foram substituídos por interventores nomeados pelo governo. O movimento estudantil foi desarticulado e as organizações estudantis tradicionais foram ocupadas por dirigentes indicados pelas autoridades. Paralelamente, houve uma expulsão maciça de alunos e professores de esquerda. A vigilância policial, as prisões, o terror, tornaram impossível qualquer expressão de oposição e mesmo a mera convivência universitária.

Uma vez desarticulados os partidos que actuavam na Universidade e suprimidos os directórios estudantis, os organismos que conseguiram sobreviver transformaram-se — pelo simples facto de existirem como ór-



gãos «não-oficiais» — em catalizadores da vontade de contestação.

Entre 1973 e 1978, proliferaram os acontecimentos culturais, as *peñas* (espécie de bares tradicionais chilenos em que a actividade principal é a música e a dança folclórica) e diversos tipos de actividades académicas extracurriculares; os *talleres* (oficinas, laboratórios de poesia, teatro e artes plásticas) e grupos «pastorais» cristãos.

No final de 1977, começam a surgir conflitos, por motivos académicos, entre os estudantes e as autoridades universitárias. Rapidamente, ultrapassaram os limites das respectivas escolas e estenderam-se a outras faculdades. No princípio de 1978, os alunos de um professor expulso reuniram-se na Escola de Economia para analisar a situação e criaram o primeiro Comité de Participação Estudantil. A experiência ampliou-se como um movimento de base que chegou a superar as próprias direcções estudantis. Em meados desse mesmo ano, cada faculdade tinha o seu comité.

Passando por cima dos rígidos marcos legais, os jovens começaram a reunir-se em Assembleias de Estudantes Democráticos, que elegiam os seus Comités de Participação. Em algumas escolas, chegaram a organizar três assembleias num só semestre. Os comités promoviam qualquer tipo de actividade extracurricular que permitisse ampliar a participação dos estudantes, sensibilizá-los para a situação de todo o povo chileno e mesmo prestar solidariedade aos estudantes nicaraguenses, numa manifestação que, evidentemente, foi reprimida.

### Eleições

Nos primeiros meses de 1979, dá-se um novo passo, com as Jornadas pela Democratização Universitária, em que mais de 140 líderes estudantis das mais variadas posições ideológicas — alguns profes-

res e ex-alunos — mantinham um debate franco e frutífero sobre assuntos como: o impacto do modelo económico na Universidade, a actual situação da Pesquisa, Docência e Extensão Universitária, etc. As decisões eram tomadas por consenso, principalmente no que se referia ao futuro da organização do movimento estudantil, sendo os delegados designados por assembleias.

Ainda está aberta a discussão, entre os estudantes chilenos, sobre como aumentar a sua participação nesses acontecimentos, pois é necessário reconhecer que, dado o clima de terror que ainda prevalece, nem todas as assembleias foram muito concorridas. Estão também em discussão as vantagens das formas «parlamentares» (maior poder para os delegados) ou da «democracia directa» (maior poder para as assembleias e revogabilidade dos representantes). Mas o que merece destaque é o simples facto de um debate desse tipo estar a desenrolar-se.

Perante essa pressão democratizadora, a Federação dos Centros Estudantis (Fecech), imposta de cima, decide, repentinamente, em Abril de 1979, convocar eleições para os Centros Estudantis. Mesmo com as limitações dessa «abertura», os estudantes participam, pressionam e conseguem a modificação do artigo que permitia ao presidente do Centro (designado pelas autoridades) escolher os delegados entre os mais votados. Conseguem, além disso, apesar da proibição expressa de apresentar «plataformas», realizar, em muitas escolas, «assembleias informativas», que permitem aos estudantes conhecer as posições de seus companheiros e identificar os «pré-candidatos» que consideram mais lúcidos.

Como foi possível que as autoridades permitissem esse tipo de consulta, que questiona toda a estrutura repressiva, ao pôr em evidência a impopularidade das direcções impostas? Um editorial do jornal *El*

*Mercurio* indagou se os «adultos» responsáveis pelo facto tinham avaliado as suas consequências, e advertia que a experiência poderia servir como um precedente para exigências semelhantes de democratização por parte de outros sectores da sociedade.

O raciocínio das autoridades universitárias era diferente. A proliferação das reivindicações estudantis devia ser canalizada dentro de limites institucionais. Além disso, havia que resolver os conflitos de poder entre os líderes estudantis impostos, sem nenhuma legitimidade perante as suas «bases», com divergências internas e prestes a apresentar a sua demissão colectiva. Por outro lado, subestimaram a possibilidade de que os estudantes da oposição, divididos cronicamente em inúmeras tendências políticas, conseguissem articular uma resposta homogénea em prazo tão pequeno. No entanto, mesmo com a vitória, o «poder» da oposição seria tão pequeno — e os mecanismos de controlo e repressão tão eficazes — que não havia razão para temer que os limites fossem ultrapassados.

### Escalada repressiva

Mas foi o que aconteceu. Animados pela vitória, os estudantes participaram nas manifestações proibidas do 1.º de Maio de 1979, em um número e com um entusiasmo sem precedentes desde 1973. Violando os seus próprios compromissos, as autoridades universitárias complementaram a repressão policial nas ruas com a suspensão de dezenas de estudantes, muitos dos quais eram delegados recém-eleitos, que não tinham participado nas manifestações.

Alertado, o movimento estudantil adoptou uma estratégia «mista», combinando as acções proibidas com uma actuação destinada a aproveitar ao máximo os limites autorizados.

Em Novembro de 1979, realiza-



## Testemunho de um "confinado"



«Sinto renovado o compromisso de luta para que o Chile volte a um regime democrático», afirma Alejandro Goic Jerez, de 21 anos, confinado numa localidade do Norte do Chile. Alejandro, filho de um conhecido cardiologista, é estudante de Teatro da Universidade do Chile e vice-presidente do Centro de Alunos da sua Faculdade. Foi eleito, democraticamente, em 79.

Acusado de infracção à Lei de Segurança do Estado, por participar, em Março, numa comemoração do Dia Internacional da Mulher, que foi proibida, não pode sair de Freirina, um povoado de 250 habitantes, durante três meses. Também não pode exercer cargos públicos nem continuar os seus estudos.

Numa carta dirigida aos meios de comunicação, em que faz reflexões sobre a sua situação Goic admite ser «militante de esquerda» e disse que o seu confinamento lhe deu «a oportunidade de fazer parte de uma comunidade especial, com os jovens cristãos — apesar de eu não ser cristão — e verificar que temos muito em comum quanto a projectos».

Ele considera «emocionante» a ajuda solidária do sacerdote do povoado e explica que «todos, sem excepção, me estendem a mão, tentando fazer com que o tempo me seja agradável. Oferecem-me as suas casas para que viva com eles. Convidam-me para comer. Essas demonstrações dão-me grande esperança para continuar a luta, para ver, quanto antes, o meu sonho transformado em realidade: a minha pátria livre e justa. Gente como esta, trabalhadores anónimos, fará parte dessa força imbatível que produzirá as transformações».

O pai do jovem punido escreveu uma carta pública ao ministro do Interior, dizendo que «se uma pacífica demonstração de rua significa para o senhor um risco para a segurança do Chile, digo-lhe que é muito precária a segurança que o senhor defende».

ram-se convenções nas escolas, definindo, para a Universidade o papel de «protagonista na restauração democrática», com debates abertos nas aulas, pátios, cantinas e até através dos meios de comunicação, como a revista *Análisis*.

Nos meses de Janeiro e Fevereiro de 1980, o governo responde, desencadeando nova escalada de repressão. O «Campus» Macul, da Universidade do Chile, onde havia

grande concentração desse novo movimento estudantil, foi desarticulado com a separação, sem comunicação entre si, dos departamentos de Sociologia, Serviço Social e Filosofia. Mais de sessenta por cento dos estudantes da Faculdade de Ciências foram transferidos para a de Educação, onde a organização estudantil é incipiente. Houve ainda uma nova «limpeza», expulsando estudantes e professores. Surgiu um decreto-lei

que dá ao Ministério do Interior amplas faculdades para aplicar a estudantes dissidentes o mecanismo do «confinamento». Inspirado em similares sul-africanos, esse decreto permite que, sem recorrer a uma detenção formal, uma pessoa seja obrigada a residir até três meses numa região (geralmente nas zonas mais afastadas do Sul), sem possibilidades de sair dela.

Finalmente, há a nova política denominada de «autofinanciamento», que restringe ainda mais a entrada na Universidade de estudantes de poucos recursos, ao obrigá-los a pagar os seus estudos, à vista ou a prazo, depois de dois anos de formados (tenham ou não obtido um título) e com juros reajustáveis.

A fim de protestar contra essa nova onda de repressão e, ao mesmo tempo, chamar a atenção sobre a luta dos estudantes chilenos, no dia 24 de Abril, coincidindo com as eleições, cinco estudantes suspensos ocuparam, pacificamente, a sede da Unesco em Santiago. O «Comité de Expulsos e Punidos das Universidades Chilenas» emitiu um comunicado de imprensa explicando que não se tratava da ocupação de um organismo das Nações Unidas, mas de uma «permanência temporária de 48 horas» (de facto, os estudantes abandonaram o edifício dois dias depois), para «chamar a atenção das autoridades para a grave crise que atinge as Universidades chilenas e da qual somos vítimas. (...) Não somos terroristas nem agitadores, mas alunos universitários, que reivindicamos o nosso direito à educação». Os membros do Comité são todos eles dirigentes da União de Organizações Estudantis da Universidade Técnica do Estado.

O objectivo de conseguir a reintegração dos alunos foi atingido. Mas a luta pelo direito à educação continua. E o movimento estudantil é parte activa da mobilização crescente pela redemocratização do Chile.



CHILE

# Pela unidade operária, em defesa da indústria nacional

*Mais de 70 greves em seis meses. A comemoração do 1.º de Maio. A luta pela unidade sindical e política. Quase 400 firmas nacionais foram à falência no ano passado. Empresários e industriais questionam a política económica do governo, que tem beneficiado a indústria estrangeira em detrimento da nacional*

Nilton Caparelli



**N**ÃO é só o movimento estudantil que tem vindo a tentar reorganizar-se no Chile. A classe operária, apesar de sofrer uma repressão bem mais violenta, ressurge no plano político: em seis meses foram realizadas cerca de 70 greves em todo o país, a comemoração do 1.º de Maio reuniu um número expressivo de trabalhadores, mas ainda há divisões para se concretizar uma unidade das bases sindicais.

Eduardo Rojas, vice-presidente da antiga Central Única de Trabajadores (CUT) do Chile, é um dos que vêm com pessimismo a possibilidade de uma unidade a curto prazo entre as forças que se opõem ao regime de Pinochet, devido a «insuperáveis diferenças a nível político».

Ele deu como exemplo as comemorações do 1.º de Maio, que apesar de terem sido um êxito na sua opinião, demonstraram claramente a divisão do movimento operário.

Segundo Rojas, que é também um dos integrantes do Comité Exterior da CUT, a mobilização conseguida pela Coordinadora Nacional Sindical (CNS) e pela Frente Unitária de Trabajadores (FUT) teve grande repercussão no país e no estrangeiro, mas não conseguiu um acordo para comemorar em unidade a data: foram convocados dois actos comemorativos, «o que reflecte as dificuldades e problemas existentes na direcção do movimento democrático», afirmou. Ele acha que «há uma grande contradição entre o avanço da luta de massas a nível sindical e a capaci-

dade da direcção em relação às exigências da base social». Rojas cita as greves e a mobilização operária para criticar a direcção do movimento, que «não conseguiu organizar esse repúdio à ditadura, fazer dele uma actividade organizada, ampla e unitária».

Para o ex-presidente da CUT, «estas deficiências geram tendências individualistas, com as organizações a actuarem por conta própria, independentemente de um acordo mais amplo entre elas, dificultando a mobilização das bases e atrasando os entendimentos básicos a respeito do carácter da plataforma sindical, de um programa unificador do movimento operário». Rojas acredita que essa falta de unidade do movimento operário é também um reflexo da



dificuldade que as organizações anti-fascistas encontram em relação a um programa único.

### Reunir todas as forças

Analisando os partidos políticos, Rojas fala da democracia cristã:

— Ela só vê perspectivas para um acordo com a exclusão de uma parte importante do movimento popular e, além disso, porque também nela influem as consequências da situação internacional.

Em relação à crise surgida recentemente na representação exterior dos trabalhadores chilenos, aquele líder sindical disse que a partir dos problemas criados no Partido Socialista — divisão sofrida no ano passado, devido a uma disputa interna entre o sector chefiado por Carlos Altamirano e o dirigido por Clodomiro Almeida — criou-se uma situação extremamente delicada: «agora existem o Comité Exterior da CUT, a Frente de Solidariedade da CUT, uma representação exterior da FUT; esta é, evidentemente, uma realidade que precisamos enfrentar e resolver».

Rojas defende a necessidade de se criar melhores condições para a unidade no país, através da força sindical mais importante, que é a Coordenadora Nacional Sindical: «o seu fortalecimento e unidade de acção são essenciais» — afirmou. A seu ver, isso implicaria um acordo em termos de direcção e plataforma, incluindo todos, sem excepção, que façam parte da Coordenadora.

O dirigente sindical argumenta que não se deve recriar apenas a unidade entre a esquerda — comunistas, socialistas, radicais, operários e camponeses — mas também abrir esse caminho a outras tendências, que também têm influência sindical, principalmente a esquerda cristã e o MAPU. Sobre essas bases, concluiu Rojas, «é possível até um acordo com as tendências sindicais democrata-cristãs».

### Crescem as falências

A situação económica no Chile também se tem vindo a agravar, criando sérios problemas para a indústria nacional, em virtude do actual modelo económico. No ano passado, foram registadas 368 falências provocadas pela abertura ao comércio exterior, beneficiada por uma redução de 10 por cento dos impostos de importação. A última empresa afectada foi a «Textil Fabrilana», que paralisou as suas actividades em 28 de Maio passado, deixando desempregados cerca de 550 trabalhadores.

Diversos industriais consideram a situação económica actual do país como deteriorada e estagnada. Aham que as crescentes importações, amparadas pelas reduções de impostos, estão substituindo a produção nacional. Só no sector têxtil, as importações aumentaram, nos últimos cinco anos, de 72 milhões de dólares para 237 milhões de dólares. Uma parte importante dessas importações entraram no país a preço de *dumping* e já controlam quase 40 por cento do mercado têxtil chileno. Os

industriais reclamam também contra o congelamento do peso em relação ao dólar (39 pesos = 1 dólar) para as importações, desde Junho do ano passado, o que mantém estáveis os valores dos produtos estrangeiros, enquanto os nacionais são afectados pela inflação interna

O Governo defende-se afirmando que, na década de 40, o país começou a industrializar-se através da substituição das importações e protegendo excessivamente o sector industrial. O actual modelo económico mudou radicalmente as regras do jogo, reduzindo os impostos de importação, liberalizando os preços e modificando a desvalorização do peso em relação ao dólar, medidas que transferiam a responsabilidade do Estado para o sector privado, de acordo com as análises feitas pelos próprios ideólogos do sistema, economistas ligados à escola liberal de Chicago, os «Chicago Boys». Eles pedem aos industriais nacionais uma margem de tempo para que se possam obter os resultados das suas fórmulas mágicas. Mas a burguesia nacional chilena parece não estar disposta a esperar muito tempo. □

### Falências no Chile

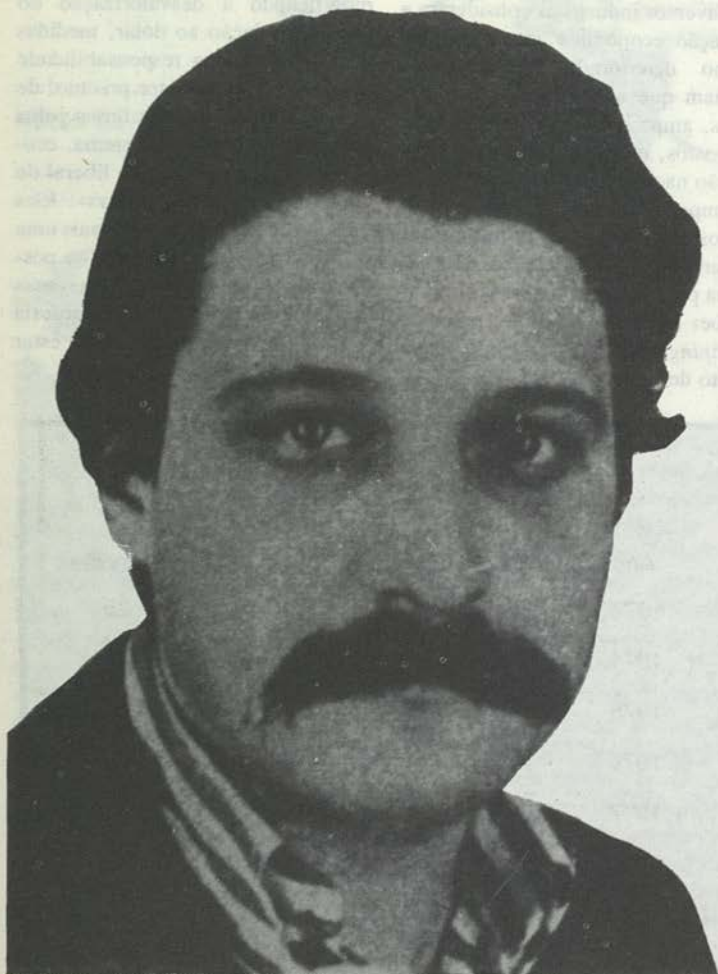
Ano	(De 1973 • MARÇO 1980)	Falências
1973		25
1974		28
1975		82
1976		132
1977		224
1978		321
1979		368
1980		130



# A internacional da repressão

*As revelações sobre o caso dos uruguaios Lilian e Universindo desvendam uma conspiração extrafronteiras, muitas vezes denunciada e agora comprovada*

Lúis Rodrigues dos Santos



O capitão Ferro

Os serviços de informação das ditaduras do Cone Sul que, até agora, pareciam actuar com rigorosa eficácia, devem estar surpreendidos e preocupados com os seus últimos e ruidosos insucessos. Não é que não tenham conseguido êxito nas suas operações, mas os factos começaram a ser conhecidos detalhadamente. Comprovadas denúncias de imprensa, assim como confissões de pessoas envolvidas, estão a desvendar toda uma trama de realidades internas e de conexões no sul do continente. Essas descobertas vão tornar cada vez mais difícil o trabalho dessa espécie de internacional repressiva, embora possa ser apenas a ponta de um imenso *iceberg* ainda submerso.

Não só parentes e amigos das vítimas como, também, importantes entidades como a Cruz Vermelha e a Amnistia Internacional, além de associações de juristas e de eclesiásticos, denunciaram, em diferente países e ocasiões, (não apenas a nível da Interpol mas, também, dos serviços repressivos policiais-militares), que se havia estabelecido um sistema internacional de perseguição e intercâmbio de militantes políticos. Esse sistema cobre a Argentina, o Chile, o Uruguai, o Paraguai e também o Brasil e o Peru, como acaba de ser demonstrado.



Não foram poucos os perseguidos políticos que desapareceram, com rastros apagados nas fronteiras de países vizinhos. Um dos casos mais divulgados foi o do major Joaquim Cerveira, do exército brasileiro, que, exilado em Buenos Aires, foi raptado da sua residência. Dele nunca mais se teve notícias concretas, a não ser certas informações de que fora visto em prisões brasileiras, onde estava sendo torturado depois da sua captura na Argentina.

Entre o Uruguai e a Argentina, esse procedimento tornou-se rotineiro. Pessoas exiladas num país iam aparecer no outro, presas ou boiando nas águas do Prata, sem que as autoridades uruguaias ou argentinas se preocupassem, sequer, em prestar qualquer informação esclarecedora. Ou o que é mais terrível: comandos repressivos actuavam sem qualquer objecção e, até, eram ajudados por agentes policiais do país em que estavam as suas vítimas.

Hoje, são irrefutáveis as provas de que dois dos principais dirigentes da oposição uruguaia, os parlamentares Zelmar Michelini e Héctor Gutierrez Ruiz, exilados em Buenos Aires, foram assassinados por agentes da repressão uruguaia com o apoio dos serviços de informação argentinos.

O assassinato dos generais Carlos Pratt, ex-comandante do exército chileno, e Juan José Torres, ex-presidente da Bolívia, ambos refugiados em Buenos Aires, podem ter sido cometidos pela repressão da ditadura, mas houve, segundo denúncias de amigos e familiares e até de algumas indiscrições de militares da Argentina, a participação de agentes dos seus respectivos países.

Enfim, a lista é longa e as vítimas têm nomes e apelidos. O que faltava ao processo — apenas iniciado — desses crimes, era um depoimento, na primeira pessoa, de um protagonista dessas acções terroristas. Já se conhecem determinados militares e agentes policiais de alguns desses



Lillana fotografada pelo próprio torcionário

países que, acoçados por problemas de consciência, admitem haver participado em torturas, mas temem dar o seu próprio depoimento, o que não contribui para deter esse monstruoso crime internacional.

### Um torturador confesso

As confissões do ex-soldado do exército uruguaio Hugo Walter García, que se refugiou no Brasil e agora está exilado na Noruega, preenche essa lacuna. Walter foi um torturador confesso, operando na Companhia de Contra-Inteligência do Serviço de Inteligência (Departamento - II) do exército uruguaio. Na presença de advogados, ele fez, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), ao diário «Zero Hora», revelações completas sobre o sequestro dos militantes opositoristas uruguaios Lillian Celiberti e Universindo Díaz, ocorrido naquela cidade em Novembro de 1978.

A primeira denúncia desse crime foi feita pelos jornalistas Luís Cláudio Cunha e J. B. Scalco, repórter e fotógrafo da revista «Veja», que

alertados por um telefonema anónimo, chegaram até ao apartamento onde estavam detidos os dois uruguaios. Ali, confundidos pelos sequestradores com activistas de uma organização secreta que iriam fazer um contacto com Lilian e Universindo, foram metidos no apartamento e puderam ver o que se passava, reconhecendo, mais tarde, os sequestradores. Scalco e Cunha poderiam, por conveniência ou temor, ter retratado ou silenciado as suas denúncias; nesse caso, então, os dois uruguaios já estariam mortos. Mas foi graças à sua corajosa e admirável consciência ética profissional que o fio da meada começou a ser desenrolado.

Agora, o depoimento do soldado García projecta mais luz sobre o episódio e completa as denúncias dos dois jornalistas. Está, assim, comprovado que o sequestro foi organizado sob as ordens do próprio chefe do Serviço de Inteligência uruguaio, coronel Calixto de Armas (actualmente o número dois do ministério do Interior) que utilizou a sua influência nos serviços repressivos brasileiros para que tudo desse certo.



## O comando uruguaio

Coube a um oficial do exército uruguaio, o capitão Eduardo Ferro, descrito como um verdugo brutal, a chefia do comando que foi a Porto Alegre sequestrar Lilian e Universindo. Ferro foi auxiliado pelo capitão Glauco Yannone que, como o seu colega, continua a servir na Companhia de Contra-Inteligências em Montevideú.

O soldado Garcia apontou ainda os seguintes nomes de oficiais torcionários: Coronel Nelson Biar, antecessor de Armas no Departamento-II; coronel Mário Aguerrondo, actual chefe do D-II, ex-comandante do 13.º Regimento de Infantaria, tenebroso centro de torturas; major Carlos Rossel, actual chefe da Companhia de Contra-Inteligências e o seu antecessor, major Carlos Calcagno; major Dante

Aguirre, pessoalmente ligado ao general Luís Queirolo, actual comandante do exército uruguaio; major José Bassani, encarregado, com Ferro, de torturar Lilian; e o capitão Eduardo Ramos, actual «professor» da Escola de Inteligência do exército uruguaio. Quase todos esses oficiais se «especializaram» nas escolas norte-americanas que então funcionavam na Zona do Canal do Panamá.

O depoimento dos jornalistas Cunha e Scalco e as revelações do soldado Garcia conduzem à identificação dos cúmplices brasileiros dos militares uruguaio: o delegado Pedro Seelig e os inspectores Oran-dir Portalassi Lucas («Didi Pedalada»), João Augusto Rosa («Irno») e Janito Jorge Kepler, todos da polícia política do Estado do Rio Grande do Sul. Esses agentes estão a ser processados e aguarda-se uma sentença exemplar do juiz designado para o caso.

Os sequestradores uruguaiois estavam seguros de que poderiam actuar com inteira impunidade. «Vamos trazer esses dois (Lilian e Universindo) do Brasil e, depois, para evitar problemas, liquidamo-los», disse o capitão Ferro ao grupo do qual participava o soldado Garcia. Até agora isso ainda não ocorreu, seguramente pela revelação do sequestro. Lilian e Universindo estão presos em Montevideú, à mercê da temível repressão uruguaia. Amplia-se, no entanto, internacionalmente, uma campanha para salvar as suas vidas.

No Brasil, levantaram-se muitas vozes exigindo, pelo menos, um protesto junto do governo uruguaio contra a violação da soberania nacional. Uma delas foi a do deputado José Frejat, opositorista do Estado do Rio, que pediu a ruptura de relações do Brasil com a ditadura uruguaia. □



«*Eu  
ajudei  
a sequestrar  
Lilian*»

O suplemento que o jornal «Zero Hora» (de Porto Alegre, Brasil) dedicou ao depoimento do sargento uruguaio



# O FMI vai às urnas

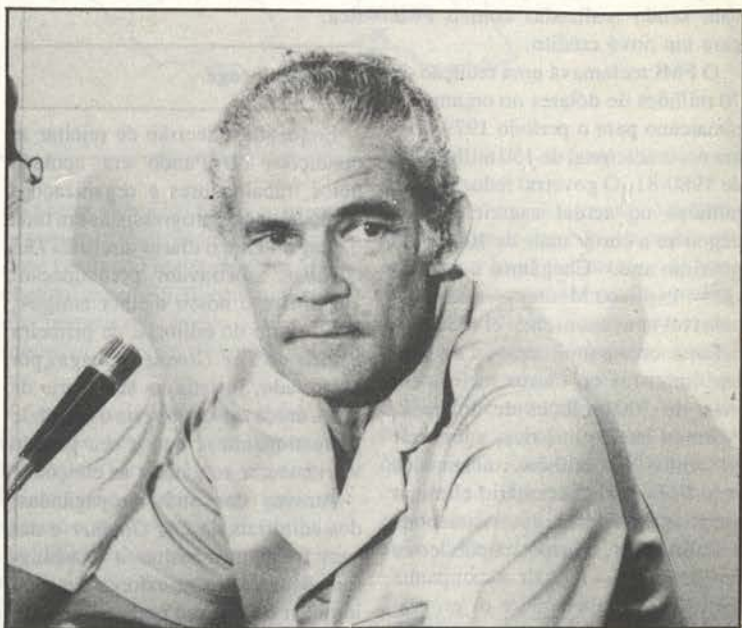
*Num clima de crescente violência urbana e campanhas anticomunistas — que relembram a desestabilização que conduziu ao golpe militar no Chile — a pequena ilha do Caribe vive um momento pré-eleitoral decisivo para o projecto socialista do primeiro-ministro Michael Manley*

Clarence Ben Brodie

O resultado das eleições legislativas programadas para o próximo mês de Outubro será decisivo para o futuro da Jamaica. Os temas dos debates eleitorais — o quarto pleito nessa ilha de dois milhões de habitantes desde que se tornou independente da coroa britânica, em 1962 — afectam não somente os jamaicanos, mas também os habitantes do Caribe, da América Latina e, em geral, todos os povos oprimidos pela actual ordem económica internacional.

As eleições serão o campo de batalha de uma luta vital entre o Partido Trabalhista da Jamaica (PLJ), autoritariamente dirigido pelo pró-fascista Edward Seaga — conhecido popularmente como CIAga — e o Partido Nacional Popular (PNP), que, nos seus oito anos de governo, tomou diversas medidas a favor das maiorias.

Entre os resultados concretos que pesam a favor do PNP estão as leis do salário mínimo e a licença-maternidade, os programas de alimentação escolar e distribuição de terras do Estado, a campanha maciça pela alfabetização e a crescente participação estatal em actividades comerciais. A nível internacional, o governo de Michael Manley vem tendo uma voz firme e respeitada em diversos organismos internacionais (como as Nações Unidas, o Movimento de Países Não-Alinhados e o Grupo dos 77), nas lutas por uma nova ordem económica internacional, contra o racismo e o colonialismo na África e América Latina e, mais recentemente, por uma reestruturação do



Michael Manley

Fundo Monetário Internacional (e o sistema económico capitalista) que dê melhores oportunidades ao Terceiro Mundo.

Por outro lado, o PLJ reúne 630 latifundiários que, juntamente com as multinacionais da bauxita, dividem a propriedade de 40 por cento das principais explorações agrícolas. O PLJ também representa os empresários, organizados na Associação dos Manufactureiros, na Câmara de Comércio e na Organização do Sector Privado da Jamaica.

## Dificuldades económicas

O principal problema da ilha é a deterioração do intercâmbio das suas

relações comerciais com os países industrializados. A diferença entre a receita das exportações de matérias-primas agrícolas e a bauxita e a despesa com as importações de manufacturas e alimentos básicos — trigo, milho e particularmente petróleo, que custou ao país 59 milhões de dólares em 1973, subindo para 318 milhões em 1979 — obrigou a Jamaica a solicitar empréstimos ao FMI em 1977.

O Fundo emprestou 400 milhões de dólares, mas as condições que impôs — contenção salarial, aumento dos preços, cortes dos serviços sociais e desvalorizações — levaram a uma redução drástica do nível de vida do povo jamaicano. Em



1979, a dívida do país subia a 688 milhões de dólares e a sua amortização consumia um terço da receita das exportações. A dívida ameaçava crescer tanto, que novos empréstimos seriam insuficientes para pagar os anteriores. Em 1978, o custo de vida subiu cerca de 50 por cento. Finalmente, no dia 2 de Fevereiro, o primeiro-ministro Manley anunciou a ruptura das negociações que estavam sendo realizadas com o FMI para um novo crédito.

O FMI reclamava uma reucação de 70 milhões de dólares no orçamento jamaicano para o período 1979/80 e um corte adicional de 150 milhões no de 1980/81. O governo reduziu 61,2 milhões no actual exercício, mas negou-se a cortar mais de 100 no do próximo ano. «Chegámos à conclusão — explicou Manley — que não é possível nem aconselhável reduzir o défice orçamental através de cortes, impostos ou outros meios, em mais de 100 milhões de dólares». Afirmou que se insistisse em cortar os outros 50 milhões reclamados pelo FMI, seria necessário eliminar todos os subsídios governamentais aos alimentos, transportes públicos e fertilizantes — reduzir a campanha contra o analfabetismo e os programas contra o desemprego, assim como eliminar as bolsas de estudo e aumentar as matrículas da Universidade. Pelo menos 11 mil trabalhadores do sector público perderiam os seus empregos.

Num país onde 200 mil trabalhadores estão desempregados, 70 por cento dos que trabalham ganham menos de 20 dólares semanais e os 5 por cento mais ricos concentram 30 por cento do Rendimento Nacional; onde o custo de vida dobrou duas vezes nos últimos oito anos; onde quatro de cada cinco camponeses ganham a vida com pedaços de terra menores que três hectares; onde 70 por cento da população consome apenas 35 por cento de proteínas do mínimo exigido diariamente; onde há um médico para cada 4 mil habi-

tantes e um dentista para cada 20 mil habitantes; onde quase metade da população adulta não sabe ler ou escrever e 30 mil pessoas jamais pisaram uma escola, a decisão governamental só podia ser bem recebida pelo povo. Uma pesquisa realizada pela Universidade das Índias Ocidentais mostrou que 60 por cento das pessoas que tinham opiniões a respeito do FMI eram contra a sua política.

### A direita reage

Enquanto a decisão de rejeitar as condições do Fundo era apoiada pelos trabalhadores e organizações democráticas e progressistas em toda a ilha, o PLJ e o diário direitista *The Gleaner* mostravam preocupação. «O FMI é o nosso melhor amigo», era o título do editorial de primeira página do *The Gleaner*. Seaga, por outro lado, insistia na sua teoria de que a única salvação seria o «modelo portorriquenho», que o seu partido vai instaurar se ganhar as eleições.

Através das suas propagandas, dos editoriais do *The Gleaner* e das suas frequentes visitas a Washington, Seaga vem-se esforçando para inimizar o Governo norte-americano com o de Manley. O deputado direitista Larry McDonald, a sociedade racista John Birch e o Instituto de Estudos Políticos orientado por Brzezinski são frequentes anfitriões do líder do PLJ, que é considerado pelo Departamento de Estado norte-americano como «uma importante fonte de informação para as nossas agências de informação e espionagem». Seaga encaixa-se perfeitamente na nova política de Carter, numa segunda guerra fria, cujo principal pretexto é o anticomunismo.

Internamente, a campanha está centralizada nos 499 cubanos que o governo jamaicano convidou para ajudar a construir escolas, dar assistência sanitária e contribuir para o desenvolvimento agrícola. Segundo

*The Gleaner*, essa cooperação faria parte de um plano de «invasão comunista» da ilha, supostamente organizado por diplomatas soviéticos que, na opinião de Seaga, são agentes da KGB.

O anticomunismo é só uma das armas da campanha contra Manley e o PNP. Os ataques concentram-se também em acusações de corrupção, mas, nesse caso, o tiro saiu pela culatra, já que o governo designou uma Comissão de Investigação sobre Corrupção, encabeçada pelo juiz supremo Kenneth Smith, que se virou contra Seaga. Formou-se também, adiantando-se a futuras acusações, uma comissão de supervisão eleitoral, integrada pelo governo e pela oposição.

Na frente económica, o PLJ conseguiu um certo apoio popular nas suas manifestações contra o aumento da gasolina, em Janeiro do ano passado, mas a sua intenção de coordenar, no mês seguinte, uma greve dos empresários — no estilo das que destabilizaram o governo de Allende, no Chile — fracassou porque o sector privado, apesar de ser responsável pela fuga maciça de divisas estrangeiras, não chegou a um acordo em torno da ideia. No entanto, nas últimas semanas, o primo e aliado de Seaga, o industrial Richard Mahfood, superou em poder o presidente da Organização do Sector Privado da Jamaica, Carlton Alexander, geralmente considerado como «moderado». Durante as manifestações de Janeiro, o homem de confiança de Seaga, Pearnel Charles, confessou que o objectivo da oposição é acabar com o governo de Manley «corroendo-o e derrubando-o».

Apesar da deterioração do nível de vida, o governo vem resistindo às dificuldades económicas (ainda que a frágil indústria turística, uma das principais fontes de divisas, esteja insegura). Mas surge agora renovada e ameaçadora, uma forma mais perigosa de luta política: a violência.

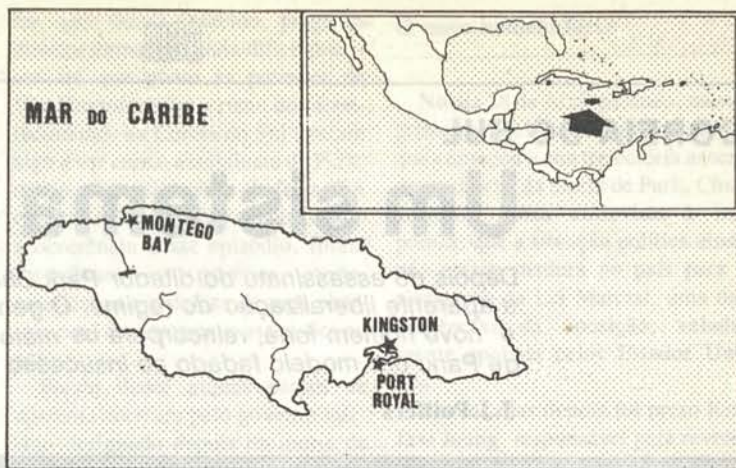


## A violência política

Desde a década dos anos 30, a Jamaica caracteriza-se pela violência política urbana. Em 1976 ela alcançou níveis nunca vistos, um esforço total de desestabilização comprovadamente empreendido pela CIA. Centenas de pessoas morreram durante a campanha eleitoral daquele ano, mas os ânimos acalmaram-se depois da esmagadora vitória de Michael Manley e do seu programa de transição democrática para o socialismo. Porém, em fins do ano passado, a violência voltou a explodir durante um acto em honra do herói nacional Alexander Bustamante. Desde então, o fenómeno tornou-se parte da vida quotidiana.

Quase todos os dias, registam-se casos de mortos e feridos por motivos políticos. O emprego de armas automáticas nas lutas é frequente, mas ambos os partidos negam que os seus membros usem esse tipo de arma. Em Março, o primeiro-ministro afirmou que é grande o efeito negativo da violência sobre a economia do país, que necessita, mais do que nunca, produzir, para superar a escassez de divisas. «Não temos motivo para piorar a nossa própria situação económica» — comentou Manley —, «enquanto eles (o PLJ) têm antecedentes na desestabilização económica». Seaga, por outro lado, argumentou, numa das suas frequentes visitas aos Estados Unidos, que Manley estaria planeando uma «solução militar» para os seus crescentes problemas económicos. «O incremento da violência — disse — é uma manifestação disso».

Desde que, em Fevereiro deste ano, Manley anunciou a data das eleições, a violência recrudesciu. Em Março, uma equipa eleitoral do PNP foi atingida a tiro. Na semana seguinte, quatro civis foram assassinados por terroristas que invadiram um salão de baile. Nos bairros pobres, são frequentes os incêndios provocados por *cocktails* molotov,



as portas são derrubadas e os seus ocupantes assassinados com brutalidade fascista. Finalmente, em Maio, chegou-se ao clímax com um incêndio intencional de um asilo, onde morreram centenas de velhos indefesos.

*The Gleaner* insiste em atribuir os crimes ao governo, com torpes distorções da verdade, que um foro de investigação estabelecido pela Associação de Imprensa da Jamaica qualificou como violação grave das normas éticas da profissão, comparando-as com as campanhas do *El Mercurio* e outros órgãos da imprensa direitista chilena contra a Unidade Popular no governo de Allende. Nem mesmo a Igreja se salva dos ataques do *The Gleaner*, que a acusa de colaborar com o governo por haver assumido uma posição pacificadora, pedindo o fim das lutas entre os grupos.

### Alimentar o povo

Desde a ruptura com o FMI, o problema da produção local de alimentos (para reduzir as importações) e a sua distribuição adequada tem-se tornado agudo. São frequentes as acusações aos distribuidores privados de açambarcarem bens básicos para provocar uma crise artificial no

abastecimento. Enquanto Michael Manley, que é também responsável pelo sector da agricultura, se dedica totalmente ao problema da produção, o Partido dos Trabalhadores da Jamaica (marxista-leninista) resolveu retirar-se da campanha eleitoral e concentrar as suas forças a favor do PNP, pressionando o Governo para que assegure que todas as divisas que entrem na ilha sejam canalizadas para os cofres do Estado e exigindo o abastecimento popular dos já escassos artigos de consumo básico.

Segundo um editorial do órgão oficial do PTJ, «quando Michael Manley fala, se não se refere às medidas que se deve tomar contra o imperialismo e a sabotagem... não está a tratar das medidas práticas que devem ser tomadas para ajudar o povo a derrotar os reaccionários».

Pesquisas realizadas dão a dianteira eleitoral ao PLJ. A opinião geral dos políticos progressistas dentro e fora do Governo é que essa tendência pode ser modificada. Mas, para eles, não bastam os esforços governamentais para renegociar a dívida externa e estreitar o relacionamento com o Terceiro Mundo e o campo socialista. Afirmam que se deve prosseguir com essa política, mas que a chave da vitória é assegurar comida para o povo. □

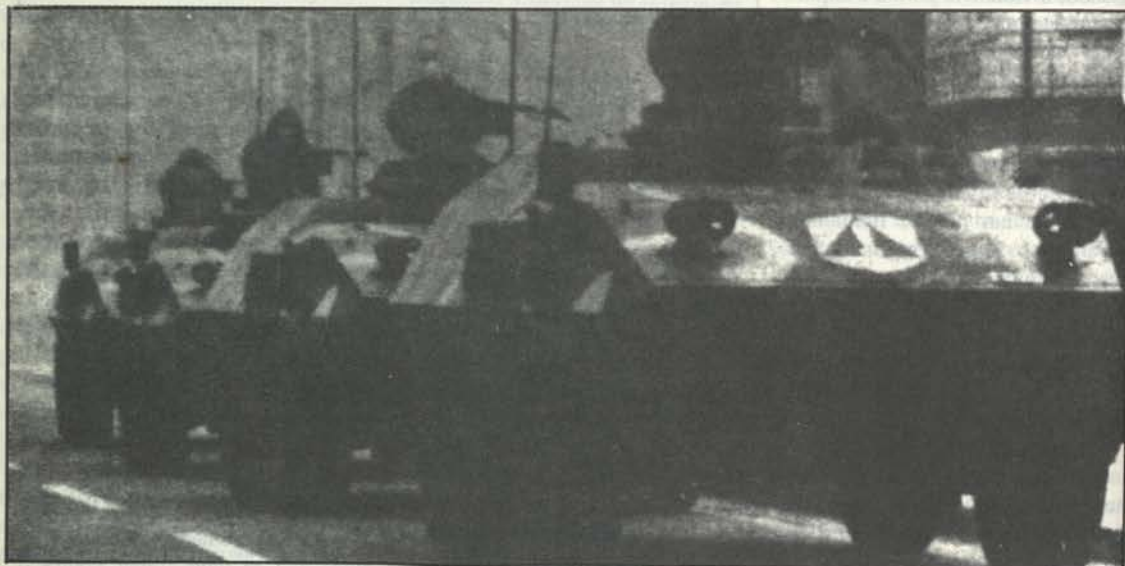


COREIA DO SUL

# Um sistema em crise

*Depois do assassinato do ditador Park Chung Hee, a aparente liberalização do regime. O general Chun Doo Hwan, o novo homem forte, reincorpora os métodos repressivos de Park: um modelo fadado ao insucesso*

J.J.Poitiers



O aparelho de segurança, criado sob o regime de Park e alimentado pelos Estados Unidos, foi acionado para conter o descontentamento popular

**B**LUSAS ou jeans que levam o selo «made in Corea» podem ser encontrados em quase todas as capitais do Ocidente em exposição nas vitrinas das grandes lojas de roupas. São os produtos mais característicos do «milagre coreano», confeccionados sob uma ditadura de 20 anos do Presidente Park Chung Hee, assassinado há oito meses num obscuro episódio ainda não esclarecido totalmente.

Como outros tantos «milagres» do Terceiro Mundo, com uma reprodução tão nítida e caricatural, que faz

do caso sul-coreano um clássico na matéria, o desenvolvimento do reinado de Park consistiu substancialmente em investimentos maciços de dólares, feitos, na sua maior parte, por investidores norte-americanos ansiosos por preservar a competitividade da sua própria produção, evitando os altos custos do trabalho nas nações industrializadas.

Tratava-se de converter a Coreia do Sul numa sub-base de exportação, aproveitando-se a mão-de-obra barata que deveria ser mantida para que a operação tivesse sentido. A Coreia

do Sul via-se, assim, envolvida num desses monstruosos processos de distorcido desenvolvimento que gera maravilhosas modernizações por um lado e massas condenadas a uma vida miserável por outro.

Como também têm ocorrido em outras partes do mundo, um ordenamento económico desse tipo só pode manter-se através de uma couraça político-institucional fundamentada na doutrina da «segurança nacional»: foi o que ocorreu na Coreia do Sul, desenvolvendo-se como um modelo.



Para os Estados Unidos, principais beneficiários económicos e estratégicos desse sistema, regimes como o de Park são proveitosos apenas durante um certo tempo. Mas passam imediatamente a ser incómodos e até perigosos quando a lógica da repressão ultrapassa certos limites, provocando uma polarização das forças da oposição, tanto no campo político como no social que, sem isso, se manteriam dispersas.

Já nos últimos tempos de Park, se estava verificando uma polarização desse tipo, sob a liderança de Kim Dae Juang, um irreductível inimigo do ditador e responsável por uma crescente mobilização da oposição, que ia desde os católicos até à social democracia.

#### Direitos humanos

Processos, como o do Irão ou da Nicarágua, demonstram o perigo de situações como a sul-coreana, cuja preservação era embaraçosa demais para a administração de James Car-



Park Chung Hee

ter, que, como é sabido, prega os direitos humanos. Seria difícil precisar até que ponto as pressões de Washington contra o rumo dos acontecimentos na Coreia do Sul tiveram algo a ver com o assassinato de Park, morto a tiro pelo antigo chefe da CIA coreana (KCIA). Na verdade, desde a ocorrência desse episódio, foram ostensivas as pressões norte-americanas em defesa de uma abertura para descomprimir as tensões no país.

Foram dados alguns passos de aparente abertura pelo governo interino designado depois da morte de Park, presidido por Chou Hah. Falou-se na elaboração de uma nova Constituição e também na possibilidade de se dar ao país uma ampla saída eleitoral, juntamente com a eliminação de algumas das mais controversas medidas de segurança.

A sociedade civil na Coreia do Sul começou também a movimentar-se na expectativa de uma mudança demonstrando uma crescente actividade política, de forma semelhante, segundo alguns analistas, com o processo que se vem desenvolvendo hoje no Brasil. No entanto, o gigantesco aparato de segurança, criado sob o regime de Park e alimentado pelos Estados Unidos, mostrou-se descontente e naturalmente hostil à mudança de um sistema que era a sua própria vida.

O lugar deixado vago por Park e pela destituída cúpula da KCIA, responsável pelo seu assassinato, foi ocupado por Chun Doo Hwan, um silencioso general de pára-quedistas, de 48 anos, que, no dia 12 de Dezembro do ano passado, assumiu o comando do Exército através de um golpe palaciano. Quatro meses depois — em 14 de Abril de 80 — consolidou a sua nova posição na vida político-militar sul-coreana ao ser designado chefe da KCIA. Confirmado, assim, como o novo «homem forte» da Coreia do Sul, ficou claro para todos que a aparente abertura havia chegado ao fim.

No dia 28 de Abril passado, na sua primeira declaração pública desde que começou a sua trajectória ascendente depois da morte de Park, Chun afirmou, numa entrevista à imprensa, que a situação política ainda não estava madura no país para a revogação da Lei Marcial, uma das exigências da oposição, veladamente apoiada pelos Estados Unidos.

Poucos dias depois foi preso Kim Dae Juang, responsável pela revolta popular que estourou em Maio último na cidade de Kwangju e que se estendeu por toda a sua província natal (Cholla), uma das regiões mais atrasadas do país. Nos últimos dias de Maio, os homens de Chun sufocaram sangrentamente a rebelião numa feroz acção repressiva sem precedentes, mesmo comparada às piores épocas de Park, conhecido pela opinião pública mundial pelos seus terríveis massacres, semelhantes aos executados pela Guarda Nacional de Somoza quando estava perto do seu fim.

A rebelião de Kwangju foi para os Estados Unidos um motivo de preocupação, pois não pôde ser neutralizada pela eficiência repressiva de Chun: a oposição tem ramificações em todo o país. A acção de Chun coloca também em cheque a burguesia moderada sul-coreana, que vinha a constituir até agora um elo conciliador entre os militares e as massas populares.

«A tragédia desse episódio é que tudo o que foi realizado pelos militares em nome da segurança e da estabilidade aumenta os perigos de insegurança e de instabilidade» — comentou o ex-embaixador norte-americano em Seul, Richard Snider, depois da repressão em Kwangju. Comentários parecidos foram escutados no Departamento de Estado durante os dias finais de Somoza. □



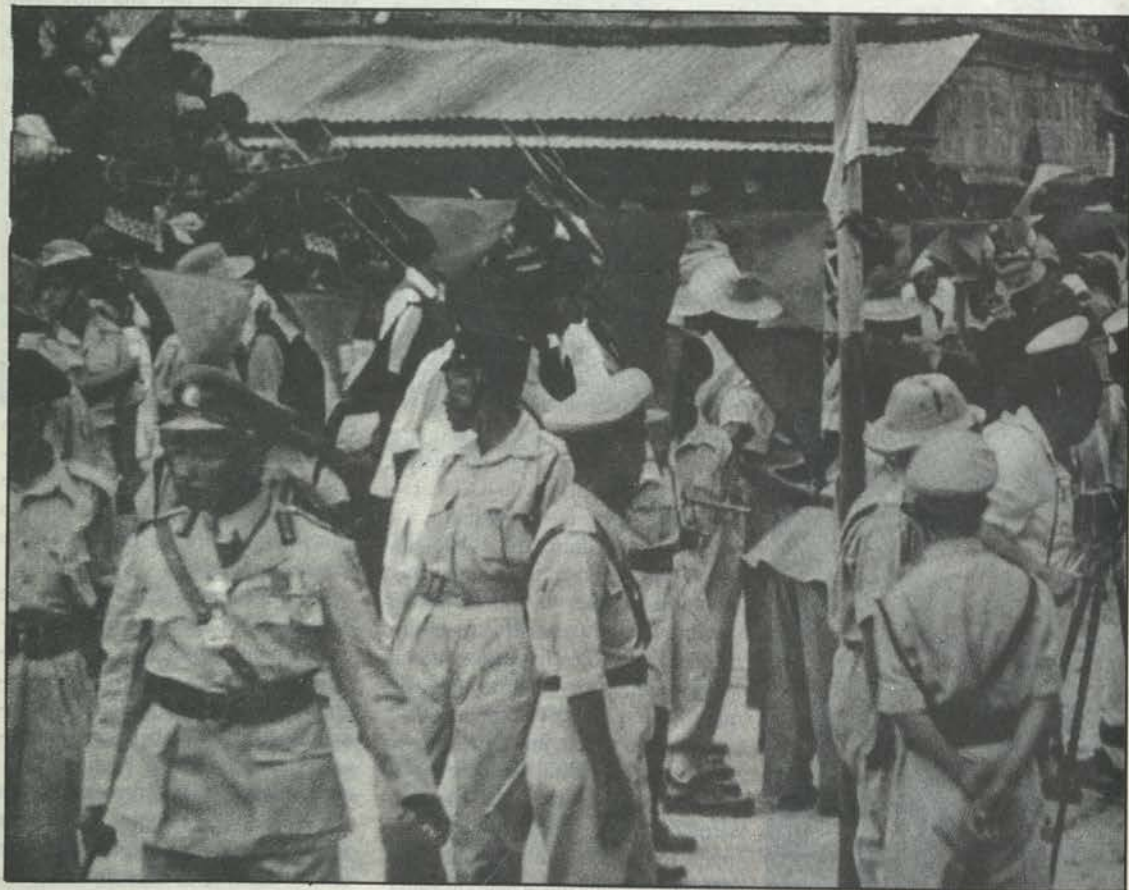
# Instabilidade no reino do Himalaia

*Um sistema cerceado durante mais de vinte anos pelo peso da monarquia, do exército e da máquina administrativa.*

*A exigência pelo fim do poder dos senhores feudais.*

*Uma história da opressão que começa a cansar o povo do pequeno país das grandes montanhas*

Lao Kee



O exército foi um dos factores de dominação do povo do Nepal, juntamente com monarquia e a burocracia



«O povo do Nepal escolheu o sistema do paxalato apartidário, com reformas periódicas, como futura forma política do reino». Este anúncio oficial, feito em Katmandu em 14 de Maio, reflecte muito a ambiguidade e a inquietação neste pequeno reino da montanha do Himalaia.

A «escolha» a que o anúncio se referia era uma votação favorável em 54,8% a um sistema de conselho distrital de um paxalato apartidário (com algumas reformas «convenientes» mas não especificadas) e 45,21 por cento contra, num referendo realizado a 2 de Maio. Contra o sistema apartidário foi colocado o sistema multipartidário de governo parlamentar. Muitos no Nepal, excepto uma pequena facção agrupada em torno da monarquia, consideraram que as opções tinham sido colocadas de maneira injusta. Era como se elas representassem duas formas distintas de governo representativo, democrático e responsável.

Mas será que elas representam de facto isso?

A questão é saber se a maioria de 9,6% das forças «apartidárias» pode ser considerada suficientemente grande para um sistema que tem sido cerceado durante cerca de vinte anos por todo o peso da monarquia, pelo excesso e pela máquina administrativa.

O referendo prometido pelo actual rei, o terceiro soberano desde que uma revolução derrubou o regime dos Ranas (tradicional senhores de guerra ou capitães) em 1951 e devolveu à monarquia toda a sua força, foi resultado do descontentamento amplamente disseminado que abalou o pequeno país em 1979. Esse descontentamento cresceu durante muito tempo, como consequência da política de opressão desenvolvida pela monarquia, e explodiu em violências, como resposta à execução de dois líderes do maior e mais popular (embora proscrito) partido, o Congresso Nepalês. Eles foram executados por alegada participação em sublevação armada no interior do Nepal (Okhaldunga) e numa tenta-

tiva de assassinato do rei. As execuções foram encaradas como uma acção precipitada de um governo «em pânico» e provocaram muitos protestos de estudantes, de trabalhadores e da juventude.

### Protesto espontâneo

Foi um movimento espontâneo de protesto que reuniu grande dose de credibilidade e força, num momento em que todos os partidos políticos estavam proibidos. A única saída para o rei foi declarar a sua disposição de reabrir toda a questão do sistema de governo e de estrutura política no país e aguardar a decisão do povo.

Mas o que muitas pessoas parece terem esquecido ou ignorado foi o facto de que, pelo menos formalmente, essa era uma questão que parecia ter sido resolvida em 1951, com o auxílio de Jawaharlal Nehru, o primeiro-ministro da Índia. Tudo aconteceu quatro anos depois que a Índia conseguiu a independência do domínio inglês. Líderes da luta do povo do Nepal, organizados no Congresso Nepalês, tinham tomado parte na luta pela liberdade da Índia, com a esperança de que, com essa independência, o Nepal também se tornasse livre. Mas os ingleses continuaram a exercer o seu controlo através dos primeiros-ministros do Rana. Assim, surgiu uma rebelião armada em 1951 que derrubou os Ranas.

Jawaharlal Nehru presidiu a uma reunião entre o rei Tribhuvan (um soberano nominal até então) e o último primeiro-ministro Rana, Marajá Mohan Shuysher. Chegou-se a um acordo de que os principais elementos políticos para o futuro do Nepal eram eleições democráticas e um governo representativo.

### Breve período democrático

As primeiras eleições, apenas parlamentares, foram efectuadas em 1959, quase oito anos depois desse acordo. O Congresso Nepalês ficou com dois terços das cadeiras na Assembleia Nacional. Foram necessários apenas 18 meses para que o filho e sucessor de Tribhuvan, o rei Mahendra, decidisse que a experiência era uma ameaça para a monarquia. A assembleia foi dissolvida e toda a actividade política foi proibida. Com o conselho de «experts» ingleses e americanos, desenvolveu-se o sistema apartidário do paxalato, quase igual à «democracia dirigida», que o segundo mandatário militar do Paquistão, general (e mais tarde Marechal de Campo) Ayubk introduziu no seu país, mais ou menos na mesma época.

Seguiu-se uma sucessão de mudanças no governo, de responsabilidade apenas do Palácio. Todos os activistas políticos foram neutralizados, a imprensa foi controlada e o país abriu-se à competição de potências estrangeiras, que procuravam conquistar um lugar seguro no estrategicamente sensível Estado do Himalaia. A economia entrou em grande crise e as disparidades nos níveis de vida cresceram astronamicamente.

Como disse recentemente um economista, «depois de termos completado quatro planos quinquenais nos últimos 20 anos, o crescimento médio da população por ano é de 2,2 por cento, enquanto o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) tem sido 1,2 por cento. Em vinte anos, não mais que nove por cento da terra foi colocada sob sistema moderno de agricultura e, em 45 dos 75 distritos, nem um único projecto de irrigação levado a efeito pelo governo foi completado». O salário diário de um trabalhador é ape-



nas RS. 3,50, ou seja, cerca de meio dólar.

### Bola de neve

O protesto sem liderança, que se iniciou em ondas de actos e demonstrações, cresceu como uma bola de neve, em vários distritos do Nepal no ano passado, com uma forte base económica, além de política. Embora não formuladas de maneira muito precisa — e isso teve muito a ver com as contínuas detenções de activistas políticos — as exigências do movimento de protesto tomaram duas formas básicas. Uma, a exigência por um governo representativo, por direitos democráticos, inclusive a liberdade total de expressão e manifestação, e o fim do regime autocrático da facção próxima do trono. A outra, por reformas económicas estruturais, fundamentais, que levem à transição de uma oligarquia feudal para uma ordem económica justa, onde o povo, os agricultores, trabalhadores (o Nepal não tem muitas indústrias), as classes médias e a juventude sem emprego, encontrassem justiça.

Dessa maneira, a exigência era pelo fim do poder dos senhores feudais próximos da monarquia, pelo fim do poder das classes de intermediários, contratantes e comerciantes, e por um governo responsável e representativo que desembocasse num novo e justo sistema económico.

### O referendo

Será que o rei, na realidade, não esperava que o referendo o ajudasse a resolver essas questões fundamentais e será que os partidos políticos, a quem se permitiu, por pouco tempo, discutir o sistema multipartidário e sobre o governo representativo, es-

peravam ser capazes de atingir o seu objectivo?

De acordo com todos os dados, o rei estava inseguro. Por isso, o referendo foi adiado. Quando foi anunciada a data (2 de Maio), surgiram sentimentos de alívio e de dúvida. Seria esse um referendo confiável, e seriam os seus resultados (se favoráveis ao fim da monarquia) acatados pelo monarca?

Todos os partidos temiam que o referendo pudesse ser objecto de fraude e chamaram atenção para o facto de que se tal acontecesse isso não seria aceite pelo povo. O antigo primeiro-ministro do governo democraticamente eleito e líder do Congresso Nepalês proscrito, B. P. Koirala, afirmou que se o referendo fosse fraudulento «as consequências seriam incontroláveis e catastróficas».

Na realidade, persistem dúvidas sobre a honestidade do referendo. As dúvidas são baseadas no facto de que nos três distritos mais densamente povoados de Katmandu o veredicto foi decisivamente a favor do sistema multipartidário: quase 65 por cento.

Nas regiões menos desenvolvidas politicamente do interior do Nepal, como Dolpa, Piyuthan, Bhojpur, Beni, Darchula e Tahatum, o sistema apartidário do paxalato levou vantagem. E o resultado atribui-se à opressão pelo medo, em que a estrutura feudal da administração mantém o povo do interior.

Durante o apuramento do referendo, o governo proibiu o uso do rádio ou mesmo dos telefones para transmitir informações do apuramento. E, embora aos partidos políticos tivesse sido permitido fazer campanha pela democracia multipartidária, eles continuavam proibidos de existir. Isso restringiu a sua eficácia como opositores do sistema de paxalato, que gozava de apoio oficial.

O rei anunciou que a oposição política devia ser tratada com respeito, mas espalhou o aviso de que «ninguém se devia aventurar a escamotear ou menosprezar o mandato do nosso povo». Disse também que uma atitude de «insolência, anarquia ou violência vai contra os verdadeiros princípios da democracia e da paz».

### Prisões maciças

Que democracia e que paz?

Em seguida ao anúncio do resultado do referendo, de acordo com as notícias de Katmandu, houve uma «onda de prisões». Os freios nas actividades de indivíduos e organizações a favor do sistema multipartidário foram apertados e uma nova legislação real foi decretada, sem o consentimento do paxalato de Rasthiya (que corresponde a uma assembleia nacional), suprimindo a liberdade de manifestação e de publicação de documentos por partidos ou organizações.

Isso espalhou o descontentamento, mesmo entre um grande e influente grupo de membros do paxalato. Fazem notar que a nova legislação não teria sido ratificada se lhes tivesse sido apresentada previamente.

A situação é de muita incerteza e muitos protestos deverão surgir. A possibilidade de o Nepal ser estável dentro de si próprio não depende de outras nações aceitarem a solicitação do rei de que seu país seja reconhecido como uma «zona de paz». Ela depende quase que exclusivamente de como serão atendidas as exigências do povo do Nepal por um governo representativo e por reformas políticas e económicas. Na medida em que elas não forem atendidas, o Nepal será uma fonte de inquietação na região. □



# Vasco Lourenço:

## o 25 de Abril valeu a pena



*O ex-comandante militar de Lisboa e um dos líderes do movimento dos Capitães não acredita num golpe de direita e afirma que, hoje, a posição das Forças Armadas é de defender a opção democrática do povo português. Ele reconhece o retrocesso nas relações com os povos africanos de língua portuguesa e a tendência direitista do governo*

**Beatriz Bissio  
e Carlos Pinto Santos**



**M**AJOR, como um dos dirigentes do Movimento dos Capitães e do MFA, e como um dos condutores da Revolução Portuguesa e um dos membros mais destacados do processo posterior ao 25 de Abril, acha que a situação actual de Portugal corresponde à revolução dos seus sonhos?

— Não. Eu sonhei muito mais do que isso, mas sabemos que sonhar é fácil. Apesar de eu ter sonhado muito alto em relação aos resultados previsíveis da Revolução Portuguesa e apesar da situação actualmente existente no país, considero que o saldo ainda é francamente positivo.

*Então, valeu a pena?*

— Continuo a dizer que valeu a pena.

*Quais foram, na sua opinião, os factores que mais contribuíram para que a Revolução Portuguesa não alcançasse o nível sonhado?*

— Em primeiro lugar, é preciso não esquecer que, no início da Revolução Portuguesa, de uma maneira geral, o ideal sonhado, além de ser muito indefinido, também não era muito ambicioso. A grande mola impulsadora do 25 de Abril e o objectivo dos militares que se lançaram nessa arrancada era o derrube do fascismo e a devolução da liberdade ao povo português. É evidente que isso trazia também o desejo muito grande de uma sociedade mais justa em matéria de democracia económica, justiça social e desenvolvimento. E mais uma outra faceta, que considero totalmente conquistada, embora para muitos não tenha ocorrido a contento: a descolonização. As grandes perspectivas e os grandes sonhos foram, acima de tudo, mais posteriores do que anteriores ao 25 de Abril. Com a evolução do processo foi-se desejando cada vez mais.

*Mas que factores contribuíram para que nem tudo acontecesse como se desejava?*

— Primeiro, a grande inexperience dos homens que fizeram o 25

de Abril. A grande inexperience política, principalmente. Depois, a incapacidade. Acho que esta inexperience foi responsável por uma incapacidade muito grande ao longo de todo o processo. E por várias razões, até de conjuntura internacional, como a crise do capitalismo, na qual estamos inseridos. Ela teve uma importância muito grande em todos os desaires que tivemos que enfrentar na nossa Revolução. Em relação à inexperience, posso dar exemplos concretos que demonstram como não tínhamos a mínima preparação para a empresa em que acabávamos de nos meter. Primeiro, não tínhamos ideia da grandiosidade da luta em que nos íamos lançar.

De facto, o essencial para nós era terminar com o fascismo, devolver a soberania ao povo português, fazer eleições livres, para que o nosso povo pudesse decidir o seu destino. No dia 25 de Abril eu estava nos Açores, numa espécie de degredo, pois tinha sido preso por pertencer ao Movimento e enviado para lá. Estava numa unidade militar, mas regresssei a Lisboa no primeiro avião que houve. No dia 29 tive a primeira grande conversa com Otelo Saraiva de Carvalho e fiquei horrorizado. Ele tinha passado três dias sem dormir. Foi descansar e praticamente abandonou a situação aos oportunistas que eram muitos e que se tinham infiltrado no Movimento. A grande discussão que tive com o Otelo Saraiva foi para convencê-lo de que ele não podia voltar para a Academia Militar. Dizia ele: «Eu já cumpri a minha missão e agora volto para instrutor da Academia Militar.»

*O major já sabia da constituição da Junta de Salvação Nacional?*

— Sim. Quando ouvi no rádio — juntamente com Melo Antunes, que também estava nos Açores — a composição da Junta de Salvação Nacional, olhamos um para outro e dissemos: «Como é possível terem ido buscar homens destes?» — alguns dos quais nem sequer conhecíamos.

Um ano depois, numa entrevista que foi a maior narrativa do que se passou antes do 25 de Abril, dada pelos três elementos que compunham a direcção do Movimento — o Vítor Alves, o Otelo e eu — dizia o Vítor Alves: «Se o Vasco Lourenço aqui estivesse, a Junta não tinha sido aquela.» O que é um facto. Este é um pequeno episódio, mas há um monte deles. Eu pertencia à direcção do Movimento, como já disse, e tinha sido preso, tinha sido enviado para os Açores, tinha feito dois ou três contactos rápidos, muito ligeiros por causa da Pide, com o Movimento aqui em Lisboa. Tínhamos combinado um código para sermos avisados quando seria o desencadear do golpe. Preparámos tudo nos Açores para actuar, caso houvesse necessidade, e estávamos prontos. Mas, na verdade, não sabíamos como o Movimento se tinha desenvolvido em pormenores e como estava organizado. Regressei no dia 28 e no primeiro dia que aqui estive fui ao Posto de Comando, na Cova da Moura, e procurei saber como estava organizado o Movimento, quem estava a dirigir aquilo...

*E que encontrou lá? Havia organização? Havia gente conhecida?*

— Não conhecia a maior parte dos oficiais que vi ali.

## O respeito à hierarquia

*Mas eram certamente oficiais que haviam participado das reuniões do Movimento dos Capitães?*

— É preciso explicar melhor. Antes de ser preso, a minha missão principal era dirigir as ligações. Portanto, não havia nenhum oficial do Movimento que eu não conhecesse. Passado um mês e meio, eu não conhecia a maior parte dos que ali vi. Depois participei numa cena interessante. Cheguei à sala de operações, fardado, e vi um major, também fardado, dar ordens a capitães que eu conhecia do Movimento. Perguntei: «Mas quem é aquele in-





Vasco Lourenço e o Presidente Ramalho Eanes

divíduo?» Ele viu-me quando eu estava a perguntar e dirigiu-se a mim: «Mas quem és tu?» «Desculpa», respondi, «mas eu perguntei primeiro.» «O que estás a fazer aqui dentro?» — insisti. «Sou o major fulano de tal e estou a comandar a sala de operações» — respondeu. «Mas como é possível estares a comandar a sala de operações e não me conheceres? Põe-te na rua que estás aqui a mais» — gritei para ele. E o major saiu muito escandalizado da sala de operações. Mas a situação era de facto esta.

*Onde está ele hoje?*

— Está nas Forças Armadas, e não é dos piores.

*Poderíamos afirmar que houve também um pouco de timidez, por serem jovens, por serem capitães, para assumirem directamente o poder, ou foi só mesmo inexperiência?*

— Por timidez eu não diria, mas costume utilizar como exemplo aquela história de um conto antigo: um exército conquistou uma cidade, não soube o que fazer com ela e voltou a entregá-la ao rei...

*O respeito à hierarquia funcionou?*

— Não sei se a hierarquia funcionou, porque a hierarquia em Portugal não funcionava há muito tempo. A maioria deles, durante muito tempo fez as suas jogadas debaixo da secre-

tária, como costumamos dizer, e deixaram que o processo seguisse. Aliás, considero que ao longo de todo esse processo, a maior parte dos oficiais superiores teve uma influência muito grande, contribuindo, inclusive, no ano de 1975, para desorganizar as Forças Armadas, quando se demitiram.

*Eles afastaram-se ou abandonaram o Exército?*

— Não. Uns afastaram-se completamente, mas outros afastaram-se somente de espírito, o que foi pior, pois estão agora, na sua grande maioria, a participar de «corpo inteiro».

### Em busca de um general

*Como vê o problema da descolocação?*

— Desculpe, mas ainda lhe devo um pequeno esclarecimento em relação à hierarquia do nosso Exército, que tem muito a ver com a mentalidade da maior parte dos militares. Havia ansiedade em se ter um militar mais graduado, um general, para comandar. Aliás, essa discussão começou quase no início do Movimento e foram vencendo os elementos que consideravam importante o surgimento de um general para comandar.

*Mas a necessidade de um general*

*foi um problema que sempre existiu?*

— Posso contar quatro pequenos episódios da conspiração. Na primeira reunião do Movimento, ainda em 1973, em que aparecem o Vítor Alves<sup>1</sup> e o Pinto Soares<sup>2</sup>, estávamos a discutir o problema do decreto-lei<sup>3</sup> quando, depois de mais exposição, menos exposição, lancei uma «bisca», como costumamos dizer. Levantei a voz e disse: «Com exposições nós não vamos a lado nenhum. Temos é que pensar em dar um golpe militar, formar uma Junta Militar e, passado um ano, fazer eleições livres». A reacção do Vítor Alves foi perguntar: «Onde arranjas tu generais para a Junta Militar?» Respondi então: «Não tens generais, não tens brigadeiros, não tens coroneis, não tens maiores, mas tens capitães». «Mas tu és louco? Pensas ser capaz de pertencer a uma Junta Militar?» — afirmou o Vítor Alves. «Se estou a pensar em derrubar o governo, não vejo por que não me hei-de sentir capaz de pertencer à Junta Militar» — respondi.

Um outro episódio ocorreu em Óbidos, numa reunião em que viria a ser discutida e constituída aquela que devia ser a Comissão Coordenadora que iria até o fim. Uma das perguntas a que os presentes na reunião teriam de responder era a da necessidade ou não que havia em arranjar generais para chefiar a conspiração. Depois de muita discussão chegou-se à conclusão de que se tinha mesmo de arranjar generais. Feita a votação foi escolhido em primeiro lugar o Costa Gomes e em segundo lugar o Spínola.

Um terceiro episódio aconteceu numa reunião anterior à de Óbidos, quando apareceu o tenente-coronel Banazol, um homem que foi considerado louco. Estávamos em Novembro de 1973 e ele surgiu com uma proposta de golpe militar imediato, sem preparar nada: um golpe feito de maneira esquisita, através de uma sublevação em Évora (onde ele



comandava um batalhão que estava em preparação para ir para a Guiné), seguindo rumo a Lisboa e tentando conquistar tudo. A intervenção desse tenente-coronel tem de facto uma grande virtude: a de despertar bastante as consciências para a necessidade de se ultrapassar o aspecto profissional, e passar a pensar-se no aspecto político. Lembro-me perfeitamente daquela reunião em S. Pedro do Estoril e do meu desabafo para alguns camaradas: «É impressionante como se está a dar importância ao que ele diz. É impressionante o entusiasmo que as suas propostas estão a gerar nos oficiais aqui presentes. Estou farto de defender a necessidade de um golpe militar que derrube o regime e crie condições para a instauração de um regime democrático em Portugal. Como sou capitão ninguém me ouve, mas assim que aparece um tenente-coronel é o que se vê!».

Finalmente, há um caso passado em Cascais, na reunião que pode considerar-se a última das grandes reuniões antes do 25 de Abril. Foi em 5 de Março de 1974, e aí se aprovou o que pode ser considerado o primeiro esboço de um programa político. Um dos assuntos que mais uma vez é fortemente discutido é o já velho e sempre presente assunto da necessidade de escolher generais para chefes (passados seis anos, chega a parecer-me impossível como os jovens oficiais serviam para tudo, menos para aparecer como chefes do Movimento). Depois de uma forte discussão do general, não-general, do chefe, não-chefe, e quando se discutia o esqueleto do que seria o nosso programa político, é feita pelos oficiais ligados ao general Spínola, a seguinte proposta: «Mas por que estamos nós a discutir programas? Temos um chefe, entregamos-lhe o comando e seguimos atrás dele. Para que precisamos nós de programa político?» Ao perguntar-se quem era esse chefe, responderam «Spínola, evidentemente! «Feliz-

mente a reacção a esta proposta foi imediata: ela não foi aceite e aprovamos o que seria o primeiro esboço do programa político. Manteve-se, no entanto, a necessidade de escolher generais para chefes. Feita a votação, mais uma vez foram escolhidos o Costa Gomes e o Spínola.

*Mas persiste a procura do chefe?*

— A necessidade do chefe mantém-se e posso contar-lhe outro episódio, que já não vivi, mas que me contou o Otelo. Foi na véspera do 25 de Abril. Alguns capitães diziam: «Eu não arranco se não vier a ordem de operação assinada por um general». O Otelo perguntava se a sua assinatura não chegava, e se tinha que ser a de um general. Felizmente, eles acabaram por se convencer de que não era necessária a assinatura de um general. Isso exemplifica bem este problema a que eu não chamaria de «timidez» dos militares.

*Mas vocês não tinham conhecimento, não sabiam de outras experiências existentes no mundo?*

— Sabíamos muito pouco. Havia um conhecimento muito limitado da experiência peruana e também da experiência cubana, mas era diferente. É evidente que havia homens, como o Melo Antunes, por exemplo, que tinham uma melhor preparação do que a maioria dos militares. A grande maioria tinha relativamente poucos conhecimentos desses processos. Eles só foram conhecidos depois do 25 de Abril, quando houve a possibilidade de acesso a documentos e livros. Antes do 25 de Abril, o aspecto principal era mesmo, de facto, a necessidade do derrube do fascismo e do fim da guerra colonial, da liberdade para os portugueses e da construção de uma sociedade mais justa. Mas as pessoas não tinham bem a noção da grande empresa em que se iam meter. E como já me referi, a grande prova disto foi a do Otelo, no dia 29, a dizer que o golpe estava concluído e que ia voltar a ser instrutor da Academia Militar, pois a sua missão estava cumprida. Para o

convencer tive que lhe dizer: «Tu não fizeste nada, o que fizeste não custou nada, foi extremamente fácil, muito fácil mesmo. Estás convencido de que fizeste uma grande coisa que não custou nada. O mais difícil ainda está por fazer...»

*«Corres com o Spínola»*

*Poderia pomenorizar um pouco mais esse seu contacto com o Otelo no dia 29 de Abril?*

Após regressar dos Açores na noite de 28 para 29 de Abril, não consegui falar nem com o Otelo, nem com qualquer outro dos elementos principais do Movimento. Já muito tarde, cerca da meia noite, apareceu o Otelo no Posto de Comando e foi então que tivemos uma longa conversa, de cerca de quatro horas, a sós, de que recordo alguns aspectos que mais me chocaram. Além do que referi antes, poderei adiantar-lhe outros. O Otelo contou-me o que se passou no Posto de Comando no dia 25 de Abril. Ele estava lá a comandar as operações, quando chegaram os militares que tinham sido presos no dia 16 de Março<sup>4</sup> e levados para a prisão da Trafaria. Um deles, o tenente-coronel Bruno, muito ligado a Spínola, chega ao Posto de Comando e começa a dar ordens: «Quem é que está a comandar as forças que estão no aeroporto?». Otelo respondeu: «É o capitão Rui Rodrigues». E Bruno disse: «Capitão é pouco, tem que ser um major». E continuou a perguntar quem eram os outros comandantes e a dizer que capitão era pouco. Ora, o capitão Rui Rodrigues tinha servido para comandar as forças e para ocupar o aeroporto. Passadas duas ou três horas, já tinha poucos galões para estar a comandar e ser responsável pela defesa do aeroporto.

«E tu permitiste isso?» — perguntei indignado a Otelo. «Não percebo por que esse indivíduo não saiu pela porta fora, corrido a pontapés» — afirmei. O Otelo disse que o oficial





O então Presidente Costa Gomes e o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves (à direita) com os membros do Conselho da Revolução (da esquerda para a direita) almirante Rosa Coutinho, e generais Mendes Dias e Carlos Fabião

queria mostrar-se importante na frente do Spínola, que estava ali, e ele não desejava criar desde logo problemas com o Spínola. «Mas se o Spínola criasse problemas — disse eu — corriam com o Spínola». E disse mais: «Então qual é o problema? Já estás a abandonar o comando, logo no dia 25!»

*Vocês tinham alguma ideia do quadro político português e das possíveis alianças do adversário?*

— No meio político acho que havia alguns contactos, mas poucos, porque a grande massa, a grande maioria dos homens que se lançaram na empresa do 25 de Abril e que deram mesmo o golpe, não tinha aspirações políticas. Havia alguns conhecimentos, ligações com pessoas da oposição, principalmente de alguns elementos da Armada (Marinha). Mas a Armada teve um papel secundário na conspiração e na arancada para o 25 de Abril. Na realidade pode dizer-se que o 25 de Abril foi feito pelo Exército. A partir de uma certa altura, houve ligações com a Armada e com a Força Aérea. Mas a ligação foi pequena e a sua participação posterior foi relativamente secundária. Aliás, da Força Aérea e da Armada, infelizmente, são muito poucos os que participaram mesmo

no 25 de Abril. Mas eu não diria que, quer na Força Aérea quer na Armada, os homens não estivessem dispostos e prontos a participar. O que não houve foram condições, porque o Exército, que era a base do Movimento, ocupou todo o terreno com as suas tropas. Além disso, relativamente pouco tempo antes do 25 de Abril houve uma tentativa para abortar o golpe por parte de sectores da Armada.

*Mas porque apareceu essa iniciativa da Armada?*

— Alegavam que estávamos muito pouco maduros, muito imaturos, com muita falta de experiência. Diziam ser melhor adiar tudo para fazer as coisas com mais segurança. A nossa reacção foi a de que ou era agora ou nunca, pois a oportunidade não podia ser perdida e tínhamos que aproveitá-la, apesar da sensação de que estávamos a entrar numa câmara escura.

*Posteriormente, foram perdidas algumas posições conquistadas com o 25 de Abril. Acha que a experiência do golpe ou falta de experiência do golpe não foi absorvida no processo de luta, de maneira a dar-lhes elementos para impedir que os oportunistas e a contra-revolução se infiltrassem?*

— Os oportunistas foram um facto real e a sua acção fortemente negativa. Mas não terá sido essa a única razão dos erros cometidos no processo revolucionário. Com a entrada, ainda que de forma indirecta, da luta partidária para o seio do MFA, acabámos por nos desunir, o que provocou a perda de muitos camaradas ao longo do processo. É claro que este fenómeno, para ser bem compreendido, terá que ser inserido no processo geral que se viveu em Portugal. Até porque a capacidade de união entre os militares foi ainda o que evitou maiores separações, não permitindo que se verificassem confrontos graves.

### Portugal à direita

*Fala-se muito, aqui e no estrangeiro, de que há um processo de viragem à direita na política portuguesa e também nas Forças Armadas. Acredita que exista esse processo e que dentro das Forças Armadas o ideal do 25 de Abril é persistir, diminuir ou avançar? Enfim, como vê tudo isso?*

Em relação à política portuguesa, é inegável que, de facto, a situação está mais à direita do que nunca depois do 25 de Abril, ainda que eu



esteja convencido de que a situação é mais conjuntural do que definitiva; que dentro de algum tempo haverá novamente um consenso em torno de uma posição mais progressista. Em relação às Forças Armadas, é evidente a influência do que se passa no país. De uma maneira geral, as Forças Armadas são de natureza conservadora, e as de Portugal não são excepção. Houve efectivamente condições especiais em Portugal que possibilitaram que as suas Forças Armadas evoluíssem e participassem no 25 de Abril.

Neste momento, poderei dizer-lhe que considero a resultante das Forças Armadas como positiva, no que diz respeito ao espírito do 25 de Abril. Se a maioria dos quadros superiores não está muito ligada a esse espírito, o facto é que as Forças Armadas são constituídas pelos oficiais, sargentos e praças. E a sua resultante é, não tenho dúvidas, francamente pró-25 de Abril. Acrescento ainda que o objectivo das Forças Armadas, principalmente por parte dos homens que estão com o 25 de Abril, não é o de fazer outro golpe do mesmo tipo, mas evitar que através das Forças Armadas seja dado qualquer golpe

de direito do género do 28 de Maio de 1926<sup>o</sup>. Estou em condições de dizer que não será possível utilizar as Forças Armadas para fazer qualquer golpe reaccionário.

*Como explicaria então, neste contexto, o revanchismo dentro das Forças Armadas em relação aos homens que fizeram o 25 de Abril se, como disse, persiste o espírito de Abril?*

— É de facto difícil conceber a existência desses dois fenómenos, ao mesmo tempo. Repare, no entanto, que eu lhe afirmei que a resultante dos principais chefes militares não está de acordo com a resultante global das Forças Armadas.

### O Revanchismo

*Está certo de que não existe mesmo a possibilidade de um golpe militar, qualquer que seja, vindo das Forças Armadas?*

— Nem para um lado, nem para outro. Posso garantir, entretanto, que para a esquerda não estamos nem a pensar nisso:

*Voltando ao revanchismo...*

— Temos que ter em conta que não é possível hoje fazer a mesma

coisa que foi feita no 25 de Abril. Existe, sem dúvida, um revanchismo muito grande em relação aos homens que fizeram o 25 de Abril. É evidente que a luta é muito difícil. O Conselho da Revolução tem a sua quota-parte na responsabilidade de não conseguir evitar alguns resultados negativos neste campo. Mas como, no meu entender, a resultante do processo ainda está com Abril, eles, os revanchistas, não conseguiram atingir os objectivos que pretendiam. Daí a minha esperança de que este revanchismo acabe por cair por terra, ainda que infelizmente esteja a criar muitos problemas, como a perseguição de camaradas de uma maneira absolutamente inqualificável. E estou certo de que a evolução da sociedade portuguesa virá a influenciar no sentido de uma melhor actuação no interior das Forças Armadas.

*Major, se a solução não vem das Forças Armadas, se o quadro político português é hoje conservador, acredita que uma mudança possa vir só dentro do contexto eleitoral?*

— Nós apostamos efectivamente nisso. Na verdade, a grande batalha dar-se-á no quadro político e não dentro das Forças Armadas, porque neste momento a nossa luta é para que as Forças Armadas se subordinem ao poder político. Não de uma maneira subserviente, como aconteceu, por exemplo, ao longo de cinquenta anos de fascismo, quando Salazar se serviu sempre delas como suporte de um regime ditatorial. Que se subordinem garantindo a livre opção do povo português. E desde que seja garantida a livre opção, estou absolutamente convicto de que tendência acabará por ser progressista, pois uma política que defenda o interesse da maioria é, com certeza absoluta, progressista. Temos de lutar para que as Forças Armadas não sejam utilizadas pela direita para influenciar a decisão dos portugueses. Não poderão ser possíveis actuações como a que teve o chefe de Estado-



Com Melo Antunes (à direita) e Vitor Alves (ao centro), Vasco Lourenço dialoga na época em que ainda estava com a patente de general graduado



Maior da Força Aérea quando a Assembleia da República não aprovou o orçamento do governo de direita de Mota Pinto. É que a subordinação das Forças Armadas ao poder político, o funcionamento das instituições democráticas, implica a aceitação dos resultados, quer sejam de direita ou de esquerda. Não poderão ser também utilizadas para consolidar posições que, de forma conjuntural, essa mesma direita venha a conquistar, como é, de facto, a situação que se vive hoje aqui.

*Então não há perigo de um golpe antidemocrático em Portugal?*

— Estou absolutamente convencido que não.

### Os erros da descolonização

*O major falou no princípio da entrevista que houve erros na descolonização. Como a viu e como a vê hoje?*

— Eu gostaria de ter participado mais directamente no processo da descolonização, mas infelizmente não participei em termos directos. A descolonização começa por ser um erro tremendo, porque foi feita muito tarde. Bastam treze anos de guerra para justificar esse erro. Treze anos que fizeram com que as condições para essa descolonização não fossem as melhores. Devíamos ter tentado evitar alguns erros. O desejável era que as relações entre os portugueses, mesmo os que estavam lá colonizando e os novos povos independentes, fossem hoje melhores. Mas isso foi impossível de conseguir, principalmente pela existência da guerra colonial, que serviu para aprofundar os traumas que já existiam através da colonização em si mesma.

*Acha que agora se está a fazer o necessário para que esses traumas desapareçam, para que as relações entre Portugal e as suas ex-colónias tenham melhores perspectivas?*

— Há luta nos dois sentidos em Portugal. E isto, infelizmente, porque embora as forças progressistas

ainda façam tudo para a melhoria dessas relações, a imprensa de direita faz o contrário. Basta ver a maneira como promovem o Jonas Savimbi. E isto é negativo para as relações com o povo de Angola, com o Estado de Angola.

*Considera que os esforços efectuados pelo presidente Eanes para melhorar as relações com as ex-colónias estão hoje comprometidos com a subida ao poder de um governo de direita?*

— O presidente tem defendido uma política que considero correcta. Neste momento, é evidente que as condições não são as melhores, e eu penso que alguns passos positivos que foram dados podem estar em perigo. Está a haver, de facto, um retrocesso no aprofundamento das relações de amizade entre Portugal e os países independentes africanos de língua portuguesa.

*Voltando mais uma vez à descolonização de Angola, parece-nos que ela começou com um reconhecimento tardio da independência por Portugal. Como explicaria esse atraso? Se não me engano, Portugal foi o 88.º país a reconhecer a República Popular de Angola.*

— O processo angolano foi muito complexo. Em Moçambique e na Guiné, havia um só movimento de libertação. Em Angola havia três, bastante opostos uns dos outros, com apoios externos diferentes.

*Mas poderiam ser realmente chamados movimentos de libertação aqueles com ligações comprovadas com a CIA e outros serviços?*

— Eram movimentos de libertação em relação à dependência colonial. Havia ajuda dos norte-americanos e dos chineses, mas todos, realmente, estavam a lutar pela independência. Podia não ser, a independência total. Podiam estar a lutar por formas de independência neocolonial. Mas o que é certo é que eles estavam de facto a lutar com armas na mão contra o Exército português. E como tal foram reconheci-

dos como movimentos de libertação.

*O major concorda com o igual tratamento dado pelas autoridades portuguesas aos três movimentos?*

— Era extraordinariamente difícil fazer de outra maneira. Portugal estava em luta com os três movimentos de libertação e dificilmente poderia, naquele momento, antes da solução do problema interno, optar por um contra os outros. O que nós pretendemos foi descolonizar mesmo. Não pretendíamos contribuir para uma nova forma de neocolonialismo. Se optássemos por qualquer um dos três movimentos não estávamos propriamente a descolonizar. Estaríamos a interferir directamente nos problemas internos do povo angolano. O problema tinha que ser resolvido por eles, como acabou por ser.

*Mas e depois, a 11 de Novembro de 1975, quando foi proclamada a independência?*

— Aí a situação é diferente. A UNITA tinha abandonado o governo provisório de Angola, e, no meu entender, devíamos ter reconhecido logo o governo que se formou em Luanda. Foi onde permaneceu o MPLA. Mas uma coisa é a situação que se viveu no 11 de Novembro e outra coisa é a situação que se viveu até aí.

*Mas porquê o atraso?*

— Foram vários problemas de natureza interna, até de pressões internacionais. Mas aí eu preferia não entrar em detalhes.

*E o Conselho da Revolução?*

— O Conselho da Revolução nesse momento estava muito condicionado pela posição do governo. A posição tinha que ser conjunta e o Conselho não poderia reconhecer o Estado de Angola sem que o governo também o fizesse.

*Havia uma posição unânime no Conselho da Revolução?*

— Não era unânime. Não posso garantir, mas acredito que a maioria era pelo reconhecimento imediato.



*Em grande parte da América Latina, as Forças Armadas têm impedido revoluções democráticas, que teriam levado os países latino-americanos a posições mais progressistas. Em Portugal, passa-se exactamente o contrário quando, através de eleições, a direita está no poder. Isto poderá levar à revisão das conquistas do povo português do 25 de Abril? Haverá a possibilidade da própria Constituição, em casos específicos, ser contornada?*

— Neste momento penso que o nosso objectivo em Portugal deve ser o das Forças Armadas garantirem a livre expressão de todo o povo português. Que garantam, portanto, por inteiro, as liberdades democráticas e não apenas de maneira camuflada. A Constituição da República Portu-

guesa, que foi aprovada por cerca de 92 ou 93% dos deputados da Assembleia Constituinte, depois de uma eleição totalmente livre, terá que ser revista agora, mas apenas por uma maioria de dois terços. Se uma maioria de dois terços dos deputados escolhidos pelos portugueses quiser rever a Constituição de forma a colocá-la bastante à direita, em termos democráticos, não serão as Forças Armadas que deverão tentar detê-la. Se não houver essa maioria de dois terços, o papel das Forças Armadas será o de não permitir que alguém ou algumas forças tentem a revisão da Constituição ou que a façam de uma maneira encoberta. Que se jogue o jogo democrático.

*O senhor concorda com o desaparecimento do Conselho da Revolução como órgão de soberania?*

— Eu acho que sim. É desejável que o Conselho da Revolução desa-

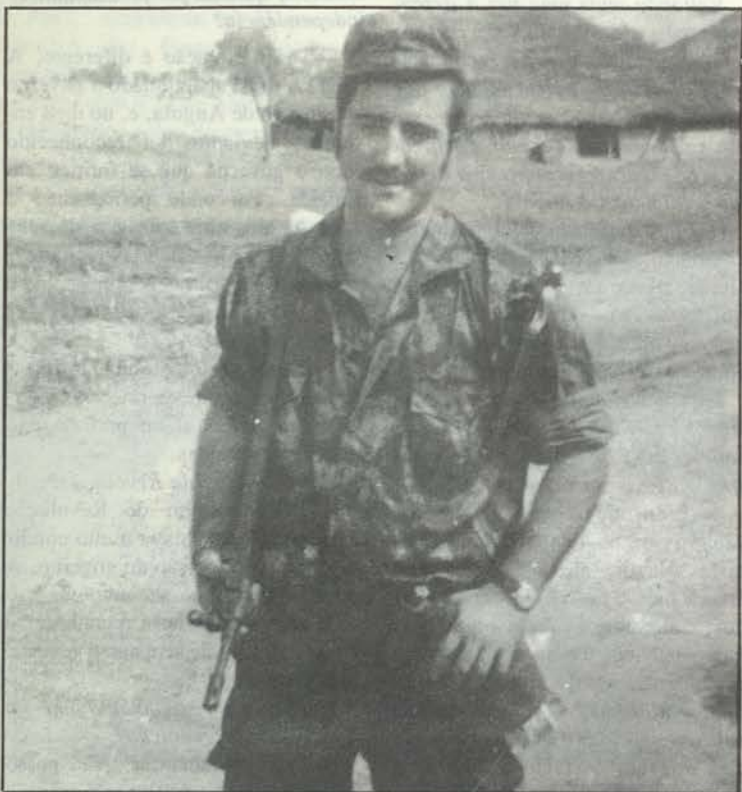
pareça depois da revisão constitucional. Porque, se não desaparecer, será a continuação de uma situação de não-existência democrática. Penso que quanto mais depressa as Forças Armadas se subordinarem ao poder político, melhor para o país. Com o desaparecimento do Conselho da Revolução espero que não surja uma situação de outra espécie: um Conselho da Revolução formado pela hierarquia militar. Um «Conselho da Revolução» camuflado.

*Teme-se que com o desaparecimento do Conselho da Revolução como órgão de soberania, os militares de direita tomem conta das Forças Armadas. Isso seria democrático?*

— A tentativa é natural que exista. Quanto a conseguirem, será um bocado difícil.

*No contexto internacional há uma discussão histórica que diz que Portugal é um país mais europeu do que ligado aos povos em desenvolvimento, enfim, aos povos do Terceiro Mundo. Parece que actualmente a balança se inclina mais para uma europeização das relações internacionais de Portugal. Como vê isso?*

— O que se passa é uma situação camuflada que realmente existe. Começa-se por acusar pessoas de defenderem ideias que nunca defenderam. Acusam o Melo Antunes de defender a posição de que Portugal é um país do Terceiro Mundo. O que não há dúvida nenhuma é que Portugal é um país da Europa e como tal tem que ser encarado. Agora, pretender integrar Portugal na Europa da maneira como estão tentando integrar, apenas pelo facto de ele estar geograficamente na Europa, é nitidamente pretender transformar Portugal num reboque das grandes potências europeias. Não concordar com isso não significa dizer que Portugal não é um país da Europa. Portugal tem condições para se inserir em todo o contexto mundial de uma



Na Guiné, em plena guerra, Vasco Lourenço começou a pôr em questão o papel do colonialismo na África





Vasco Lourenço: o actual governo defende as posições dos «falcões ocidentais»

forma que lhe possibilite a sua inserção na Europa com certos trunfos.

*Deixar de ser «um jardim à beira-mar plantado...»*

— Portugal, ao longo da nossa História, sempre teve expansão para fora da Europa, nunca tentou expandir-se na Europa com resultados positivos.

*Major, não está a defender a colonização?*

— A colonização foi extraordinariamente benéfica no seu momento

próprio. Se não houvesse colonização, não haveria o Brasil. E o Brasil não seria o grande país que é hoje. A colonização foi, naquele momento, a corrente histórica que, no meu entender, não é sequer combatível. O grande erro foi não terem surgido outros D. Pedros na devida altura... Portugal tem condições para se ligar a países do Terceiro Mundo com extraordinárias facilidades; com países de língua portuguesa, a começar pelo Brasil; de ser um extraordinário

meio de ligação entre os países do Terceiro Mundo; e também temos condições muito especiais para nos ligarmos ao Mundo Árabe. E isso seriam trunfos formidáveis para jogarmos na nossa inserção na Europa.

*E a ligação com a NATO?*

— É a mesma coisa. Depois de 25 de Abril, nunca ninguém defendeu a posição de que deveríamos sair da NATO. De facto, é uma fatalidade estarmos na NATO, como seria uma fatalidade se estivéssemos no Pacto de Varsóvia. O errado é existirem blocos.

*Mas há graus de dependência, não há?*

— É evidente. E a nossa posição deve ser a de estarmos cada vez menos dependentes e com mais independência.

*Mas não é o que defende o actual Governo?*

— O actual Governo, evidentemente, defende posições que são as dos chamados «falcões ocidentais». E, além do mais, defende com uma maneira de actuar quase que ridícula. Neste momento, Portugal, além da subserviência a certas potências, começa a ter atitudes que não estão nada de acordo com a sua importância como país. Faço votos para que a situação em Portugal mude rapidamente e retomemos a nossa ligação aberta com todos os povos do mundo.

1 — Tenente-Coronel Vítor Alves  
Um dos principais impulsionadores do Movimento dos Capitães. Foi ministro sem pasta no I, II e IV Governos Provisórios, e integrou o Conselho da Revolução (13 de Março de 1975) de que ainda hoje faz parte. Foi da Comissão Coordenadora do MFA e da sua direcção, juntamente com Otelo Saraiva e Vasco Lourenço. Também pertenceu ao Conselho de Estado.

2 — Major Pinto Soares  
Oficial que participou nas estruturas iniciais do MFA e da sua Comissão Coordenadora. Em 1975, promovido a general, foi comandante da Academia Militar. Pertenceu ao Conselho de Estado e ao Conselho da Revolução.

3 — Decreto-Lei  
Vasco Lourenço refere-se a um decreto publicado em 1973 que favorecia nas promoções os oficiais oriundos dos quadros milicianos em relação aos oficiais vindos da Academia Militar. Foi em torno desta questão que os promotores do Movimento dos Capitães aglutinaram dezenas de camaradas fazendo evoluir ao longo das diversas reuniões clandestinas, o carácter estritamente profissional e classista para aspectos políticos e institucionais de que resultou o surgimento do MFA.

4 — 16 de Março de 1974  
Golpe militar facilmente dominado pelo sector do exército fiel ao regime de

Caetano. Esta tentativa de golpe mal coordenada resumiu-se no avanço de uma coluna de blindados do quartel das Caldas da Rainha. Detida às portas de Lisboa, foi dirigida principalmente por oficiais ligados a Spínola e pretendeu antecipar-se ao MFA. Serviu, contudo, como «ensaio geral» do 25 de Abril, permitindo aos oficiais revolucionários analisar a resposta do regime a uma tentativa insurreccional.

5 — 28 de Maio de 1926  
Golpe militar reacçãoário que pôs termo à Primeira República parlamentar instaurada em 1910 e que abriu o caminho para a tomada do Poder por Salazar (1928).



## A Bolívia sob o terror fascista

Uma semana após o início do golpe fascista (altura em que escrevemos estas linhas) a resistência popular mantém-se viva na Bolívia. Os mineiros de Animi e Huanumí, armados de velhas carabinas e de cargas de dinamite, lutam contra milhares de soldados que utilizam blindados e peças de artilharia para os combater. As emissoras mineiras, que os golpistas bombardeiam mas que ainda não conseguiram calar, anunciam a disposição dos trabalhadores de lutar «hasta la victoria final». Grupos de camponeses cercaram um regimento de infantaria enviado contra os mineiros de Oruro. Em La Paz, estudantes e operários continuam a erguer as barricadas derrubadas pelo exército enquanto prosseguem os combates nocturnos. Por outro lado, a greve geral decretada pela Central Operária Boliviana no próprio dia do golpe não dá mostras de fraquejar sendo seguida pela esmagadora maioria da população trabalhadora.

Todas as agências internacionais de informação referem que um verdadeiro massacre se está a desenvolver na Bolívia, calculando-se já em centenas de mortos e milhares de feridos o número de vítimas de mais este golpe militar instigado e apoiado pelos ditadores argentinos. Um dos primeiros dirigentes de esquerda a ser assassinado pelos carrascos comandados pelo general Garcia Meza, comandante do exército no governo agora derrubado de Lidia Gueiler, foi o dirigente socialista Marcelo Quiroga Santa Cruz. Quanto a Simon Reys, dirigente comunista e sindical dado como morto no segundo dia do golpe, informações posteriores dizem-no ainda vivo embora terrivelmente transfigurado pela tortura. Um número incalculado de prisioneiros, mas que a estas horas se deve cifrar em milhares, está encerrado em estádios de futebol, à boa maneira de Pinochet.

Siles Suazo, o vencedor das eleições presidenciais de 29 de Junho último, dirigiu da clandestinidade uma mensagem ao povo boliviano exortando à resistência. «Este regime deve ser alvo do repúdio nacional sistemático, pois a luta do povo boliviano



pela democracia, mereceu a solidariedade internacional e não se deixará dominar pelo terror nem pelo crime. Lutemos com inteligência e decisão. A Bolívia jamais será vencida», afirmou o dirigente da Frente de Unidade Democrática Popular.

O golpe fascista, que a Igreja condenou energicamente, está a ser repudiado pela quase totalidade dos governos internacionais e particularmente pelos países latino-americanos, onde até a junta reaccionária de El Salvador decidiu cortar relações diplomáticas com o governo assassino de Garcia Meza. A Colômbia, Peru e Equador subscreveram uma declaração conjunta que poderá provocar a expulsão da Bolívia do Pacto Andino.

Em várias capitais do mundo iniciou-se um processo de ocupação das embaixadas bolivianas ao mesmo tempo que a maior parte dos embaixadores renunciaram aos seus cargos e não reconhecem os usurpadores. O golpe, como disse Jaime Paz Zamora vice-presidente eleito e que se encontrava nos Estados Unidos na quinta-feira 17 de Julho, ainda não está consumado e pode ser impedido se a solidariedade internacional não desmerecer a resistência de todo o povo boliviano.

**Cadernos do Terceiro Mundo** voltará no próximo número a referir mais longamente a situação que se vive na Bolívia. Esperamos ansiosamente restabelecer contacto com o nosso correspondente em La Paz, Renato Andrade, cuja situação desconhecemos e que muito nos preocupa, sabendo como a repressão fascista se abate actualmente sobre os jornalistas, nacionais e estrangeiros, em serviço na Bolívia.



## Luís Cabral no Brasil



Teve uma repercussão amplamente favorável no Brasil a presença do presidente Luís Cabral. Os brasileiros acompanham com atenção os esforços do povo da Guiné-Bissau, do seu partido — o PAIGC (Partido da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde) — e Governo, para modificar a situação de atraso e abandono deixada pelo colonialismo. Os resultados desse esforço colectivo têm sido muito positivos e, em diferentes campos, são notáveis os índices de recuperação do país.

Cabral chegou ao Rio de Janeiro acompanhado de uma comissão de alto nível que incluía os comissários (ministros) de Estado das Forças Armadas, das Relações Públicas, de Obras e Urbanismo, da Pesca e da Saúde e Assistência Social, respectivamente, comandante de Brigada Umaro Djalo, Victor Saúde Maria, Alberto Gomes, Joseph Turpin e Manoel Boal; e a directora do Centro de Investigação Científica e Cultural, Iva Cabral.

Além dos acordos culturais e económicos, que abrem novas perspectivas ao intercâmbio entre os dois países, o comunicado conjunto e os discursos pronunciados reiteraram a condenação do *apartheid*,

o apoio à autodeterminação do povo da Namíbia e outras reivindicações das nações africanas, sobretudo as que, como a Guiné-Bissau, são dirigidas por regimes progressistas e revolucionários.

O presidente João Figueiredo disse que o seu Governo dá prioridade às «relações sólidas e fraternas com a África». Luís Cabral reiterou, em mais de uma oportunidade, a posição da Guiné-Bissau sobre vários problemas internacionais. Foi particularmente claro em destacar a importância das relações entre os países do Terceiro Mundo que possam servir aos verdadeiros interesses dos seus povos, mas frisou: «dentro de uma ordem económica internacional que seja justa».

A impressão que a visita do presidente Luís Cabral deixou foi muito positiva. Ele sentiu bem a grande simpatia e a afinidade dos brasileiros pela Guiné-Bissau e, sobretudo, transmitiu aos brasileiros a visão de um país com problemas económicos complexos, mas que, com um Governo imbuído de um ideal revolucionário e implantado nas profundas raízes históricas do seu povo, está procurando vencer o grande desafio do subdesenvolvimento.

## Venezuela: nem tudo é destruição

Há dez anos foram plantados, no meio das imensas savanas do Estado de Monagas, na Venezuela, 500 mil hectares de eucaliptos e pinheiros-do-Caribe. No próximo ano, essa floresta artificial começará a produzir madeira para uso industrial. Uma empresa criada para o desenvolvimento industrial dessa zona, a Corporação Venezuelana da Guiana, foi a idealizadora do projecto. A região sofreu uma mudança profunda na sua ecologia, passando a habitá-la veados, cobras, coe-

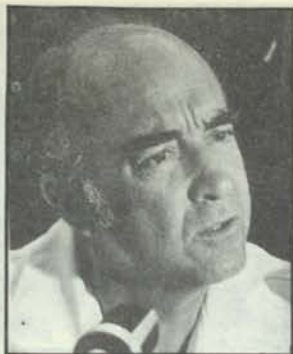
lhos, toda uma fauna que vive em função da floresta. Os 100 milhões de pinheiros-do-Caribe e eucaliptos plantados têm actualmente, uns 30 metros de altura e a temperatura na floresta é de aproximadamente 40 graus centígrados.

A próxima meta é plantar outros 100 milhões de pinheiros numa superfície de 140 mil hectares e 70 milhões de eucaliptos numa extensão de 50 mil hectares, em zonas próximas à floresta agora aí existente. Num momento em que se incrementa o debate nos organismos internacionais sobre os perigos cada dia maiores da contaminação do ambiente e, em todas as partes do mundo, surgem movimentos ecológicos, o êxito deste projecto mostra também que é possível ajudar a natureza para benefício comum.



## México (I)

### A visita de López Portillo



A visita do Presidente do México ao Brasil está sendo esperada com interesse e simpatia nos dois países e é acompanhada com atenção nos círculos políticos e diplomáticos latino-americanos. Pelas suas características, as economias dessas nações são complementares em amplas áreas.

O México é um grande produtor de petróleo — as suas reservas medidas e as prováveis aproximam-no dos maiores produtores do Golfo Árabe —, mas carece de minério de ferro, na medida das crescentes necessidades da sua indústria. Só esses dois produtos asseguram um intercâmbio comercial amplo para ambos os países.

As possibilidades do comércio mexicano-brasileiro não se limitam, no entanto, ao ferro e ao petróleo, mas envolvem inúmeras áreas, incluindo o intercâmbio tecnológico, que pode ser elemento valioso na luta contra a dependência das multinacionais.

O fundamental nas relações México-Brasil transcende os aspectos propriamente mercantilistas. Quaisquer que sejam as opiniões sobre a política interna mexicana —, um assunto da exclusiva responsabilidade dos mexicanos —, não se pode deixar de reconhecer e aplaudir a fidelidade desse país aos princípios de independência e liberdade.

O Presidente López Portillo tem sido um fiel seguidor dessa política, que não é de fácil execução quando se sabe que o México tem uma fronteira comum com os Estados Unidos de mais de 3600 quilômetros; que milhões de mexicanos vivem em território norte-americano e que são permanentes as pressões de Washington, com vistas sobretudo ao petróleo do seu vizinho ao sul do Rio Bravo.

O que se deve esperar das conversações de Brasília é que, além do bom entendimento econômico, delas saia fortalecida uma linha política que possa mobilizar em seu favor, além dos grandes recursos dos dois países, o compromisso dos seus povos com a luta anti-imperialista e o desenvolvimento independente.

## México (II)

### Contra as experiências norte-americanas

Autoridades do Serviço Meteorológico Mexicano comprovaram que aviões norte-americanos manipularam os temporais nas costas mexicanas, principalmente no golfo do México, afectando o regime das chuvas no país. A acusação foi feita pelo Secretário de Recursos Hidráulicos, Francisco Merino Rabago, que ordenou uma investigação profunda sobre o assunto.

O problema da seca, que se agravou muito a partir de 1979, já afectou também a indústria e a vida quotidiana da população: as autoridades da Com-

panhia Federal de Electricidade decidiram fazer cortes de energia (devido ao baixíssimo nível de água nas barragens do país) a uns 40 por cento da sua capacidade.

A denúncia de que a seca de 1979, a maior em 20 anos, pode ter sido produzida por experiências norte-americanas com aviões caça-furacões, foi motivo de uma série de protestos na cidade do México. Um grupo de advogados, especializados em relações internacionais, afirmou que o Governo mexicano pode processar os Estados Unidos por danos ecológicos e à produção agrícola.

A actual seca atrasou os planos do sistema alimentar mexicano, que tinha planeado, para este ano, o auto-abastecimento nacional de milho e trigo, e para 1982, o do resto dos cereais básicos, de modo a evitar importações.

## Panamá

### retira concessão à ITT

O presidente do Panamá, Aristides Royo, decidiu não renovar a concessão da empresa norte-americana ITT no país, para operar a All American

Cables and Rádio e a ITT Central América Cables and Rádio Inc.

Em carta dirigida ao presidente e chefe do escritório de operações da ITT em Nova Iorque, Frederick W. Gibbs, Royo afirma que o governo mantém e reitera as notas enviadas pelo ministro de Governo e Justiça e pelo gerente do Instituto Nacional de Comunicações, que decidiram pela cessação das operações da ITT no país.



## Filipinas: o método de sempre

Em Mindanau, a segunda ilha das Filipinas, há um poderoso movimento guerrilheiro desencadeado por sectores muçulmanos da população, com o apoio dos camponeses da região. Para conter esta insurreição, além de uma repressão militar feroz, o governo do presidente Ferdinando Marcos, de extrema-direita, anunciou a criação de um «pólo de desenvolvimento», com base no investimento estrangeiro.

Os investidores têm nomes conhecidos: Dunlop, Mar-Copper Mining, Parkers, etc. e, concretamente, os recursos que mobilizam são tirados do próprio povo filipino. O método, o mesmo empregado em outros países: plantações para exportar, concentração da terra, expulsão dos camponeses das suas propriedades.

«A participação do sector privado (multinacionais) na produção agrícola só produziu um aumento nas privações e na pauperização do povo», assinala um estudo da Universidade das Filipinas, em cooperação com o Centro de Estudos dos Recursos do Pacífico e Ásia-Cerpa.

## Tribunal Internacional julga genocídio em Timor-Leste

Num longo apelo endereçado ao Tribunal Permanente dos Povos, com sede em Bolonha, Itália, onde se historia toda a agressão que o povo maubere foi alvo por parte do criminoso regime indonésio de Suharto, Abílio Araujo, na sua qualidade de membro do Comité Central da FRETILIN e membro do governo da República Democrática de Timor-Leste, solicitou o público julgamento do «colonial-expansionismo do regime fascista e militar indonésio» bem como do imperialismo americano, a fim de que sejam denunciados os «crimes cometidos contra o povo de Timor-Leste e a humanidade».

O apelo solicita ao Tribunal Permanente dos Povos que o público julgamento tenha lugar com base na violação do direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação, a repressão da cultura e da nacionalidade maubere, nos crimes de guerra, na exploração económica e opressão e na evidente cumplicidade do imperialismo norte-americano na agressão.

«Não obstante os massacres e a fome – cerca de 200 mil mortos desde o início da invasão indonésia e 300 mil pessoas detidas em campos de concentração, refere Abílio Araújo no seu apelo – o Povo Maubere, unido em torno da FRETILIN, continua a sua luta de Resistência Nacional contra o colonial-expansionismo do regime fascista da Indonésia e do imperialismo».

O apelo refere ainda, o que é confirmado por algumas cartas enviadas clandestinamente a partir de Dili, que «a luta armada revolucionária continua acesa em Timor-Leste».

Segundo apurámos posteriormente, o Tribunal Internacional que irá julgar este drama tem já data



marcada: realizar-se-á em Lisboa, nos dias 17 e 18 de Janeiro do próximo ano. O facto de ter sido escolhida Lisboa, capital portuguesa, é entendido como uma forma de pressão junto das entidades deste País para que assumam nas instâncias internacionais a defesa do problema, que constitui a página negra da descolonização do pós-25 de Abril.



## África do Sul

# Nelson Mandela fala da prisão



O Presidente do Congresso Nacional Africano (ANC) na África do Sul, Nelson Mandela, está preso há 16 anos. Durante todo esse tempo foi praticamente impossível manter qualquer tipo de comunicação com ele. Recentemente, Oliver Tambo, Presidente interino da ANC, divulgou uma mensagem escrita por Mandela, a qual saiu clandestinamente do cárcere da Ilha de Robben, apesar da sofisticada vigilância.

A carta, dirigida aos militantes do ANC e às massas combatentes do seu país, passou por complicados caminhos para sair da África do Sul e demorou dois anos para chegar às mãos de Oliver Tambo. «Acreditamos que a mensagem ainda é válida», afirmou o dirigente da ANC quando a divulgou, destacando a eficiência cada dia maior do esquema clandestino na África do Sul.

«Para ver a cara real do apartheid» — escreveu Mandela — «devemos olhar por baixo do véu das fórmulas constitucionais, as frases enganosas e os jogos de palavras. O matraquear das armas de fogo e o roncar dos veículos blindados, a partir de 1976, romperam novamente esse véu».

«A primeira necessidade para a vitória» — destacou o dirigente preso — «é a unidade negra.» E frisou: «o nosso povo, os africanos, os hindus, os mestiços e os brancos democráticos devem unir-se numa só muralha maciça e sólida de resistência de acção das massas unificadas. O repúdio ao «apartheid» cresce e as fronteiras da supremacia branca estreitam-se».

«Nós, os que estamos confinados nas cinzentas muralhas das prisões do regime de Pretória, apelamos ao nosso povo. Contamos com ele, nós que fomos mortos pela acção das armas ou pela corda da força. Saudamos todos vós, os vivos, os feridos e os mortos, porque vós tiveram a coragem de levantar-se contra o poder do tirano».

Mais adiante, Mandela diz na sua mensagem: «Inclusive, quando nos inclinamos diante das suas tumbas, lembramos: — estes são os mortos que vivem como mártires nos nossos corações e mentes, como uma advertência à nossa desunião e às infinitas debilidades que acompanham a divisão entre os oprimidos, como uma forma de dificultar os nossos esforços de cerrar fileiras». E conclui: «enfrentamos o futuro com confiança. As armas que servem o «apartheid» não são invencíveis. Quem vive pelas armas, pelas armas morrerá».

## Solidariedade com o povo da África do Sul

«Os trabalhadores, homens e mulheres portugueses exigem a libertação de todos os presos políticos sul-africanos incluindo Nelson Mandela dirigente do Congresso Nacional Africano preso há 16 anos bem como o fim da opressão, tortura e repressão exercida sobre o povo da África do Sul pelo sistema universalmente condenado do Apartheid.»

Com este texto promove actualmente o Movimento Português Contra o Apartheid uma campanha de recolha de assinaturas de solidariedade com o povo da África do Sul. A libertação da maioria subjugada, como afirma o presidente do ANC na mensagem que publicamos, far-se-á pela luta desenvolvida no interior da RAS com o apoio fraterno dos povos de todo o mundo. Um abaixo-assinado é uma das formas de que se pode revestir essa solidariedade.

As listas de assinaturas podem ser obtidas na sede do Movimento Português Contra o Apartheid, Rua Artilharia Um, 105, 3.º, Lisboa 1000.



## Portugal

### Governo

## reconhece Polisário



## e pede perdão a Marrocos



Pouco depois de um mandatário seu, na ocasião o dr. Luis Fontoura, ter assinado nas áreas libertadas da RASD um comunicado que culminaria o longo processo de negociações que levaram à libertação dos 15 pescadores do barco «Rio Vouga» — capturados na noite de 4 de Junho em águas territoriais saarauis por unidades navais da Polisário —, onde a parte portuguesa **«exprime o seu apoio ao direito do povo saaraui à autodeterminação, à independência, à soberania e à integridade territorial do seu país sob a direcção do seu único e legítimo representante, a Frente Polisário»**, o governo conservador do dr. Sá Carneiro vinha em Lisboa dar o dito por não dito, afirmando que o seu representante teria «excedido» o seu mandato.

Na mesma noite em que os 15 pescadores tomavam o avião que os traria de volta ao convívio dos seus familiares, o vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros português, dr. Diogo Freitas do Amaral, surgia nas câmaras da televisão, em evidente discurso directo para as autoridades marroquinas, negando os termos do acordo que o seu mandatário assinara poucas horas antes, juntamente com Mansour Omar, na qualidade de representante do governo saaraui. Como se as declarações de Freitas do Amaral não constituíssem já de si um precedente grave para a credibilidade da diplomacia portuguesa na cena internacional, o próprio Primeiro-Ministro, dr. Sá Carneiro, em flagrante atentado à sua língua materna ou — o que seria mais grave — por ignorância do texto acordado entre Luis Fontoura e as autoridades saarauis, declararia aos jornalistas que o acompanhavam durante uma visita à região autónoma da Madeira, que o problema do reconhecimento da Frente Polisário **«não foi posto nem consta do comunicado»** (sic).

É opinião unânime de todos os observadores que acompanharam a par e passo o processo de libertação dos pescadores do «Rio Vouga», que a não haver eleições — legislativas e presidenciais — ainda este ano, a não se terem dado as formas de pressão que os familiares dos detidos e os sindicatos do mar encetaram por forma a apressar as negociações directas, toda a campanha levada a cabo por alguns partidos de esquerda, bem como da imprensa democrática — não esquecendo a atenção com que o Presidente da República, general Ramalho Eanes, a partir de certa altura dedicou ao «dossier» —, a não terem «pesado» todos estes factores, dizíamos, o governo da AD, chefiado por Sá Carneiro, não teria sido tão «lesto» em libertar os seus compatriotas, evitando, desse modo, beliscar as susceptibilidades de Hassan II de Marrocos.

Segundo confiaram aos **Cadernos do Terceiro Mundo**, algumas personalidades da esquerda portuguesa, a posição do Governo de Sá Carneiro era «delicada» em todas estas negociações, não só devido aos importantes interesses em jogo com Marrocos, nomeadamente no sector das pescas e dos cimentos, e ao facto — compreensível — de 25 mil portugueses aí trabalharem, mas também devido às ligações da coligação de direita no poder com o Istiqal, partido marroquino defensor da anexação do Saara Ocidental, do qual o senhor Bucetta, actual ministro dos Negócios Estrangeiros marroquino, é lídimo representante, e que teria, inclusive, contribuído com alguns fundos para a AD durante a campanha eleitoral portuguesa de Novembro último.



## Argélia

### A consolidação de Chadli

Quatro mil delegados do Congresso Extraordinário da Frente de Libertação Nacional da Argélia, representando todas as regiões do país, consolidaram, depois de cinco dias de intenso debate, Chadli Benjedid como a primeira figura política do país, habilitando-o a assumir plenos poderes. A decisão tomada somente um ano e meio depois de Chadli ter assumido o poder como candidato de conciliação, demonstra que o presidente argelino soube impor-se às diferentes tendências do Partido que se manifestam, principalmente, através dos partidários da proeminência do Estado sobre o partido, dos que defendem a supremacia da FLN e das correntes islâmicas conservadoras.

## Moçambique

### Tempo de paz

24 horas depois de o Zimbabwe se ter tornado independente, 12 toneladas de chá para exportação chegavam ao porto moçambicano da Beira. O porto, um escoadouro natural para a produção daquele país e para Zâmbia e Malawi, além de servir às suas importações estava praticamente inoperável, desde que o Governo moçambicano apoiou e fez cumprir com rigor as sanções decretadas pela ONU contra o Governo racista da antiga Rodésia. Um preço alto

O Congresso Extraordinário fora inicialmente convocado para aprovar o Primeiro Plano Quinquenal Nacional, mas converteu-se numa instância de debate essencialmente político.

O Plano Quinquenal reserva 154,5 bilhões de dinares (1 dólar = 3,60 dinares) à indústria, 47 bilhões à agricultura e 60 bilhões à construção civil. Prevê-se, para este ano, a construção de cem mil apartamentos e igual número nos anos seguintes.

As principais definições de Chadli no plano político, ratificadas pelo Congresso, foram as relativas à organização do aparelho partidário: foi eliminado o posto de Coordenador do Partido e reduzido o número de membros do Bureau Político. «Essas mudanças serão feitas para acelerar a construção do socialismo», afirmou Chadli. Da mesma maneira, o presidente pronunciou-se por um socialismo nacional islâmico, na tentativa de evitar divisões políticas.

que Moçambique pagou pela sua fidelidade aos princípios. Pontes e estradas de acesso ao porto foram bombardeadas e destruídas pela aviação rodésiana.

Além do chá, também cinco mil toneladas de milho, exportadas do Zimbabwe para Zâmbia, descarregaram na Beira e triplicou o movimento de carga para o Malawi, desde a reabertura do porto.

Não há dúvida que a nova comunidade econômica da África Austral encontrará no porto da Beira um factor de desenvolvimento, que ajudará os países da região a libertarem-se da dependência econômica do Governo racista da África do Sul.

## Canadá

### Os índios defendem os seus direitos

Os índios no Canadá representam 1% do total da população do país, ou seja, aproximadamente 30 mil pessoas. Ultimamente, as tribos índias têm incentivado a luta pelos seus direitos e exigido uma participação plena em todas as discussões políticas, reivindicando o autogoverno. Trata-se de uma luta antiga que vem desde o aparecimento do Estado no Canadá, fortalecendo-se, no entanto, nos últimos anos, quando as populações nativas do vale do rio Mackenzie começaram a exigir o seu reconhecimento como Nação. No Verão passado, 300 delegados índios — que representavam 60 tribos — visitaram a Inglaterra, França e Suíça, para informar os europeus sobre as suas condições políticas, econômicas e sociais.

Em 1969 foi criada a «Shermand National Índia», uma organização que representa a maior parte da população indígena do Canadá. O seu presi-

dente, Noel Starblanket, de 33 anos, não exclui a possibilidade de uma resposta violenta por parte dos índios, caso eles não recebam garantias de que os seus direitos venham a ser transformados em leis. «Os franceses e os ingleses defendem, cada um deles, o direito de terem sido as nações fundadoras do Canadá. O que acontece conosco?» — pergunta Starblanket. «Nós somos os primeiros habitantes destas terras e temos direitos que ninguém nos pode negar» — afirmou.

Alguns dados podem demonstrar a marginalização dos índios no Canadá. Entre eles está o desemprego que oscila de 50 a 99%; o índio conta somente com uma esperança de vida de 42 anos, enquanto a do branco atinge uns vinte anos mais; os suicídios entre eles são nove vezes mais comuns do que os registados entre os brancos.

Em 1947 foi criado no país o «Conselho Mundial dos Povos Nativos», organização que deseja aproximar os índios do Canadá e dos Estados Unidos aos da América Latina. «Queremos-nos aproximar dos nossos irmãos latino-americanos e trabalhar estreitamente em torno dos problemas comuns que enfrentamos» — declararam os fundadores do movimento.



# cadernos do terceiro mundo chegam ao Brasil



Com o auditório superlotado, Neiva Moreira conta a história da criação dos cadernos e do caminho percorrido até aos dias de hoje

**E**M reuniões no Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo, a primeira edição brasileira dos cadernos do terceiro mundo foi apresentada a jornalistas, políticos, dirigentes sindicais, religiosos e a um número expressivo de pessoas preocupadas com a luta anti-impe-

rialista e com uma informação alternativa não comprometida com os interesses das grandes multinacionais da informação.

O primeiro acto foi realizado no dia 16 de Junho, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), com a presença de mais de mil pes-

soas, que superlotaram o auditório principal da casa dos jornalistas. A mesa foi composta pelos nossos companheiros Neiva Moreira, Altair Campos e Nilton Caparelli, tendo como convidados especiais o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, o vice-presidente da Federação





Na mesa, da esquerda para a direita: Nilton Caparelli, Barbosa Lima Sobrinho, Neiva Moreira, Altair L. Campos, José Gomes Talarico e José Ramos Horta, representante da Frente de Libertação de Timor Leste (FRETILIN), em visita ao Brasil

Latino-Americana de Jornalistas — Felap (com sede no México e mais de 40 mil filiados), José Gomes Talarico e o representante da Frente de Libertação do Timor Leste (Fretilin) nas Nações Unidas, José Ramos Horta.

Neiva Moreira fez a apresentação da revista, além de um breve informe sobre a sua história. Disse que, para toda a equipa dos «Cadernos», tanto aqui como no resto do mundo, aquele momento era de grande satisfação, não apenas pelo lançamento da revista no Brasil, um sonho que se tornava realidade, mas também pelo facto simbólico do acontecimento se realizar na ABI, baluarte das liberdades públicas no país e, com a presença do seu presidente, Barbosa Lima Sobrinho, um símbolo das grandes lutas do jornalismo latino-americano.

O representante da Fretilin mencionou a importância que **cadernos do terceiro mundo** tem hoje para os movimentos de libertação e os processos revolucionários ou progressistas da Ásia, África e América Latina. Explicou a razão da sua missão ao Brasil e pediu compreensão e apoio à causa do seu país, invadido pela ditadura indonésia.

Barbosa Lima Sobrinho encerrou a reunião destacando a sua satisfação pela presença dos «Cadernos» no Brasil, «um veículo de comunicação fundamental para todos os que, no país, se preocupam com uma informação internacional correcta e oportuna». Referiu-se ainda, com entusiasmo, aos êxitos da publicação em todo o mundo.

O lançamento contou também com um programa artístico, com a colaboração solidária de destacados

artistas brasileiros, reunidos nos conjuntos do grande autor e cantor popular João do Vale e do jovem artista Rogério do Maranhão.

Um grupo de teatro do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, integrado por operários, representou uma pequena cena de uma das peças que está a apresentar actualmente. Todos os artistas foram calorosamente aplaudidos. No final, houve confraternização num *cocktail* que encheu os salões da ABI.



O folclore também esteve presente na festa: o Bumba-meu-bol e o conjunto de Rogério do Maranhão



## São Paulo e Brasília

No dia 17, a revista foi apresentada a um grupo de mais de 40 representantes dos meios de comunicação de São Paulo, numa reunião realizada no Sindicato dos Jornalistas do Estado. Os nossos companheiros Altair Campos e Paulo Cannabrava Filho fizeram uma exposição sobre a revista — suas origens, êxitos e dificuldades de uma actuação independente e o alcance internacional das suas edições.

Em Brasília, um grande número de jornalistas, parlamentares, dirigentes sindicais, estudantes, funcionários e pessoas de diferentes sectores prestigiou o lançamento dos «Cadernos». A reunião, realizada na livraria Galileu/Galilei, com a presença dos companheiros Neiva Moreira e Clóvis Sena, não teve oradores mas converteu-se em verdadeira noite de autógrafos.



A alegria, a espontaneidade, a música popular do interior brasileiro: Jullinho do acordeão e seus companheiros

## Carlos Comitini publica “Africa Arde”

**I**NTEIRAMENTE dedicado às lutas de libertação dos povos africanos, foi editado no Brasil pela «Codecri», o livro do nosso colaborador Carlos Comitini.

Carlos Comitini analisa, nesta obra, todo o processo revolucionário que tem lugar em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, e onde se constroem no continente africano, sociedades justas para as quais o bem estar e a felicidade do homem são elementos primordiais.

Comitini fala, na sua obra, do Pan-Africanismo e de todas as componentes políticas ou económicas que influem na vida dos povos africanos.

«África Arde» é ainda um relato político objectivo das lutas que se travam no Sara Ocidental, onde os guerrilheiros da Frente Polisário reduzem a quase nada o todo poderoso poderio bélico do regime expansionista de Marrocos.

Nesse livro, Carlos Comitini decifra toda a cabala internacional urdida contra o povo sarauí, e a sua análise vai mais longe: desce para o sul da África e passa em revista as lutas que se travam na



Namíbia, na África do Sul e no Zimbabwe, hoje já independente.

Está ainda incluído no livro, um importante mapa cronológico anticolonialista sobre os países africanos de expressão portuguesa, com início em 1919. Nesse mapa, estão inseridas todas as datas que se revestem de significado para Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

«Africa Arde» expressa também uma luta quase ignorada, e à qual poucos prestam atenção, que é a luta contra o neocolonialismo, focalizando países onde as velhas relações entre dominador e dominado ainda não foram inteiramente extirpadas.



# Saiu

## a revista FUNU

FUNU, revista bimensal para divulgação em Portugal, Moçambique, Angola, Austrália e «todos os locais onde residem amigos do povo maubere e núcleos de refugiados timores», foi apresentada no dia 22 de Junho. Editada pela Associação de Amizade Portugal Timor-Leste, a FUNU, como se lê no Estatuto Editorial «informará os seus leitores da luta de resistência que o povo maubere trava, pelo impulso da FRETILIN, contra a agressão indonésia à sua pátria soberana – A República Democrática de Timor-Leste». O quotidiano da ilha ocupada, os problemas e aspirações dos refugiados e o património histórico e cultural do povo maubere são temas que ocupam as páginas da nova publicação militante.

FUNU (que significa guerra em língua tetum) tem no seu primeiro número colaboração, entre outros, de Adelino Gomes (evocação da invasão indonésia



em 1975), do indonésio Teng (15 anos da «nova ordem» de Suharto) de Noam Chomsky (o apoio norte-americano ao governo de Djakarta) e importante depoimento do padre Leoneto que viveu três anos nas zonas libertadas pela FRETILIN.

## Protestos contra a expulsão de Simon Malley



Simon Malley com o presidente do Benin, Mathieu Kérékou, um dos chefes de Estado que protestaram contra a sua expulsão

«A França continuará a ser uma terra de asilo» – a frase pertence ao presidente francês, Valéry Giscard d'Estaing, e foi proferida durante o mês de Julho, em comentário a um assassinato político, poucas horas antes ocorrido na capital francesa. A louvável afirmação de intenções do presidente francês seria, estamos certos, subscrita por todos aqueles que sinceramente pugnam pela defesa dos direitos da pessoa humana. Mas, como intrepotá-la, se, alguns dias antes, um prestigioso militante anticolonialista, jornalista de profissão e director da revista *Afrique Asie*, Simon Malley, exilado em França desde 1969, recebia uma ordem de expulsão, para si e para a sua família, ao ser-lhe recusado visto de permanência no país?

A discriminatória atitude das autoridades francesas mereceu imediato protesto de 14 chefes de Estado de numerosos diplomatas de países progressistas, bem como da generalidade da imprensa europeia e do Terceiro Mundo.

A redacção dos *Cadernos do Terceiro Mundo* associou-se também, como não poderia deixar de acontecer, ao público protesto contra esta discriminatória medida das autoridades francesas, exprimindo a Simon Malley e aos colegas da *Afrique Asie* a sua solidariedade.



# Aspectos da literatura argelina

Elsa Rodrigues dos Santos





Maio de 1945, com a vasta tragédia que se denominava Sétif, Guelma, Kerrata (ou seja os massacres que as tropas coloniais desencadearam para reprimir manifestações populares que saudavam o fim da Segunda Guerra Mundial e traduziam o renascer dos sentimentos nacionalistas argelinos), foi uma data determinante para o nascimento duma literatura argelina de combate, uma data-chave para a tomada de consciência de todos aqueles que, impregnados do ensino humanista, dispensado pelo poder colonial, tinham podido acreditar na humanidade do colonialismo.

Essa data foi também decisiva para escritores como Malek Haddad, Mohamed Dib, Assia Djebar, Aicha Lemsine, Salih Kharafi, Abb El Hamid Ben Haddouka e tantos outros que, anos mais tarde, iriam clamar a indignação de todo um povo, para afirmar uma personalidade que lhes fora negada pelo ocupante, durante mais de um século.



Malek Haddad

### Malek Haddad

Nascido em Constantine, no dia 5 de Julho de 1927 e falecido em 2 de Junho de 1978, Malek Haddad fazia parte dessa geração de intelectuais saídos das universidades francesas, nos fins dos anos quarenta.

Poucos anos mais tarde, os movimentos revolucionários do seu país que eram afogados em sangue, fazem-no lançar-se numa luta sem tréguas, cujas armas eram os seus romances e poemas.

A revolução tinha necessidade de homens e particularmente de intelectuais nacionalistas, sinceramente empenhados, capazes de contribuir com as suas próprias armas.

Escrevendo em francês, Malek Haddad, como tantos outros escritores argelinos do seu tempo, tinha, no entanto, a consciência da contradi-

ção histórica resumida na expressão «escritor francofone».

Ao mesmo tempo, ele revelava a coragem que um argelino poderia ter para enfrentar o ocupante, usando do instrumento linguístico imposto pelo colonizador para fazê-lo dobrar às suas ideias e lhe revelar a inabalável determinação de todos aqueles que se empenhavam em recuperar a sua personalidade, há tanto tempo humilhada. Além disso, Malek Haddad, como os escritores argelinos da época, viram-se privados de escrever na sua própria língua pois estariam condenados a não serem lidos no seu próprio país, devido ao grande índice de analfabetismo do seu povo, nesse tempo.

A língua francesa foi o instrumento que lhe permitiu servir a revolução argelina, divulgando-a ao mundo. Por isso, ele diria: «a língua francesa é o meu exílio». No entanto, Malek Haddad, apesar de escrever em francês, era um escritor

argelino pelo seu pensamento, pelo lirismo peculiar, por todo o trágico expresso numa reflexão íntima e profunda.

«Le Malheur en Danger» é a sua primeira colectânea poética, publicada em 1956, que, pela sua força lírica e trágica, revela um poeta autêntico fazendo-nos lembrar o grande poeta Garcia Lorca. Seguem-se os romances «La Dernière Impression», em 1958, «Je t'offrirai une gazelle», em 1959, «L'élève et la leçon», em 1960 e «Le Quai aux fleurs ne répond plus», 1962.

Em todas estas obras, Malek Haddad revela-nos a tomada de consciência de um país, que, no seu ponto de maturidade, gerava a luta pela libertação nacional.

Fecha a sua obra, com a colectânea poética «je t'écoute et je t'appelle», canta a paz, enfim, conseguida, paz que se chama liberdade.



«Le Quai aux fleurs  
ne répond plus»

Esta obra é publicada na Editora Juillard em 1961 e veio a constituir o último romance de Malek Haddad. Reporta-se à fase da tomada de consciência dos intelectuais argelinos saídos das escolas francesas, em que um escritor, Khaled Ben Tobal, deixa a Argélia ocupada para em França melhor poder exercer a sua actividade de político consciente junto dos movimentos de libertação nacional. Aí reencontra um velho amigo francês, nascido na Argélia e que se tornara um advogado com sucesso, bem instalado na vida.

Khaled recorda esta amizade:

«Aos 17 anos a amizade quer dizer alguma coisa. É lirismo. Esta amizade nasceu como um pássaro, sem fazer barulho, timidamente. Era gentil e medrosa como um pássaro. Mas os pássaros de 17 anos têm um desejo secreto de se tornarem águias.

— Nossa amizade é histórica! — disse Khaled a Simon. Conheces o meu poema «Écoutez Varsovie devenant polonaise?».

**Malek Haddad**

**Le quai aux Fleurs  
ne répond plus**



1018

— Eu também faço poemas — respondeu Simon.

Aos 17 anos há necessidade de títulos. A inocência tem as suas formas de nobreza. Ela existe, afirma-se antes de se tornar. Na verdade, as carroças só são belas quando vão à frente dos bois.

E depressa a Argélia associou estes dois lindos pássaros. Eles não foram águias, mas simples rouxinóis.

Bravos rouxinóis de segunda classe. Até ao dia em que um deles decidiu calar-se. É preciso cuidado com os rouxinóis que cantam. É preciso cuidado com os rouxinóis que se calam.

De qualquer modo, um e outro são infelizes.

Mas só um tem má consciência e não merece a noite.»

Então, em breve, Khaled verifica que já nada resta a Simon dos antigos ideais da juventude, agora restituído à sua verdadeira identidade.

Estê é o primeiro elemento de ruptura.

Outros virão, mas o mais doloroso foi constatar que a sua própria mulher, Ourida, o traiu a ele e à sua pátria, ligando-se a um oficial francês a quem passava informações, crime esse que ela acaba por pagar com a morte que lhe é dada por um irmão seu argelino. É então a descida aos infernos. A ruptura final. Khaled Ben Tobal iria entrar voluntariamente nesse outro Mundo, nesse velho mistério, para lhe pedir contas.

Contas afinal de quê? De Ourida ter sido fruto de uma alienação e de ter morrido na idade das rosas, como tantos outros argelinos que morreram e viriam a morrer ainda sem ter havido a possibilidade de erguer dentro do seu povo uma sociedade assente em bases de dignidade e de respeito humano?

Mas «Le Quai aux Fleurs ne répond plus» não é só uma história. É

também uma reflexão política como ilustra o seguinte texto:

Viver é envelhecer, quer dizer, mudar. Khaled Ben Tobal era apenas fiel à sua infância. Dizia-se que ele era patriota. Era talvez verdadeiro, talvez falso. A política aborrecia-o, como na escola primária as lições de cálculo. Era argelino porque se sabia argelino. Era argelino porque dois e dois são quatro e, aliás, nada prova a veracidade desta operação.

Disseram a Khaled Ben Tobal que nos «maquis», nas prisões, liam-se os seus poemas. Ele não sente nenhuma vaidade, nenhuma alegria com isso. Mas medo! Um medo de pânico. Estará ele à altura dos homens, das suas explosões da sua vocação histórica? Saberá ele ter medo como eles têm medo, saberá desprezar o heroísmo da mesma forma como eles próprios ignoram que são heróis? Nada é ser um homem. Nada, absolutamente nada.

Mas, ser humano, eis o difícil, eis o essencial.

E a pátria não se aprende como uma lição de cálculo, não se explica, não se conta. E Deus na sua falta aparente de igualdade e de pedagogia, deixa os homens sozinhos, abandona-os ao seu humanismo que nem sempre é humanidade. E Deus permite aos homens empregar grandes palavras.

Mas quando eles partirem, os monstros, os monstros subalternos e os monstros onnipotentes os monstros quotidianos, os monstros que não se parecem com monstros e que são todos beneficiários a um grau diferente, sem dúvida, mas todos beneficiários da monstruosidade colonialista, partirão todos, ir-se-ão todos embora, não restará nada deles nas ruas de Constantine, nos maquis, nas prisões — os maquis tornados prados, as prisões vazias — mas quando eles partirem, eles partirão todos, e ficarão homens, essas crianças fabulosas essas



crianças que não viam muito claro, mas que viam muito longe.

*Ficará o amor e o menino que não mais terá fome, nem frio, nem medo e que apenas deixará de saber recordar-se.*

*A manhã virá. A Argélia que se insulta em todos os gestos quotidianos recordará que a discórdia não nasce nunca dum mal-entendido mas do desconhecimento e do irrespeito.*

*Um dia, virão tempos tão belos que eles deixarão a própria casa e ir-se-ão embora. Pois que se vão!*

#### «A Crisálida» de Aicha Lemsine

«A Crisálida» de Aicha Lemsine é o único romance argelino traduzido em português, por Maria José Marinho, e publicado em Portugal pela Livraria Bertrand, em Janeiro de 1978, que, por sua vez, foi traduzido da edição francesa das *Éditions des Femmes*, Paris de 1976, e que constitui um documento desse período de transição em que mulheres e homens, pela força das circunstâncias, se uniram na luta comum pela independência.

Trata-se de um romance feminista extremamente ousado dados os condicionalismos existentes no mundo árabe em relação à mulher, onde ela é ainda considerada como



um tesouro, que se guarda, talvez como salvaguarda da família.

A escritora abre o romance com dois passos do Alcorão, bastante elucidativos para a compreensão de toda a temática que ela vai defender.

«Alguns corrompem o sentido das Escrituras pretendendo fazer-nos crer que é isso o verdadeiro. Dizem-nos que é a palavra de Deus, mas não é. Pregam uma mentira ao Altíssimo e sabem-no».

*Alcorão: Versículo 72 «A Família de Imram em Medina»*

«Quando medires mede completamente.

Equilibra a balança e assim cumprirás as leis da justiça e da honestidade».

*Alcorão: Versículo 37. Wagem Nocturna em Meca»*

Estes dois versículos do Alcorão poderão servir de reflexão. O primeiro para um passado que se pretende pôr em causa e o segundo para um presente que se pretende pôr em acção.

Aicha Lemsine dá como título à obra «A Crisálida», que significa a ninfa das borboletas.

Então a escritora compara a mulher argelina antes da independência a uma borboleta que servia apenas para adoçar o lar e a sua vida girava à volta do pai e depois do marido, que dela podia dispor, repudiando-a ou impondo-lhe a presença de outras mulheres, impedindo-lhe o acesso ao mundo exterior, confinando-a ao universo fechado da vida de família em que os nascimentos, os casamentos e as mortes eram as únicas variantes de uma vida pautada por normas ancestrais de comportamento.

É todo este enclausuramento da mulher era justificado por uma interpretação errada da religião. Por isso a escritora cita o versículo 72 do Alcorão. Contudo, a independência da Argélia e as lutas que a antecederam foram decisivas para o despertar de uma nova geração que reivindica para a mulher os seus mais legítimos direitos.

#### Malika, uma mulher argelina heroína de «A Crisálida»

*«Malika pensava na tomada de consciência das mulheres e revia a atitude de Faiza. Sentia que a irmã falara verdade quando atacara as leis estabelecidas pelos homens, brandidas em nome da fé para proteger a mulher. Sabia que esta não tinha o direito de ultrapassar certas regras... por causa do seu sexo, que fazia com que qualquer um as abordasse na rua quando passeavam sozinhas...»*

*«Não tinham o direito de pensar, de gritar, de se defender quando a ofendiam... Não passavam de uma vagina votada à única actividade procriadora ou de um brinquedo que acabava por cansar...»*

*«Não tinha cérebro. Médica? Engenharia?»*

*«Não passava de uma mulher!... E a religião, a cultura, o Estado, o céu e os filhos a condenavam.»*

*«... Usava calças? Mostrava as pernas? Fumava?»*

*«Aqui d'el-rei! Um animal que perturbava os hábitos dos homens... Que invadia os seus locais privados. Quem era? O quarto sexo ausente nas folhas de pagamento do homem, legalizado na cédula da família do homem...»*

*«Seria isto vida? Meditava Malika. Afinal, a falta cabia ao homem — marido, irmão, filho, juiz, legislador.»*

*«Mas as coisas iriam mudar. (...»*

*(...) De facto, uma esperança de felicidade começou a nascer nesta nova existência.*

*«Especulava-se então, adivinhava-se, supunha-se o futuro e a política da criança que acabava de nascer: a nova Argélia.»*

*«Esta criança coroada de diademas ideológicos e de vibrantes citações. Nos cafés, multiplicavam-se os mitos livrescos...»*

*«E nas ruas, pouco a pouco, a vida quotidiana substituiu as palavras. A*





Assia Djebar

*cultura nacional fervilhava. E ia renascendo dos limbos do passado.*

*A revolução enfeitava-se com outras palavras, outros adornos. O Islão reencontrava o seu reino e todo o país o sentia.»*

#### Assia Djebar, romancista e cineasta

Outra escritora argelina muito conhecida não só na Argélia como nos restantes países árabes e especialmente em França é Assia Djebar. Romancista que tem presente a necessidade da luta pelos direitos da mulher, Assia Djebar tem vindo a revelar-se também uma realizadora de cinema de grande mérito, procurando reencontrar-se com as mulheres do seu país, transpondo para a tela o seu dia-a-dia, as vozes, os

gritos, os risos, imagens brancas escondendo o rosto e o olhar.

Assia Djebar numa entrevista a uma jornalista francesa dizia que «fazer um filme quando se é mulher, argelina e romancista de expressão francesa é, em primeiro lugar, desafiar, depois resolver um grande número de contradições das quais a mais importante é a língua. É quebrar o círculo infernal no qual se encontram encerrados os escritores argelinos de expressão francesa».

Na verdade, Assia Djebar nunca se sentiu com coragem para se tornar uma escritora de expressão árabe, por uma questão de competência da língua.

Resolveu assim esse problema pela linguagem cinematográfica.

«Fazer cinema», dizia Assia, «não é substituir a palavra pela imagem, mas é fazer da imagem som. Não se pode conceber uma cultura nos países colonizados senão através da

busca das suas raízes. Ora nós somos uma sociedade que foi truncada nas suas raízes, ao nível da memória. Entre 1871 e 1930, há uma lacuna. Durante este período a Argélia esteve muda; restaram apenas as vozes das mulheres».

E daí a ideia da escritora de visualizar essas vozes. Mas como foi possível restituir o som do seu país? Quando se circula numa rua árabe, não se vêem mulheres, mas se se estiver atento, ouvir-se-ão vozes, gritos, risos. Todos os barulhos de uma vida doméstica.

E é este ritmo da vida doméstica que constituirá o ritmo do último filme realizado por Assia Djebar, intitulado «La nouba des femmes du Mont Chénoua».

«Nouba» significa «forma musical andaluza a cinco andamentos tradicional», como também «história quotidiana das mulheres». O filme é acompanhado com extractos musicais da obra de Bella Bartok, que foram inspirados durante a estadia deste músico na Argélia em 1913.

Falavam do trabalho, dos filhos, dos maridos que tinham morrido.

Depois surgiram outras evocações do passado, a luta pela libertação (1954-62), os «maquis» onde lutavam quando tinham 13 anos de idade. Depois recuavam ainda mais no passado, lembrando histórias que os avós contavam às netas, episódios dos colonizadores, as lutas, a insurreição abortada de 1871.

Do presente, Assia Djebar não pretendeu revelar a vida íntima destas mulheres que circulam no espaço dos homens, mulheres que escondem o olhar atrás do véu, portas que se fecham à passagem de estranhos, o quotidiano que se capta das ruas.

História do presente, mas também história do passado preservada na memória popular. Expressão verdadeira dum povo que inspira esta escritora e cineasta e que caracteriza, em geral, o cinema argelino de qualidade, infelizmente não divulgado em Portugal.



# “Les enfants du nouveau monde” de Assia Djebar

A acção deste romance situa-se por volta de 1956, durante a guerra da Argélia. A par deste tempo cronológico existe um outro tempo — o psicológico.

Aqueles que combatem sabem que arriscam a prisão, a tortura, a morte. E em cada um dos lares há um conflito, um drama.

Os casais separam-se.

Os rapazes deixam os estudos para defender a pátria e algumas raparigas, desafiando as leis do passado, abandonam a casa, para se juntarem à resistência, escalando a montanha noites inteiras para tratar dos feridos.

Criam-se dilemas de difícil e trágica solução.

Por exemplo, a mulher de um polícia aprende a mentir ao marido para salvar os seus irmãos argelinos.

Um jovem mata a irmã porque serviu de indicadora à polícia.

Por outro lado, se há mulheres que, por vezes, se revoltam contra a guerra que as afastou do homem

que amam e se interrogam sobre a legitimidade e o sentido dela, são elas que, perante a prisão e o espectro da tortura e da morte, vão resistir heroicamente, num hino de amor à pátria.

Todas estas personagens são projectadas para um turbilhão de situações, onde os sentimentos mais íntimos e pessoais têm de ceder lugar a um único objectivo — a hora da libertação e do verdadeiro despertar.

São, na verdade, os filhos do novo mundo, aqueles para quem a consciência e a esperança triunfaram do medo.

É com esta convicção que Assia Djebar inicia a sua obra, evocando uma passagem de um poema de Paul Eluard.

*«Et pourtant de douleurs en courage en confiance  
S'assessent des enfants nouveaux  
Qui n'ont plus peur de rien pas même de nos maîtres  
Tant l'avenir leur paraît beau»*



Depois desta montanha, há uma outra, depois outra, toda uma cadeia que separa a cidade das altas planícies do Sul. Num sítio qualquer, nestes maciços encontra-se a sede da resistência, donde se organiza o combate para esta parte da Argélia em guerra.

A floresta que a abriga é impenetrável. O exército inimigo sabe-o. Assim, às vezes, como por descargo de consciência, um avião militar que passa, faz um desvio para lançar uma bomba. Depois afasta-se.

Numa das largas clareiras, distinguem-se algumas cabanas duma aldeia.

Ao cair na noite, um avião, de passagem, descarregou aí uma série

de bombas. Pouco depois do almoço, Mahmoud levou consigo alguns homens e puseram-se em marcha. Ali, o responsável da enfermaria, veio também, em caso de feridos.

A manhã surgia, quando saíam da floresta e se aproximavam das cabanas. Um último fogo crepitava, um burro com os flancos abertos e sanguinolentos agonizava.

— Não há ninguém? Gritou alguém.

Uma camponesa que os deve ter ouvido avança de longe. Lentamente. Atrás uma rapariguita de cerca de dez anos, segue-a a custo. Os cabelos espalhados pelos ombros. Um pau na mão.

— Ontem tiveram medo? Pergun-

tou Mahmoud à mulher, quando esta lhes contou que ela e a filha eram agora os únicos sobreviventes da aldeia.

— Não, porque haveria de ter medo? E encara-o de frente, confiante.

— E tu tiveste medo? Interroga por sua vez Ali, aproximando-se da miúda.

A garota teve um sorriso vago e tímido.

— Tiveste medo? Insistiu Ali.

Ela fez que não com a cabeça.

Como ele continuasse a contemplá-la, sorriu uma segunda vez, mais abertamente, e depois, desatou a correr, a fugir para o sol, para brincar com as cabras.



# A Nova mulher moçambicana



*A libertação da mulher num país pobre que conquistou recentemente a independência segue um caminho diferente dos movimentos feministas das sociedades industrializadas.*

Anabela Rodrigues era apenas uma criança quando a primeira mulher ingressou nas guerrilhas da FRELIMO durante a guerra de independência contra Portugal. Aos 16 anos, deixou a família e a escola para se juntar à FRELIMO e ensinar os soldados a ler e a escrever. Hoje, volvidos quase cinco anos depois da independência, Anabela trabalha no Departamento da Informação e é membro do secretariado nacional da Organização das Mulheres Moçambicanas.

Enfrentando os problemas de um país empobrecido por 500 anos de colonialismo, o movimento das mulheres moçambicanas teve de seguir um caminho diferente do dos movimentos femininos dos países ocidentais. «Temos recebido delegações de países capitalistas onde o desenvolvimento das mulheres seguiu uma linha feminista, e é muito difícil para elas compreender a nossa realidade», diz Anabela.

«Dizem elas que integrar as mulheres numa cooperativa de

costura não é, na realidade, um movimento para a emancipação. Açam que a emancipação real seria ter mulheres como responsáveis nos ministérios, nas fábricas e nas organizações de massas. Estamos de acordo, mas temos de começar por colocar a mulher numa cooperativa de costura e não num posto de direcção quando ela nem sequer sabe ler nem escrever. Durante a luta armada, isso não constituía qualquer limitação; mulheres analfabetas dirigiam destacadamente



de soldados em combate. Agora, porém, neste período mais complicado de reconstrução nacional, a alfabetização é essencial.»

— *Como se desenvolveu a organização das mulheres depois da independência?*

— Depois da criação do governo de transição em 1974, a FRELIMO entrou em todo o país e formou *grupos dinamizadores* nas áreas habitacionais e nos centros de trabalho. A Organização da Mulher Moçambicana (OMM) participava nesses grupos. Havia um grande entusiasmo mas a nossa organização não estava preparada para resolver os novos problemas resultantes da influência das ideias coloniais e burguesas.

Houve, por essa altura, muitos oportunistas. Em certas províncias, as mulheres de ex-oficiais portugueses infiltraram-se na organização e ocuparam cargos de responsabilidade. Assim deu-se o caso de as nossas mulheres aprenderem a cozinhar pratos à base de ovos quando ninguém tinha ovos em casa, ou a bordar toalhas de mesa quando nem sequer tinham mesas.

Em Novembro de 1976, a FRELIMO realizou uma conferência para reestruturar a OMM. Pela primeira vez, reuniram-se representantes de todas as províncias, não só as que haviam participado na luta armada mas também as mulheres das fábricas, dos serviços públicos, das zonas habitacionais e das novas aldeias comunais e, todas juntas, estabelecemos um programa para a organização. Até aí, as componentes da organização provinham da ala feminina das forças armadas, mas começámos então a recrutar mulheres camponesas e operárias.

Educamos e mobilizamos as mulheres e preparamo-las para que ingressem na FRELIMO,

que é um partido marxista-leninista. A FRELIMO recruta os seus membros nas organizações de massas onde lhes foi dada educação e obtiveram experiência política colectiva. O partido coordena e apoia a OMM, mas somos nós quem determina os nossos próprios programas e actividades.

— *Em que medida afecta o analfabetismo o vosso trabalho?*

— Devido ao analfabetismo é muito difícil encontrar mulheres capazes de ocupar postos de responsabilidade. Depois de 1977, eliminámos o analfabetismo entre as responsáveis nacionais e provinciais, mas nos 99 distritos do país a maioria das mulheres são, no entanto, analfabetas. Organizámos cursos de alfabetização a nível nacional aos quais assistem mulheres de todas as províncias. Pela primeira vez, as mulheres deixam as suas aldeias para ir a Maputo, a capital. Aqui trocam ideias com mulheres de outras províncias e dão-se conta de que somos todas parte de uma nação. Além de aprenderem a ler e a escrever, vêem filmes e ouvem noticiário, pela primeira vez nas suas vidas. Esta experiência política e cultural é muito importante para elas.

### **O campo uma prioridade**

— *Qual é o programa da Organização da Mulher Moçambicana?*

— A nossa principal tarefa é organizar as mulheres das aldeias comunais porque é essa a base do desenvolvimento económico do país. Criámos brigadas móveis que vão às aldeias, permanecem aí durante um mês e programam o trabalho. Colaboramos, de igual modo, nas reuniões públicas para a discussão dos problemas das mulheres.

Existem muitos idiomas dife-

rentes em Moçambique e a maioria das mulheres não sabem falar nem ler português, de modo que as nossas brigadas traduzem para as línguas locais as informações sobre a OMM bem como as notícias regionais e internacionais. Estamos, também, a pensar em estabelecer centros de nutrição para ensinar as camponesas a organizarem a sua vida familiar no campo, a cuidarem dos filhos, das casas e dos animais.

Por outro lado, definimos já as nossas prioridades e começámos a trabalhar com as mulheres do campo. Muito embora vivam em condições difíceis, são elas a coluna vertebral da organização, ao passo que as das cidades apenas são afectadas pelo nosso trabalho no sentido de estarmos a mudar a maneira de encararem as suas funções. Estamos a começar a trabalhar com as empregadas dos serviços públicos e esperamos que a situação venha a modificar-se dentro de dois ou três anos. Devido ao elevado grau de analfabetismo, necessitamos da ajuda dessas mulheres para organizar a administração das cooperativas e das nossas repartições públicas.

— *Qual é a função das cooperativas de costura e de artesanato?*

— É muito importante que as mulheres trabalhem nessas cooperativas onde têm uma função fora da sua casa. As cooperativas organizam as mulheres num trabalho colectivo, facilitando a sua participação nas tarefas políticas, nas classes de alfabetização e em actividades culturais. De resto, a roupa é muito cara e muito embora os homens se dedicassem, tradicionalmente, ao artesanato, estamos presentemente a integrar as mulheres nesse género de trabalho.

Temos imensos problemas por falta de transporte e de dinheiro.



O partido dá-nos um certo apoio mas, somos nós que temos de arranjar fundos para realizar o nosso trabalho. Quando as cooperativas estiverem numa situação económica melhor, darão 30 por cento dos seus rendimentos à OMM.

— *As mulheres representam uma parte importante da força de trabalho?*

— Não dispomos de estatísticas sobre o peso das mulheres na força de trabalho, mas sabemos que a maioria são donas de casa. Quase todas as fábricas estão em Maputo, Nampula e Beira. No passado, as mulheres que trabalhavam faziam-no por necessidade; por exemplo, mães solteiras ou mulheres cujos maridos iam trabalhar para as minas sul-africanas. Trabalhavam em fábricas de castanha de caju, de roupas e sapatos. Depois da independência, o número de mulheres que trabalham nas fábricas aumentou, mas só agora foi iniciado o processo de as integrar na força de trabalho. Os principais obstáculos são o desemprego e o subemprego, que somente serão superados com o desenvolvimento económico.

Estamos também a organizá-las nas fábricas. É necessário fazê-las compreender que têm de participar nas decisões das células do partido e dos conselhos de produção. Esse trabalho político ajuda a resolver outros problemas.

Como apoio da OMM, as mulheres estão hoje a pedir para serem ensinadas a fazer trabalhos especializados. Quando o Ministério do Trabalho oferece um curso, a nossa organização tem lugares reservados para mulheres. Nos últimos dois anos, participaram nesses cursos mais de 300 mulheres. Estão a realizar hoje trabalhos que outrora eram vedados às mulheres: electricis-



Alfabetização de mulheres, uma das tarefas essenciais da Organização da Mulher Moçambicana (OMM)

tas, motoristas de táxis e tractores, sapateiras, carpinteiras, pintoras e mecânicas. Devido à grande mobilização no campo, há uma iniciativa maior para incorporar as mulheres em novos trabalhos. Nas granjas estatais, nos arredores de Maputo, as mulheres são ensinadas a conduzir tractores, e isso foi por iniciativa delas próprias e não do Ministério.

— *É realizado algum esforço para resolver os problemas específicos das mulheres trabalhadoras?*

— Há muitos problemas sociais e económicos por resolver. Nas fábricas, as mulheres não podem faltar ao trabalho durante muito tempo para cuidarem dos filhos doentes. Outrora podiam, mas houve muitos abusos. Presentemente, são autorizadas a faltar dois dias por mês para tratarem dos seus problemas familiares. A seguir ao parto, a mulher tem direito a faltar 60 dias.

Antigamente, as lojas abriam das 7 às 12 da manhã e das 2 às 6 da tarde, e as mulheres que trabalhavam nas fábricas não podiam lá ir. Assim, o horário dos estabelecimentos foi alterado, em 1976, passando a estar abertos das 9 às 13 e das 16 às 20. Mesmo assim, há ainda alguns problemas. Há, frequentemente, falta

de alguns produtos básicos e as mulheres que não trabalham vão às compras de manhã cedo, de modo que, quando as operárias vão de tarde às lojas, já está tudo esgotado. Uma solução para esse problema são as cooperativas de consumo, que distribuem os produtos equitativamente entre os seus membros.

### A tradição contra A revolução

— *As tradições opressivas para as mulheres estão a modificar-se?*

— É muito mais fácil eliminar as influências coloniais e burguesas que nos foram impostas e são identificadas com o inimigo, do que destruir séculos de tradição da nossa própria sociedade. Entre as mais difíceis de eliminar figuram os ritos da iniciação, a poligamia, e o *lobolo*, baseado na organização económica da sociedade tradicional. O *lobolo* é um dote que o homem tem de pagar à família da mulher com quem quer casar. Tem que comprar a mulher porque ela faz parte da força de trabalho dos seus pais e transfere-se para a nova família. A poligamia dá riqueza e posição social a um homem, porque as suas esposas trabalham nos seus campos e produzem filhos para aumentar a sua força de tra-



balho. Não existem leis contra a poligamia, mas a FRELIMO não confere responsabilidades aos homens que seguem tradições que subjugam a mulher.

Existe uma grande diferença entre as aldeias comunais e as áreas que não estão ainda organizadas. Nas aldeias comunais, a produção é colectiva e as mulheres recebem o mesmo salário que os homens pelo seu trabalho. Em Gaza, as mulheres estão a começar a dar-se conta da opressão que representa a família poligâmica e querem divórcios. Mas nas zonas como Cabo Delgado, muitos homens participaram na luta armada e vivem agora noutras províncias. Nalguns lugares encontramos aldeias com 1750 mulheres e apenas 300 homens. Como combater a poligamia em tal situação? A poligamia não convém à nossa sociedade nem contribui para a emancipação da mulher, mas não será possível eliminá-la enquanto não for reorganizada a base económica da sociedade.

— *A lei protege as mulheres contra o abuso e a discriminação?*

— Há mulheres que têm problemas com homens que lhes batem, que as abandonam e não mantêm os seus filhos. Existem, também, problemas com o divórcio e o aborto. Se a nossa organização não puder resolvê-los, a mulher poderá ir ao Ministério da Justiça. A Constituição concede direitos iguais ao homem e à mulher. A FRELIMO está a criar novas leis familiares. Um dos problemas é a idade mínima de casar. Muitas raparigas de 13 e 14 anos casam com homens de 30 a 50 anos.

O divórcio era autorizado na época colonial, mas era muito mais fácil aos homens divorciarem-se. As mulheres tinham de pagar grandes somas e satisfazer

muitas condições. Um outro costume é a mulher que fica viúva passar a ser propriedade de outro homem da família do esposo. Os membros da nossa organização participam nos julgamentos tribais e na resolução de casos sobre a divisão das propriedades e a custódia dos filhos, tendo em conta as tradições de cada província.

Estamos a organizar reuniões de mulheres para conhecermos as suas opiniões sobre as leis familiares, mas não acredito que todos os problemas tradicionais possam ser resolvidos por meio de leis.

— *As mulheres têm acesso ao controlo da natalidade e ao direito ao aborto?*

— No campo, as mulheres engravidam todos os anos e têm muitos filhos. Necessitamos de anticonceptivos e de gente capaz de instruir as mulheres sobre o seu uso. Temos de actuar, de igual modo, junto dos homens que pensam que ter muitos filhos lhes dá importância social. Desde que os serviços de saúde

foram nacionalizados, os médicos e as enfermeiras têm estado a ensinar as mulheres sobre o controlo da natalidade, com grande entusiasmo da parte destas.

De qualquer modo, os maridos não compreendem, no entanto, esse direito. Há mulheres que tiveram dispositivos intra-uterinos durante seis meses mas, devido às objecções dos esposos, tiveram de ir ao hospital para retirá-los. Algumas mulheres não dizem aos maridos que usam anti-conceptivos e eles afligem-se por já não terem filhos. Devido à educação tradicional, muitos homens e muitas mulheres não aceitam a ideia do controlo da natalidade.

A questão do aborto é um tanto mais complicada e não foi ainda discutida. As mulheres não têm direito ao aborto excepto em casos especiais, muito embora haja mulheres e raparigas que fazem abortos clandestinos. Agora que estão a ser discutidas as leis familiares, vai ser possível analisar e resolver esse problema.



A mulher teve participação activa na luta armada de libertação



## Novas expressões culturais

— *O papel cultural da mulher está a modificar-se?*

— Estamos a organizar, em todas as províncias, centros culturais onde as mulheres formam agrupamentos de canto e dança. Segundo a tradição, certos bailes eram só para homens. A *makwayella* é, por exemplo, uma dança muito popular que apenas bailavam os homens que haviam estado nas minas da África do Sul, mas que é agora também dançada pelas mulheres. Também lhes ensinamos teatro, pintura e escultura, coisas que tradicionalmente não faziam.

Nas fábricas, organizámos equipas de futebol entre as mulheres. Têm grande entusiasmo pelos desportos e presentemente o futebol é jogado por mulheres de todas as idades. O nosso objectivo não é criar atletas famosas mas proporcionar-lhes, simplesmente, formas de expressão diferentes dos seus papéis de esposas, mães e donas de casa.

— *Como mudou o papel social da mulher?*

— Depois da independência, muitas mulheres assistiam às reuniões mas não falavam sobre os nossos problemas — a economia, a sabotagem nas fábricas ou os inimigos nas nossas fronteiras — muito especialmente se havia homens presentes. Agora, porém, nas assembleias nacionais e regionais, as mulheres passaram a contribuir, pela primeira vez, na discussão dos problemas do país. Em resultado da nossa campanha, ingressaram na OMM muito mais mulheres do que as que esperávamos. O papel da mulher varia de província para província e depende, em grande parte, da situação económica. Naquelas, por exemplo, que foram libertadas durante a luta



Manifestação promovida pela Organização da Mulher Moçambicana (OMM)

armada, as mulheres são muito activas e são as mulheres que dirigem a produção colectivas nas aldeias comunais.

— *Qual a reacção dos homens em face dessas mudanças?*

— De início, a opinião pública mostrava-se favorável a que a mulher fosse às aulas de alfabetização, às reuniões do partido e que trabalhasse na organização da mulher. Isso não agradava, no entanto, a muitos homens, os quais batiam nas mulheres se estas procuravam participar.

Tudo isso está, contudo, a modificar-se. Alguns homens querem ser membros do partido mas, em suas casas, nunca falam disso às suas mulheres. Para eles, as esposas são escravas. Depois do trabalho, vão beber a casa com os amigos ou vão ao futebol. Todavia, se pretenderem ser membros do partido serão interrogados em público sobre a maneira como tratam as suas mulheres. Aqueles que as maltratam não são aceites. Para ingressarem no partido têm de estudar e pôr em prática a emancipação feminina. É muito fácil dizer «Viva a emancipação», mas o caminhar

da revolução obriga as pessoas a modificarem a sua mentalidade.

No ano passado, na província de Cabo Delgado, estive numa reunião popular com homens e mulheres a fim de discutirmos os problemas da mulher. Os homens faziam perguntas importantes sobre a divisão do trabalho. Alguns mostravam-se irritados com a nossa sugestão de que tanto o marido como a mulher desviassem assumir a responsabilidade dos filhos. A muitos deles era difícil admitir que, uma vez que as suas esposas trabalhavam na cooperativa agrícola, a situação familiar devia também mudar.

Se a mulher vai buscar água, o homem deve cuidar dos filhos ou ajudar na cozinha. O importante não é que as mulheres sejam dirigentes de brigadas de trabalho ou directoras nos ministérios, mas que tomemos parte na produção colectiva. Isso nos dará um salário e independência económica, e desse modo poderemos alargar as nossas perspectivas, limitadas até agora à família, e estender o nosso papel no trabalho e na vida do país. □



# JORGE AMADO



## SEARA VERMELHA

TODO O SERTÃO DOS BEATOS, DOS BANDIDOS RURAIS, DO CANGAÇO, DA DOR E DA ESPERANÇA. LIVRO INESQUECÍVEL QUE TEM COMOVIDO MILHÕES DE LEITORES EM TODO O MUNDO.

## OS SUBTERRÂNEOS DA LIBERDADE



### I OS ÁSPEROS TEMPOS



### II AGONIA DA NOITE

SUBTERRÂNEOS DA LIBERDADE, A FAMOSA TRILOGIA ATÉ HÁ POUCO TEMPO SÓ CONHECIDA EM PORTUGAL POR LEITURAS CLANDESTINAS. PELA MAGIA DA PENNA DE JORGE AMADO UMA OBRA IMORREDOURA: A LUTA DO POVO PELOS IDEAIS DA DEMOCRACIA E DA LIBERDADE

### III A LUZ NO TÚNEL



À VENDA EM TODAS AS LIVRARIAS



Uma edição  
PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA





**os portos  
moçambicanos  
constituem  
zonas de cooperação  
com todos os  
povos do mundo**



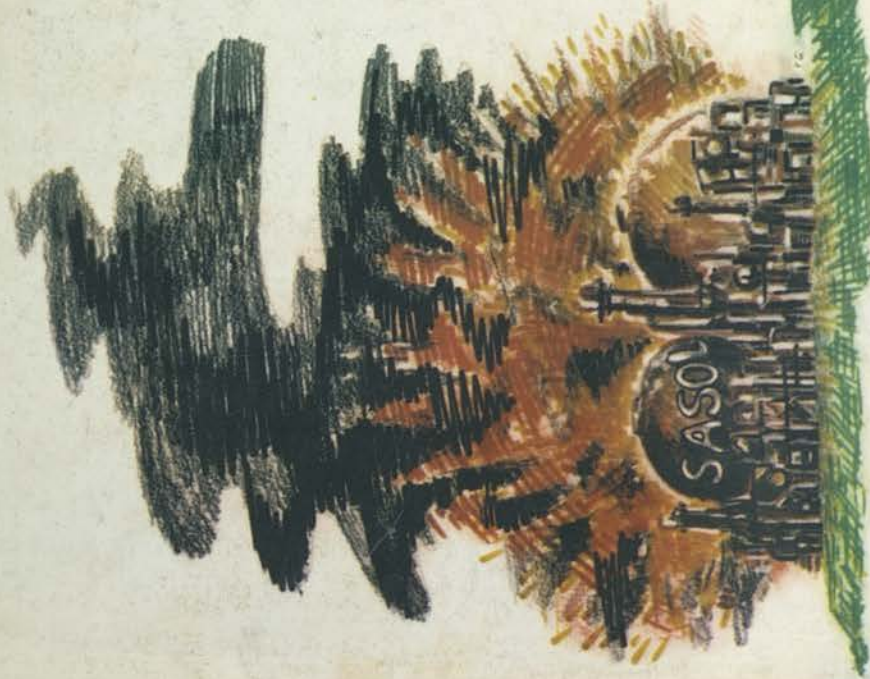
DIRECÇÃO NACIONAL DOS PORTOS E CAMINHOS DE FERRO  
Caixa Postal, 276 Telex 6-438-CFMD5 MO Av. Mártires de Inhamitanga, 291 Maputo  
REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE



DNPP plástico

SO

lin



**está ficando quente...**